

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC/SP

Sabrina Abbas

Juventude e revista Capricho em perspectiva:  
periodismo, sexualidade e aborto (São Paulo 1988 - 2010)

Mestrado em História Social

São Paulo  
2022

Sabrina Abbas

Juventude e revista Capricho em perspectiva:  
periodismo, sexualidade e aborto (São Paulo 1988 - 2010)

Mestrado em História Social

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação da Professora Doutora Maria Izilda Santos de Matos.

São Paulo  
2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

Para Gabriela, a linda flor coração de açúcar.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – nº do processo: 88887.473773/2020-00.

## AGRADECIMENTOS

É com muita alegria que escrevo esta etapa da dissertação. Neste momento um filme passa pela minha cabeça, um filme que se inicia quando comecei a me aproximar dos estudos sobre o tema no curso Lato Sensu da PUC/SP, com o posterior ingresso no Programa de Pós-Graduação em História (2020), em que recebi uma bolsa CAPES. Deixo meus agradecimentos a esta instituição e à PUC/SP, já que a realização desta dissertação não seria possível sem esses apoios.

Agradeço à professora Maria Izilda Santos de Matos, que me acompanha e orienta desde o curso de Lato Sensu, pela sua preciosa dedicação e apoio em todas as etapas, sem ela este trabalho não seria finalizado. Agradeço aos meus professores na pós-graduação, Luiz Antonio Dias, Carla Reis Longhi, Maria do Rosário da Cunha Peixoto, Heloisa de Faria Cruz, Yvone Dias Avelino e Denise Bernuzzi de Sant'Anna. Agradeço também às contribuições da banca de qualificação com as professoras Tânia Soares e Ana Barbara Pederiva.

Agradeço aos funcionários do arquivo da Editora Abril: Daniel dos Santos Prado e Tiago Santos.

Agradeço aos meus familiares pelo apoio: Gabriela Abbas de Abreu Vaz, à minha mãe, Yocy Aparecida de Freitas Abbas, ao meu irmão, Antonio Roberto Abbas Junior, à vovó Yolanda Guimarães de Freitas, ao vovô Cyro, Marcelo Youssif Abbas de Abreu Vaz, Cyro Youssef de Abreu Vaz, Rebeca Yocy Abbas de Abreu Vaz, Sophia Sanches de Abreu Vaz, Luciano José de Abreu Vaz, Talita Cristina Sanches de Abreu Vaz, Jesse Pinkman Gabriel Abbas e Karl Marx Ramos.

Aos amigos Bianca Ramos, Samira Nagib, Breno Ampáro Alvares Freire, Wilson Borges, Gislene Rosa, Vitor Hugo da Silva, Bianca Opúsculo, Deisy Boscaratto, Evelyn Martins, Kevin Martins, Daniella Marino Rúbio, Cezar Augusto Basílio de Campos Buffarah, Professor Moacir Gadotti. Agradeço ainda às amigas de trabalho na PMSP Claudia Regina Santos, Thellma Souza, Monique Luz, Cleópatra Magalhães e Marisa Garcia.

Obrigada a todos por compartilharem comigo essa trajetória...

*“Hipocrisia, para desconhecido é punição.  
Mas se for da família é só tratar com discrição”  
(MC Luana Hansen)*

## RESUMO

A presente dissertação tem como foco de reflexão as questões relativas ao feminino e à juventude, tendo como documentação central a revista *Capricho*, nos anos compreendidos entre 1988 e 2010. A proposta enfatiza a necessidade do entendimento das representações que se construíram em torno do que era ser mulher e jovem nesse momento histórico. Inicialmente se recupera o surgimento do periodismo feminino e das revistas voltadas para as jovens. Retoma-se a trajetória da Editora Abril e da revista *Capricho*, criada como um almanaque com fotonovelas e depois transformada numa revista para jovens e adolescentes que discute diversos assuntos, orbitando em torno da sexualidade dos jovens. Sob uma óptica interseccional entre gênero e geração, discutem-se questões ligadas à constituição do corpo da mulher, maternidade, liberdade sexual, contracepção, pílula anticoncepcional, sexualidade precoce, gravidez, parto, observando-se o papel dos discursos médicos e jurídicos sobre as temáticas em foco. Por fim, a análise se concentra nas polêmicas em torno do aborto e nas repressões suscitadas sobre o tema na revista *Capricho*, problematizando posicionamentos e verificando como o periódico se coloca diante desse tema, polemizando e informando.

Palavras-chave: revista Capricho, juventude, gênero, sexualidade, educação sexual.

## **ABSTRACT**

The current essay focus on the reflection of issues related to the women and the youth having as central point of documentation the Capricho magazine in the years comprehended between 1988 - 2010. The proposal here presented emphasizes the need of comprehension of the representations that were built around of what was it like to be women and young in this historical period. At first it is recovered the emergence of the female journalism and the magazines aimed to the youth. The trajectory of the Publishing House Abril, responsible for publishing the Capricho magazine, is retaken. First created as an almanac with photo novels and then turned into a magazine for the youth and teens that brings to discussion an array of topics surrounding the sexuality of that public. Under an intersectional view between gender and generation it is discussed matters regarding the constitution of the female body, motherhood, sexual freedom, contraception, contraceptive pills, sexual precocity, pregnancy, child-birth, observing the role of the medical and legal discourses about the presented matters in focus. To conclude, the analysis focus itself in the controversies concerning abortion and the repression aroused over the matter in the Capricho magazine, questioning opinions and checking how the periodic places itself before the matter, polemicizing, and informing.

Key words: Capricho magazine, youth, gender, sexuality, sex education.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I - PERIODISMO JUVENIL: A REVISTA CAPRICHÓ</b> .....	15
1.1 AS PUBLICAÇÕES FEMININAS.....	16
1.2 REVISTA <i>CAPRICHÓ</i> : PÚBLICO JOVEM.....	20
1.3 <i>CAPRICHÓ</i> E O PERIODISMO JOVEM, GERAÇÃO DE 1980-2010: REVISTA ADOLESCENTE.....	25
<b>CAPÍTULO 2 – JUVENTUDE, CORPO FEMININO E MATERNIDADE</b> .....	40
2.1 PATRIARCADO, FEMINISMO E GÊNERO.....	41
2.2 HISTORICIDADE, MEDICINA E LUGARES SOCIAIS.....	46
2.3 CORPO FEMININO E MATERNIDADE.....	51
2.4 SEXUALIDADE JOVEM: CUIDADOS E PREVENÇÕES.....	59
<b>CAPÍTULO 3 – ABORTO EM TENSÃO: POLEMIZAR E INFORMAR JOVENS</b> .....	72
3.1 ABORTO: HISTÓRIAS, POLÊMICAS E REPRESSION.....	73
3.2 ABORTO NA REVISTA.....	80
3.3 PERMANÊNCIAS DO DISCURSO.....	89
3.4 REDES DE APOIO.....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	114

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Almanaque <i>Capricho</i> , 1978.....	22
Figura 2 - Almanaque <i>Capricho</i> , 1978.....	22
Figura 3 - Seção “Teste” da edição 802 da revista <i>Capricho</i> , 31 jan. 1999.....	27
Figura 4 - Seção “Teste” da edição 802 da revista <i>Capricho</i> , 31 jan. 1999.....	27
Figura 5 - Seção “Teste” da edição 802 da revista <i>Capricho</i> , 31 jan. 1999.....	28
Figura 6 - Seção “Teste” da edição 819 da revista <i>Capricho</i> , 26 set. 1999.....	29
Figura 7 - Seção “Teste” da edição 819 da revista <i>Capricho</i> , 26 set. 1999.....	30
Figura 8 - Seção “Teste” da edição 819 da revista <i>Capricho</i> , 26 set. 1999.....	32
Figura 9 - Anúncio da edição 819 da revista <i>Capricho</i> , 26 set. 1999.....	33
Figura 10 - Anúncio da edição 836 da revista <i>Capricho</i> , 21 mai. 2000.....	37
Figura 11 - Anúncio da edição 861 da revista <i>Capricho</i> , 6 mai. 2001.....	38
Figura 12 - Campanha “Camisinha tem que usar” da revista <i>Capricho</i> (jun. 1996).....	60
Figura 13 - Campanha “Camisinha tem que usar” da revista <i>Capricho</i> (jun. 1996).....	60
Figura 14 - Propaganda de teste de gravidez na revista <i>Capricho</i> (jan. 1999).....	61
Figura 15 - Capa da edição 820 da revista <i>Capricho</i> , 10 out. 1999.....	63
Figura 16 - Matéria da edição 820 da revista <i>Capricho</i> , 10 out. 1999.....	64
Figura 17 - Matéria “Eu já transei” da edição 836 da revista <i>Capricho</i> , 21 mai. 2000.....	66
Figura 18 - Propaganda de novo método contraceptivo na edição 861 da revista <i>Capricho</i> , 6 mai. 2001.....	68
Figura 19 - Matéria “Vista a camisa” na edição 928 da revista <i>Capricho</i> , 30 nov. 2003.....	69
Figura 20 - Anúncio da campanha “Camisinha tem que usar” na edição 928 da revista <i>Capricho</i> , 30 nov. 2003.....	70
Figura 21 - Capa da edição 734 da revista <i>Capricho</i> , 23 jun. 1996.....	87
Figura 22 - Matéria “Aborto”, na edição 815 da revista <i>Capricho</i> , 1º ago. 1999.....	91
Figura 23 - Matéria “Eu fiz”, na edição 815 da revista <i>Capricho</i> , 1º ago. 1998.....	94
Figura 24 - Capa da edição 816 da revista <i>Capricho</i> , 29 ago. 1998.....	95
Figura 25 - Índice da edição 816 da revista <i>Capricho</i> , 29 ago. 1998.....	96
Figura 26 - Matéria “Eu, ele e meu bebê”, na edição 816 da revista <i>Capricho</i> , 29 ago. 1998.....	97
Figura 27 - Matéria “E se... fossem os homens que engravidassem?”, na edição 961 da revista <i>Capricho</i> , 6 mar. 2005.....	102
Figura 28 - Matéria “Mãe aos 15 anos”, na edição 802 da revista <i>Capricho</i> , 31 jan. 1999.....	105

## APRESENTAÇÃO

“Respeito muito minhas lágrimas  
Mas ainda mais minha risada  
Inscrevo, assim, minhas palavras  
Na voz de uma mulher sagrada”  
*Vaca Profana* – Gal Costa, 1984

A presente dissertação tem como foco de reflexão as questões relativas ao feminino e juvenil, partindo das edições da revista *Capricho* publicadas nos anos compreendidos entre 1988 e 2010. Leva à frente o desafio de observar as representações sobre o corpo feminino, maternidade, sexualidade, métodos contraceptivos, gravidez precoce e aborto, incorporando questões sobre a vida e a saúde das mulheres e das jovens.

Esta pesquisa intercruza as temáticas propostas tendo como foco a produção historiográfica e os estudos feministas, incorporando também os estudos sobre a história da cultura impressa, particularizando a análise na revista *Capricho*, publicada pela Editora Abril. A proposta enfatiza a necessidade de se entender as representações que se construíram em torno do que é ser mulher e jovem nesse momento histórico, as concepções sobre o corpo feminino, sexualidade, maternidade, gravidez adolescente e aborto.

Assim, a análise se centrará no discurso da imprensa jovem – revista *Capricho*, indagando “a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade”, percebendo como a revista se constituiu como veículo cultural, expressando anseios com linguagem própria, ensinando, aconselhando e propondo condutas, como se colocou e atuou numa correlação de forças de oposição.<sup>1</sup>

A pesquisa foi desenvolvida com dificuldades durante o período da pandemia da Covid-19, devido às limitações no acesso à documentação. Por um curto período foi possível ter acesso ao acervo da Editora Abril, no qual se localizam as revistas *Capricho*, posteriormente esse arquivo foi fechado para consulta pública, o que impossibilitou o retorno aos documentos.

A proposta inicial era perceber como a imprensa falava sobre o aborto, pois os exemplares que tratavam sobre o assunto foram mapeados na época do pré-projeto de mestrado, embora tenha sido possível, no curto espaço em que tive acesso às minhas fontes, observar revistas anteriores e posteriores. Surgiu daí a necessidade de se falar da juventude, da sexualidade jovem, de sua relação com o periodismo, como o aborto foi tratado no recorte observado, fazendo um paralelo com o momento político da publicação do artigo sobre aborto e o contexto histórico.

---

<sup>1</sup> CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 269.

O **capítulo 1** recupera as questões sobre o periodismo feminino e as revistas voltadas para um público específico, as jovens. Retoma a trajetória da Editora Abril, da *Capricho*, que numa primeira fase estava focada em fotonovelas e depois foi transformada numa revista para jovens e adolescentes que discute diversos assuntos que orbitam em torno de mudanças nas práticas sexuais, contracepção e a preocupação com a epidemia de aids.

O **capítulo 2** centra a discussão nas questões de gênero e do feminismo, analisando sob uma óptica interseccional: gênero e geração. Pincelando sobre a constituição do corpo da mulher, maternidade, questões ligadas à liberdade sexual, contracepção, pílula anticoncepcional, sexualidade precoce, gravidez, parto, observando o papel dos discursos médicos e jurídicos sobre as temáticas em foco. Além de observar a sexualidade jovem sob as perspectivas dos cuidados e das prevenções.

O **capítulo 3** discute as questões em torno do aborto, bem como as polêmicas e repressões suscitadas. As discussões em âmbito legal que normatizaram pensamentos e fundamentaram os paradigmas de honra e de vida. Adentrando a forma como o tema aborto aparece na revista *Capricho*, problematizando posicionamentos e como o periódico se coloca diante desse tema, polemizando e informando.

## CAPÍTULO I - PERIODISMO JUVENIL: A REVISTA CAPRICHÔ

“Mas é preciso ter força  
É preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo uma marca,  
Maria, Maria Mistura dor e alegria”  
*Maria, Maria* – Milton Nascimento, 1978

Este capítulo apresenta o periodismo feminino, com destaque para a revista *Capricho*, sua formação e trajetória. Embora tenha surgido como uma revista de fotonovelas, tornou-se uma revista destinada à juventude, passando a acompanhar a adolescência de várias meninas. Prioriza-se o período da publicação entre 1988 e 2010, selecionando-se algumas temáticas.

## 1.1 AS PUBLICAÇÕES FEMININAS

As publicações destinadas ao público feminino começaram a se difundir no segundo quartel do século XIX e transitavam entre assuntos como “moda, beleza, casa, culinária, cuidados com marido e filhos”<sup>2</sup>, acompanhando “momentos passados do cenário da nossa vida cotidiana”<sup>3</sup>.

O século XX foi marcado pela “expansão dos estabelecimentos de ensino particular, religiosos e leigos e de instituição pública”<sup>4</sup>, as cidades experimentaram uma melhoria no nível de instrução, particularmente para as elites. A instrução das camadas populares era mais restrita, mas foi impulsionada pelas demandas do mercado de trabalho, já que para certas funções havia a necessidade de saber ler e escrever. Assim, foram ampliadas as redes de potenciais leitores:

A imprensa periódica vira moda e transforma-se no principal produto da cultura impressa, e o periodismo emerge como um importante espaço de renovação da cultura letrada. Mais ainda, no ambiente da metrópole em formação, a imprensa periódica apresenta-se como foco fundamental de formulação, discussão e articulação de concepções, processos e práticas culturais e de difusão de seus projetos e produtos. A pequena imprensa de folhas e revistas aproxima o jornalismo do cotidiano da vida urbana.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> LUCA, Tania Regina de. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 447-448.

<sup>3</sup> LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 222.

<sup>4</sup> CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta: periodismos e vida urbana – 1890/1915**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013, p. 48.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 50-51.

Dessa forma, a imprensa ampliava seus leitores, os periódicos dinamizavam sua circulação, sendo as publicações colocadas à disposição em vários locais da cidade.<sup>6</sup> Era comum encontrar revistas à disposição para quem desejasse ler, o que ampliou a presença do periodismo no cotidiano das pessoas, seja como mero entretenimento informativo ou como material didático e pedagógico. Essa presença e importância torna esse material um documento de pesquisa com potencial para os estudos acadêmicos, “um veículo para a reconstrução do passado”.<sup>7</sup>

Cabe observar que, na sua historicidade, a imprensa deve ser considerada uma “força ativa da história do capitalismo na vida moderna”<sup>8</sup>, já que passou por processos decisivos na sua inserção num mercado editorial. “A história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando num imenso painel.”<sup>9</sup>

A imprensa se expandiu inserida em diversos contextos políticos, sociais, econômicos e culturais, ensinando, aconselhando, propondo condutas. Contudo, cabe destacar a diferença entre “o que o público pensa e acredita e necessita e aquilo que a imprensa veicula”<sup>10</sup>. A imprensa explicita ideias cristalizadas de seus criadores, os assuntos que aparecem nos textos refletem os pensamentos que circulam culturalmente nos diferentes momentos históricos. Por isso, a imprensa deve ser analisada de forma crítica, cuidadosa e atenta, já que sua constituição é “produto da experimentação e da criação social e histórica”, para que se possa exteriorizar outras experiências, vozes e interpretações que deem visibilidade a outras histórias e memórias.<sup>11</sup>

O periodismo feminino cresceu desde os finais do século XIX num contexto de transformações da presença feminina no cenário urbano. O primeiro periódico editado por mulheres foi o *Jornal das Senhoras* (1852-1855), que tinha como assuntos moda, literatura, belas-artes e teatro, e propunha a luta pela emancipação moral da mulher por meio da educação. Periódicos direcionados para as mulheres foram

---

<sup>6</sup> MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 8.

<sup>7</sup> CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre a história e a imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 254. MARTINS, LUCA, op. cit., p. 8.

<sup>8</sup> CRUZ, PEIXOTO, op. cit., p. 257.

<sup>9</sup> MARTINS, LUCA, op. cit., p. 9.

<sup>10</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. XVI.

<sup>11</sup> CRUZ, PEIXOTO, op. cit., p. 257-260.

editados em vários estados e circulavam por diferentes regiões, como: *O Sexo Feminino* (1873), *Echo das Damas* (1875-1879), *A Família* (1888), *A Mensageira* (1897), *O Domingo* (1874), *Jornal das Damas* (1874), *Myosotis* (1875), *A Voz Feminina* (1900) e *A Família* (1888).<sup>12</sup>

Além desse periodismo voltado para as mulheres das elites e setores médios, merece menção o *Anima e Vita* (1905), de Ernestina Lesina, que visava propagar princípios socialistas e feministas, abordando temas como alcoolismo, maternidade consciente, infância, família, amor livre, casamento, anticlericalismo e conflitos sociais.

Através de um discurso marcadamente pedagógico, esses periódicos se propunham a informar, educar, instruir e conscientizar as mulheres, levando à frente, entre outras missões, a luta pela educação feminina, vista como um fator transformador para a constituição de uma nova mulher. Reforçavam as atribuições de esposa e mãe, valorizando a mulher como o esteio da família, formadora dos futuros cidadãos e dos alicerces da pátria.<sup>13</sup>

No início do século XX, num quadro de transformações urbanas e comerciais, destacava-se a expansão da circulação de periódicos, jornais diários e revistas para públicos variados, que veiculavam um número cada vez maior e diversificado de anúncios de produtos, podendo-se observar como esse periodismo se encontrava permeado de conceitos e se constituiu como “dispositivo político”.<sup>14</sup>

Entre os vários periódicos que foram criados e veiculados, merece destaque a expansão e maior circularidade das revistas femininas, desatacando-se a *Revista Feminina* (1914-1936), *A Cigarra* (1914), o *Jornal das Moças* (1914-1965) e *Querida* (1954-1971), culminando na segunda metade do século XX com revistas como *Cláudia* (1963-1985).

[...] o público privilegiado sempre foi a mulher casada e mãe, que consagra(va) seu tempo, sobretudo, aos cuidados da família e com poder para decidir ou, ao menos, influir na escolha e no

---

<sup>12</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Propostas e lutas pela educação feminina: entre mães e operárias. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 42, n. 1, 2016.

<sup>13</sup> Ibidem, 2016. Idem. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**. São Paulo, v. 19, n. 19, 2013.

<sup>14</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

consumo de vasta gama de produtos- alimentos, produtos de higiene e beleza, roupas, remédios, móveis, utensílios e eletrodomésticos... não por acaso a publicidade invadiu suas páginas, desde o início, exibindo as vantagens dos artigos industrializados.<sup>15</sup>

O campo de ação da imprensa interfere em diferentes setores da sociedade, visando ensinar, aconselhar e propor condutas, estabelecendo modelos ideais de mulher. Os discursos veiculados pela imprensa, conjuntamente com os de outras instituições (legislativos, eclesiásticos, médicos, psiquiátricos, policiais, judiciais) objetivavam difundir padrões hegemônicos do feminino, validando comportamentos, sensibilidades e valores a serem construídos, divulgados e apropriados.

[...] a mulher branca, com capacidade de consumo e heterossexual, a quem atribui como objetivo máximo buscar ou manter seu “príncipe encantado”, para o que deve se preocupar com a manutenção da juventude e de um corpo esbelto, esforçar-se por estar em sintonia com as tendências de moda e beleza, regimes e tratamentos alternativos, para ficar nos tópicos dominantes.<sup>16</sup>

Em crescimento, o mercado editorial dirigido ao público feminino passou a observar as mulheres na sua pluralidade e diversidade, devendo ser contextualizado num conjunto de mudanças, com a expansão da presença feminina no espaço público, uma maior participação no mercado de trabalho, manifestações do movimento feminista, a mudança de hábitos, difusão dos métodos contraceptivos, entre outros elementos.

Assim, se periódicos como *Claudia* continuavam sendo dirigidos às mulheres casadas, com seu cotidiano e práticas, também sugeriram outros como *Nova/Cosmopolitan* e *Mais* (1973-1982) e *Mulher de hoje* (1980-98), voltados para

---

<sup>15</sup> LUCA, Tania Regina de. Mulheres em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 454.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 463.

mulheres interessadas na carreira e abordando mais abertamente questões sexuais, devendo-se incluir *Marie Claire*, *Barbara*, *Elle* e *AnaMaria*.<sup>17</sup> Nesse sentido da setorização, visando um público jovem, emergia a revista *Capricho*.

## 1.2 REVISTA *CAPRICH*O: PÚBLICO JOVEM

A revista *Capricho* foi publicada pela Editora Abril, pertencente à família Civita. Judeus de origem italiana, Carlo e Vittoria se casaram em 1903 e tiveram quatro filhos – Vera, César, Victor e Arthur Civita.<sup>18</sup> Os irmãos César e Victor migraram para os Estados Unidos para estudos, retornando para a Itália em 1929, formados como homens de negócios e vendedores, formações que lhes serviriam pelo resto da vida.<sup>19</sup> César Civita foi o responsável pela abertura da Editora Abril tanto na Argentina como no Brasil.

Em 1935, César conheceu a família Mondadori, donos da editora italiana Arnoldo Mondadori Editore.

[...] passou a frequentar a editora, que àquela altura, publicava além de livros, revistas de contos policiais e [...] gibis infantojuvenis. Entre eles, começaram a fazer sucesso duas revistinhas com personagens [...] Topolino (Mickey Mouse) e Paperino (Pato Donald). Assim César Civita se afastou do pai e do campo imobiliário para empreender na direção da Arnoldo Mondadori Editore.<sup>20</sup>

Nos finais da década de 1930, com a expansão do fascismo, a família Civita, de origem judaica, com medo das perseguições, emigrou para os USA/Nova Iorque. Posteriormente, César passou a “representar as empresas Disney na América do Sul”,

<sup>17</sup> LUCA, Tania Regina de. Mulheres em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 457-459.

<sup>18</sup> MARANHÃO, Carlos. **Roberto Civita: o dono da banca – a vida e as ideias do editor da Veja e da Abril**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 33-34.

<sup>19</sup> O registro da trajetória da família foi encomendado pelo neto de Victor Civita a Carlos Maranhão, jornalista que trabalhou mais de 40 anos na Editora Abril. A obra foi indicada ao Prêmio Jabuti de Biografia, Documentário e Reportagem em 2017. Ibidem, p. 36.

<sup>20</sup> Ibidem.

mais especificamente na Argentina, no Brasil, no Uruguai e em Buenos Aires, fundando a editora que tanto sonhara:

Na hora de escolher o nome da editora, Cesar pensou em várias possibilidades. Queria associá-lo, de alguma forma a juventude, pois afinal, a empresa se especializaria, ao menos no início, em publicações dirigidas a crianças e jovens. Juventude, vida nova, mudanças, esperança [...] troca de estação [...] uma árvore germinada que cresceu e frutificou [...] César se fixou na época do ano tão aguardada pelos europeus nos duros meses do inverno [...] o mês de Abril, quando o Hemisfério Norte acaba de entrar na primavera [...]. No dia 21 de novembro de 1941 [...] foi criada a Editora Abril.<sup>21</sup>

César Civita publicou a revista *El Pato Donald* na Argentina, atingindo grande sucesso. Em 12 de junho de 1950, fundou a Editora Abril em São Paulo. De volta a Roma, reencontrou a família, contando seu sucesso na Argentina e a perspectiva de ampliação da ação editorial: além das revistas infantojuvenis, tinha a pretensão de publicar fotonovelas italianas na Argentina. Convidou o irmão para participar desse projeto.

Victor Civita instalou-se em São Paulo com sua família e assumiu a direção na recém-fundada da Editora Abril brasileira.<sup>22</sup> A primeira publicação da Editora Abril em São Paulo foi, assim como a Abril Argentina, a revista *O Pato Donald*, em 1950. Em 1952, Victor Civita, ainda acompanhando o sucesso do irmão na Editora Abril Argentina, lançou a primeira revista periódica feminina, o almanaque *Capricho*, com conteúdo composto de histórias ilustradas e, depois, fotonovelas.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> MARANHÃO, Carlos. **Roberto Civita**: o dono da banca – a vida e as ideias do editor da Veja e da Abril. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 49.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 52-54.

<sup>23</sup> GRUSZYNSKI, Ana Claudia. O projeto gráfico de revistas: uma análise dos dez anos da revista Capricho. **Conexão** - Comunicação e Cultura. Caxias do Sul, v. 5, n. 10, jul./dez. 2006, p. 41.

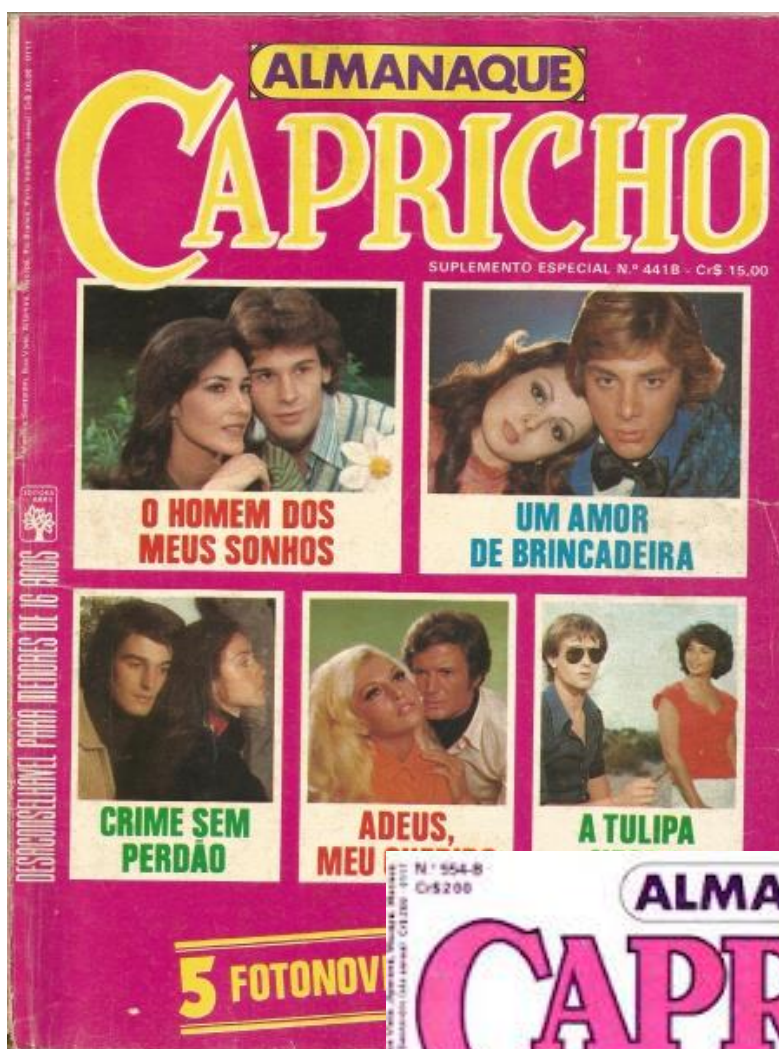


Figura 1 - Almanaque Capricho, 1978.

Figura 2 - Almanaque Capricho, 1978.



Esse gênero importado da Itália obteve sucesso, atraindo inúmeras leitoras. A *Capricho* chegou a atingir a marca de 500 mil exemplares vendidos.<sup>24</sup> Outras revistas desse ramo foram *Grande Hotel*, *Encanto*, *Sétimo Céu*, *Ilusão*, *Destino*, *Noturno*, *Sentimental*, *Romântica*, *Fascinação*, *Ternura*, *Carícia*. O gênero perdeu público no decorrer da década de 1970, em 1982 as fotonovelas deixaram de ser veiculadas na *Capricho*.

A partir de então, a revista *Capricho* passou a se destinar a jovens de 15 a 20 anos<sup>25</sup>, tornando-se a “revista da gatinha”. Essa reconfiguração foi fruto de mudanças de ordem social e cultural nesse momento histórico.<sup>26</sup> O projeto da revista *Capricho*, desde sua estrutura, escolha de temas e apresentação até suas imagens, revela uma linha editorial própria e característica, destacando-se a maneira como as matérias

[...] configuram a mulher e o amor, a conquista de parceiros persiste como tônica dominante, cabendo às leitoras lerem, interpretar e compreenderem o que os homens desejam, para assim corresponder a essas expectativas.<sup>27</sup>

Seus elementos funcionam para que sejam articulados, divulgados e disseminados projetos, ideias, valores, comportamentos que deveriam serem seguidos e perseguidos.<sup>28</sup> Abordando temas como moda, beleza e comportamento, a revista tornou-se líder de mercado, a mais vendida em seu segmento. Com slogan provocativo, “Seja diferente. Seja você”, a missão declarada da *Capricho* era “informar e formar garotas de atitude”, propondo um estilo de vida às suas leitoras, passando a mensagem de autenticidade<sup>29</sup>, pela repetição e naturalização do inusitado. Desse

---

<sup>24</sup> LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 460.

<sup>25</sup> GRUSZYNSKI, Ana Claudia. O projeto gráfico de revistas: uma análise dos dez anos da revista *Capricho*. **Conexão - Comunicação e Cultura**. Caxias do Sul, v. 5, n. 10, jul./dez. 2006, p. 34.

<sup>26</sup> CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre a história e a imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 259.

<sup>27</sup> LUCA, op. cit., p. 462.

<sup>28</sup> CRUZ, PEIXOTO, op. cit., p. 259.

<sup>29</sup> GRUSZYNSKI, op. cit., p. 45.

modo, configurava um jogo no qual a aparência valeria mais do que a essência para conquistar o “gato” tão sonhado e idealizado.<sup>30</sup>

Nos anos aqui observados, a periodicidade da *Capricho* variou entre mensal e quinzenal, acompanhando os interesses mercadológicos da Editora Abril. O público adolescente passou a contar com outros periódicos: em 1994, a Editora Símbolo levou às bancas mais uma revista voltada para as jovens adolescentes, a *Atrevida*, e a Editora Alto Astral colocou no mercado *Todateen* e *TeenMania*.

Enquanto a Editora Abril apostou em expandir horizontes para outros mercados, investindo, por exemplo, em marcas de materiais escolares e perfumes, a revista *Atrevida* estava presente na internet, nas bancas e nas redes sociais. Numa estratégia editorial que buscava manter o público, a *Capricho* se tornou quinzenal, até 2015, quando deixou de ser impressa<sup>31</sup> e começou a circular pela internet em formato de “blog”, com várias seções e tentando manter algumas marcas discursivas características da revista, mas se reinventando.

Para se entender o discurso da imprensa num paralelo entre o noticiado e a conjuntura do momento histórico da publicação, é necessário indagar “a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade”, percebendo como a revista *Capricho* buscou expressar-se através de linguagem e projeto editorial próprios, como se colocou e atuou em meio à correlação de forças naquela conjuntura, que grupos ou forças sociais se identificavam como forças de oposição.<sup>32</sup>

No espaço ocupado por esse tipo de publicação no cotidiano das jovens leitoras, as revistas podem desempenhar múltiplas funções (educativa, formativa, informativa, entretenimento); as

---

<sup>30</sup> LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 462.

<sup>31</sup> Quanto ao acervo da Editora Abril, as revistas *Capricho* estão depositadas em uma sala com estantes móveis. Organizadas pelos títulos, as edições estão em livros de capa dura, dispostos nas estantes de acordo com o ano de publicação. Dentro dos livros encontramos todas as revistas referentes ao ano correspondente, classificadas em ordem crescente dos meses. A revista *Capricho* possui a linguagem de alguém próximo que aconselha, ampara e aplaca angústias, resolve dúvidas e faz sugestões. As revistas são repletas de imagens atraentes e conteúdos diversificados, eram encontradas facilmente em bancas, livrarias e revistarias.

<sup>32</sup> CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 269.

temáticas, as concepções, os comportamentos e as práticas difundidas por suas páginas, sempre coloridas, atraentes, cuidadosamente diagramadas para assemelharem-se a adernos, agendas e bloquinhos, povoados por bilhetinhos, corações, bichinhos e outros objetos que fazem parte do cotidiano das meninas antes e durante a adolescência.<sup>33</sup>

### 1.3 CAPRICHOS E O PERIODISMO JOVEM, GERAÇÃO DE 1980-2010: REVISTA ADOLESCENTE

A juventude é uma fase da vida que pode ser observada como uma categoria social, em que se constituem “identidades e relações solidárias necessárias à transição de uma faixa etária para a outra”<sup>34</sup>. As formas como se vive podem indicar uma “permanência maior ou menor”<sup>35</sup> no período que compreende a juventude, fase da trajetória de vida plena de especificidades, única, marcante e definidora de experiências. A juventude “torna-se foco potencial de anormalidade ou de propostas de transformação social [...] o que traz à tona o caráter potencialmente problemático e da própria juventude [...] para o processo de transmissão de herança social”<sup>36</sup>.

A juventude seria uma fase em que todas as pessoas experimentam a vida de uma forma similar, desde que inseridas nos mesmos marcadores sociais da diferença, ou seja, quando falamos de juventude de uma mesma geração, juventude de um mesmo grupo social, juventude sob um recorte de gênero. A juventude não é uma identificação “pela idade (faixa etária), e sim por similaridades de situações nos mesmos tempos históricos, por compartilharem experiências em métodos e tabelas predefinidas”<sup>37</sup>.

---

<sup>33</sup> LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 462.

<sup>34</sup> ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Página Aberta, 1994, p. 3.

<sup>35</sup> FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 59.

<sup>36</sup> ABRAMO, op. cit., p. 4.

<sup>37</sup> PEDERIVA, Ana Barbara Aparecida. **Anos dourados ou rebeldes: juventude, territórios, movimentos e canções nos anos 60**. São Paulo: e-Manuscrito, 2020, p. 47.

Historicizar a juventude inclui observar seu ambiente, já que o jovem tem necessidade de pertencimento, bem como considerar que “o jovem é pensado como despossuído de pautas socialmente claras e psicologicamente factíveis. E, mesmo assim, deve construir sua sexualidade e aprender a lidar com ela”<sup>38</sup>.

Como já dito, a revista *Capricho* é uma revista periódica voltada para o público jovem, particularmente o feminino. Dentro de um contexto específico (1988 a 2010), em que ocorreram mudanças nas práticas sexuais, o periódico, entre outras questões, buscou informar e discutir temas ligados à sexualidade das jovens, como virgindade, iniciação na vida sexual, métodos contraceptivos, uso de preservativos, ações preventivas à gravidez precoce e ao aborto (ver capítulo 3). Com a difusão da epidemia da aids, esse assunto também se fez presente nas colunas da revista, sendo reiterados os cuidados para se evitar a contaminação.

A revista assume a plataforma da educação sexual, buscando esclarecer, orientar, informar e polemizar sobre esses temas. Uma das estratégias utilizadas era a publicação de testes com perguntas e respostas possíveis e um gabarito/resultado com respostas padronizadas.

No número de janeiro de 1999, a *Capricho* apresentou um teste intitulado “Você sabe tudo sobre sexo?”, com perguntas sobre a anatomia, contracepção, reprodução e satisfação feminina (a resposta correta é: “estar emocionalmente envolvida, relaxada e ser acariciada do modo correto”<sup>39</sup>), e ainda questões sobre a masturbação, ejaculação e ejaculação precoce, o tempo de sobrevivência do espermatozoide no corpo da mulher, sobre o espaço vazio na ponta de uma camisinha, fimose, período fértil, poluição noturna, corrimento vaginal e orgasmo feminino.

---

<sup>38</sup> PEDERIVA, Ana Barbara Aparecida. **Anos dourados ou rebeldes:** juventude, territórios, movimentos e canções nos anos 60. São Paulo: e-Manuscrito, 2020, p. 50.

<sup>39</sup> CAPRICHOS. “Teste: Você sabe tudo sobre sexo?” São Paulo, ed. 802, 31 jan. 1999, p. 79.

**Teste**

# Você sabe tu sobre sex

Uma coisa é ter informações básicas, outra é saber para valer o...  
 Afinal, quem não tem vergonha de perguntar certos detalhes e...  
 dúvidas? Veja aqui se você precisa de aulas ou se já entende de

- Com o que se parece o clitóris?  
 a. Com uma ervilha.  
 b. Com uma ostra.  
 c. Com um pênis.
- O que é coito interrompido?  
 a. A transa que é atrapalhada pela chegada de alguém.  
 b. É quando o menino perde a ereção durante a penetração.  
 c. É o nome da relação sexual em que o menino ejacula fora da vagina da menina.
- Qual a afirmação mais correta sobre os óvulos?  
 a. Eles são produzidos a cada menstruação.  
 b. A mulher já nasce com centenas de milhares de óvulos, e mais ou menos a cada 28 dias um deles amadurece.  
 c. As mulheres só passam a produzir óvulos quando menstruam pela primeira vez.
- Uma menina não engravida se...  
 a. o menino tirar o pênis da vagina antes de ejacular.  
 b. ela estiver menstruada.  
 c. seu parceiro estiver usando corretamente a camisinha e ela não estourar.
- Qual a afirmação mais correta sobre virgindade?  
 a. Meninas virgens não podem usar absorvente higiênico.  
 b. Sangramento e dor acompanham a perda da virgindade para todas as meninas.  
 c. Uma menina virgem pode ser examinada pelo ginecologista.
- Qual é o tamanho médio do pênis (em ereção) do brasileiro?  
 a. 8 cm.  
 b. 15 cm.  
 c. 12 cm.
- Uma menina que usa pílula anticoncepcional está protegida contra...  
 a. doenças sexualmente transmissíveis.  
 b. Aids.  
 c. somente gravidez.
- A pílula anticoncepcional evita a gravidez porque...  
 a. impede a ovulação.  
 b. mata os espermatozoides.  
 c. inibe a fabricação de espermatozoides.
- O que é mais importante para a satisfação sexual de uma menina?  
 a. O tamanho do pênis do menino.  
 b. A experiência sexual do menino.  
 c. Estar emocionalmente envolvida, relaxada e ser acariciada do modo correto.

78 CAPRICHÔ • 31 de Janeiro de 1999

Figura 3 - Seção "Teste" da edição 802 da revista *Capricho*, 31 jan. 1999.

Figura 4 - Seção "Teste" da edição 802 da revista *Capricho*, 31 jan. 1999.

udo  
 XO?

assunto.  
 mostrar suas  
 tudo

- O que a masturbação pode causar numa menina?  
 a. Alteração hormonal e interrupção do crescimento dos seios.  
 b. Problemas para transar depois.  
 c. Ajuda a conhecer melhor o próprio corpo.
- A ejaculação precoce acontece...  
 a. quando o menino começa a transar bem cedo, por volta dos 12 anos.  
 b. quando o menino ejacula rapidamente. Isso tem a ver com ansiedade.  
 c. quando ele ejacula se masturbando.
- Quanto tempo um espermatozóide pode sobreviver no corpo de uma mulher?  
 a. Apenas algumas horas.  
 b. No máximo um dia.  
 c. De dois a três dias.

79 CAPRICHÔ • 31 de Janeiro de 1999

Nos resultados, se a pontuação fosse menor que 9, considerava-se a leitora "despreocupada" (desinformada). Essa leitora era então aconselhada a ficar atenta, olhar quais são as respostas certas e, em caso de dúvida, perguntar a professores, mãe ou ginecologista. Se a pontuação fosse de 10 a 16 pontos, considerava-se que a jovem era "interessada" no assunto, mas a matéria reforçava que a melhor forma de prevenção seria o conhecimento. Se a pontuação fosse maior que 16, considerava-se que estava "ligada", bem-informada, era necessário colocar os conhecimentos em prática e não renunciar à camisinha.<sup>40</sup>

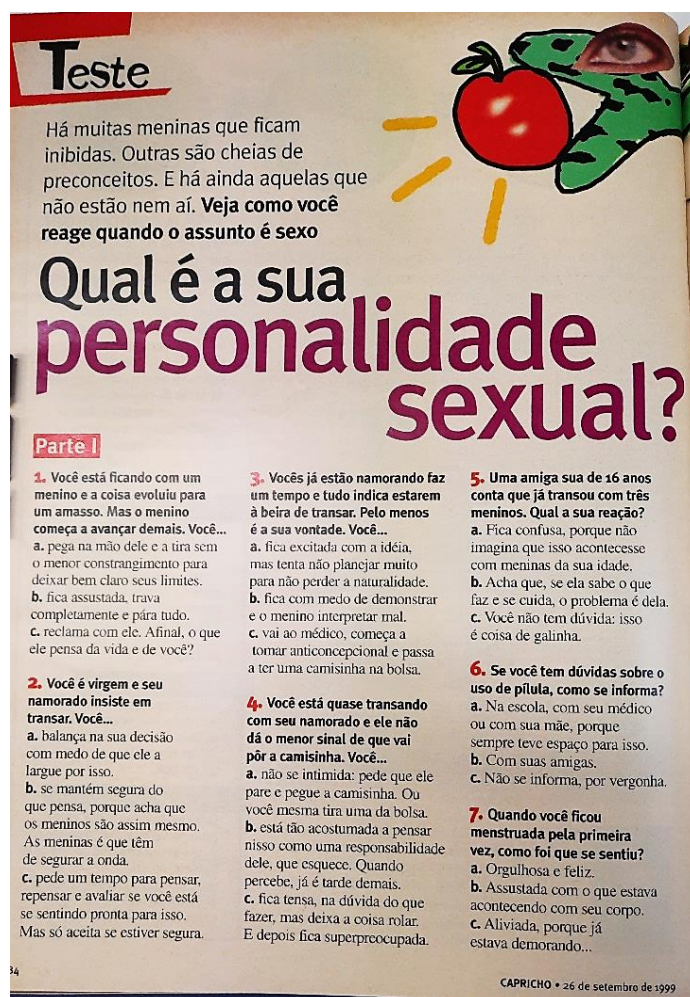


Figura 5 - Seção "Teste" da edição 802 da revista *Capricho*, 31 jan. 1999.

<sup>40</sup> CAPRICHIO. São Paulo, ed. 802, 31 jan. 1999, p. 78-81.

O teste em questão elucidava como o assunto da sexualidade entre adolescentes era tratado e também como o sexo estava envolto em sentimentos. Os artigos mencionavam que as situações apresentadas eram hipotéticas, evidenciavam ainda que a maioria das leitoras da *Capricho* que haviam iniciado a vida sexual não compreendiam a dimensão do assunto: as formas de se fazer sexo seguro, métodos anticoncepcionais e educação sexual. Em suas matérias, o periódico procurava abordar essas questões sob a perspectiva de autoridades da área, como psicólogas, enfermeiras, médicos, utilizando-se de dados de pesquisas para subsidiar os argumentos e pontos levantados.

Os testes da revista diziam bastante sobre os assuntos/questões em voga entre a juventude. Em setembro de 1999 a *Capricho* lançou o teste:



**Teste**

Há muitas meninas que ficam inibidas. Outras são cheias de preconceitos. E há ainda aquelas que não estão nem aí. **Veja como você reage quando o assunto é sexo**

## Qual é a sua personalidade sexual?

**Parte I**

- 1. Você está ficando com um menino e a coisa evoluiu para um amasso. Mas o menino começa a avançar demais. Você...**
  - a. pega na mão dele e a tira sem o menor constrangimento para deixar bem claro seus limites.
  - b. fica assustada, trava completamente e pára tudo.
  - c. reclama com ele. Afinal, o que ele pensa da vida e de você?
- 2. Você é virgem e seu namorado insiste em transar. Você...**
  - a. balança na sua decisão com medo de que ele a largue por isso.
  - b. se mantém segura do que pensa, porque acha que os meninos são assim mesmo. As meninas é que têm de segurar a onda.
  - c. pede um tempo para pensar, repensar e avaliar se você está se sentindo pronta para isso. Mas só aceita se estiver segura.
- 3. Vocês já estão namorando faz um tempo e tudo indica estarem à beira de transar. Pelo menos é a sua vontade. Você...**
  - a. fica excitada com a ideia, mas tenta não planejar muito para não perder a naturalidade.
  - b. fica com medo de demonstrar e o menino interpretar mal.
  - c. vai ao médico, começa a tomar anticoncepcional e passa a ter uma camisinha na bolsa.
- 4. Você está quase transando com seu namorado e ele não dá o menor sinal de que vai pôr a camisinha. Você...**
  - a. não se intimida: pede que ele pare e pegue a camisinha. Ou você mesma tira uma da bolsa.
  - b. está tão acostumada a pensar nisso como uma responsabilidade dele, que esquece. Quando percebe, já é tarde demais.
  - c. fica tensa, na dúvida do que fazer, mas deixa a coisa rolar. E depois fica superpreocupada.
- 5. Uma amiga sua de 16 anos conta que já transou com três meninos. Qual a sua reação?**
  - a. Fica confusa, porque não imagina que isso acontecesse com meninas da sua idade.
  - b. Acha que, se ela sabe o que faz e se cuida, o problema é dela.
  - c. Você não tem dúvida: isso é coisa de galinha.
- 6. Se você tem dúvidas sobre o uso de pílula, como se informa?**
  - a. Na escola, com seu médico ou com sua mãe, porque sempre teve espaço para isso.
  - b. Com suas amigas.
  - c. Não se informa, por vergonha.
- 7. Quando você ficou menstruada pela primeira vez, como foi que se sentiu?**
  - a. Orgulhosa e feliz.
  - b. Assustada com o que estava acontecendo com seu corpo.
  - c. Aliviada, porque já estava demorando...

34

CAPRICHÔ • 26 de setembro de 1999

Figura 6 - Seção "Teste" da edição 819 da revista *Capricho*, 26 set. 1999.

**8. Você tem um sonho atrapalhado, o de estar transando com um cara mais velho, da idade do seu pai. Quando acorda...**

a. se lembrar, vai sentir a maior vergonha. Mas o mais provável é que esqueça.  
b. fica incomodada, tentando entender se tem algum significado.  
c. se diverte com essa fantasia da sua cabeça.

**9. Uma amiga ficou grávida e optou por abortar. Como você reage?**

a. Fica revoltada com a atitude da menina e não esconde isso dela nem de ninguém.  
b. Nunca faria a mesma coisa, mas passa por cima das suas convicções e dá apoio para uma amiga em situação difícil.  
c. Fica na sua, até porque a história mexe com você. Fica imaginando como seria se estivesse no lugar dela.

**10. Se o seu namorado está insistindo em transar e você não está com a mínima vontade porque está cheia de preocupações na cabeça, como reage?**

a. acaba passando por cima e transando com ele.  
b. é carinhosa, mas diz que não dá para ser hoje.  
c. acaba ficando com vontade de transar.

**11. Você vê dois caras se beijando. Como reage?**

a. Acha um completo absurdo.  
b. Estranha um pouco.  
c. Acha que eles estão no direito deles.

**Parte II**  
Assinale as coisas com que você concorda

Faz mal para um menino não transar.  
 Não pega bem menina usar camisinha na bolsa.  
 Se masturbar faz mal para a saúde.  
 É responsabilidade da menina se preocupar com a gravidez.  
 É difícil dizer "não" quando está apaixonada. Ai, acaba transando sem camisinha.  
 Na hora de pôr a camisinha, dá uma esfriada na relação.

**Pontuação**  
**Parte I**  
Some seus pontos conforme a tabela abaixo

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
a.	0	2	2	0	1	0	0	2	2	2	2
b.	2	1	1	2	0	1	2	1	1	0	1
c.	1	0	0	1	2	2	1	0	0	1	0

**Parte II**  
Some mais um ponto para cada alternativa assinalada

Veja o resultado na próxima página →

PHOTO: JAY JORDAN  
CAPRICHO • 26 de setembro de 1999

Figura 7 - Seção "Teste" da edição 819 da revista *Capricho*, 26 set. 1999.

Qual é a sua personalidade sexual? Há muitas meninas que ficam inibidas. Outras são cheias de preconceitos. E há ainda aquelas que não estão nem aí. Veja como você reage quando o assunto é sexo.<sup>41</sup>

As perguntas do teste variavam, porém uma questão chamou atenção: "Uma amiga ficou grávida e optou por abortar. Como você reage?" As alternativas são:

a) Fica revoltada com a atitude da menina e não esconde isso dela nem de ninguém. b) Nunca faria a mesma coisa, mas passa por cima de suas convicções e dá apoio para uma amiga em situação difícil. c) Fica na sua, até porque a história mexe com você. Fica imaginando como seria se estivesse no lugar dela.<sup>42</sup>

<sup>41</sup> CAPRICHO. "Qual é a sua personalidade sexual?" São Paulo, ed. 819, 26 set. 1999, p. 84-86.

<sup>42</sup> CAPRICHO. "Qual é a sua personalidade sexual?" São Paulo, ed. 819, 26 set. 1999, p. 85.

Cada resposta possuía uma pontuação. A pontuação da alternativa “a” sugeria uma menina

[...] tímida: quando o assunto é sexo, você fica muito atrapalhada. Esquece o que sabe, fica com medo de chatear o menino, deixa se levar por um monte de preconceitos e... enfim, corre o risco de fazer coisas e se arrepender.<sup>43</sup>

Sugeria que a jovem deveria se informar, aprender melhor a lidar com os próprios sentimentos e conversar com o namorado.

A pontuação da alternativa “b” sugere uma menina

[...] incoerente: você vive se atrapalhando entre as suas certezas e os acontecimentos [...] Tem também o lado dos preconceitos com o comportamento dos outros. Por mais que você tenha uma opinião formada sobre aborto e homossexualidade, é importante saber respeitar pessoas, os sentimentos delas, e, sobretudo, as dificuldades pelas quais elas podem estar passando. Afinal, ser educada também é ser solidária.<sup>44</sup>

A pontuação da alternativa “c” sugeria uma jovem “[...] segura: você é bastante bem-informada e, ao que parece, em geral consegue agir de acordo com as coisas que sabe [...]”.

A concepção adotada pela revista foi a de que uma jovem, ao descobrir a gravidez de sua amiga, não deveria dar sua opinião, apenas se colocar no lugar da outra pessoa. Contudo, tal concepção não é a observada no conjunto dos discursos da revista, pois inúmeros relatos publicados em outras edições mostravam o quanto a jovem grávida pode se sentir solitária e cheia de inseguranças. Uma amizade, nessas condições, seria fundamental, conversar sobre esse problema seria necessário para a garota se assegurar da decisão.

---

<sup>43</sup> CAPRICHIO. “Qual é a sua personalidade sexual?” São Paulo, ed. 819, 26 set. 1999, p. 85.

<sup>44</sup> CAPRICHIO. “Qual é a sua personalidade sexual?” São Paulo, ed. 819, 26 set. 1999, p. 85.

**Qual é a sua personalidade sexual?**

**Resultado**  
Leia a resposta que corresponde à sua pontuação



**Segura**  
De 0 a 9 pontos

Você é bastante bem-informada e, ao que parece, em geral consegue agir de acordo com as coisas que sabe. O mais importante é que tem um jeito legal de fazer isso, sem se tornar agressiva com os meninos nem muito menos desrespeitar a si mesma. Não é nada fácil dizer "não" para um menino de quem está gostando. Muito menos arrumar uma maneira de dizer a ele que sem camisinha não tem conversa. Mas você sabe que, com jeitinho, dá para fazê-lo entender isso. Sexo é mesmo uma parte muito delicada das relações e por isso é tão importante poder conversar, demonstrar o que está sentindo e saber entender e aceitar as diferenças de cada um.



**Incoerente**  
De 10 a 19 pontos

Você vive se atrapalhando entre as suas certezas e os acontecimentos. Resultado: às vezes, corta o menino de uma forma seca e direta, quebrando qualquer clima. Outras vezes, deixa a paixão falar mais alto e abre o caminho para esquecer a camisinha. Ou seja, nem é educada com o menino nem cuidadosa consigo mesma. Tem também o lado dos preconceitos com o comportamento dos outros. Por mais que você tenha uma opinião formada sobre aborto e homossexualidade, é importante saber respeitar pessoas, os sentimentos delas e, sobretudo, as dificuldades pelas quais elas podem estar passando. Afinal, ser educada também é ser solidária.



**Tímida**  
De 20 a 28 pontos

Quando o assunto é sexo, você fica muito atrapalhada. Esquece o que sabe, fica com medo de chatear o menino, deixa se levar por um monte de preconceitos e... enfim corre o risco de fazer coisas e se arrepender. Mesmo sem ser uma menina muito avançada, você vai se sentir mais à vontade com sua vida sexual se o assunto virar uma coisa mais natural. Você pode conseguir isso ao se informar, ao aprender a lidar com os sentimentos e ao tentar conversar mais com seu namorado. Assim, você vai descobrir que ser educada não é ser controlada. Um exemplo: dá para dizer "não" ao menino sem se paralisar pelo medo de perdê-lo. Afinal, o primeiro passo é você ir atrás de se sentir bem. Se ele não entender isso, é provável que nem seja o cara ideal para você.

86

CAPRICHÔ • 26 de setembro de 1999

Figura 8 - Seção "Teste" da edição 819 da revista *Capricho*, 26 set. 1999.

Entre os anúncios presentes nessa edição destaca-se a do teste de gravidez da empresa UnivestPlus e a das pílulas anticoncepcionais do laboratório LIBBS.<sup>45</sup>

<sup>45</sup> CAPRICHÔ. São Paulo, ed. 819, 26 set. 1999.

**GRAVIDEZ PRECOCE**  
*Um tremendo vacilo*

De repente toda aquela independência, liberdade e meiguice da adolescência podem ir por água abaixo, simplesmente por um vacilo durante aquele clima que pintou. Por mais consciente e informada que você possa estar sobre os cuidados para se evitar uma gravidez precoce, quando bate aquele momento superlegal, você precisa ter a certeza que está segura porque utilizou um método anticoncepcional eficaz. Procure o seu ginecologista. Ele é a melhor pessoa para lhe dar a orientação correta sobre um produto que respeita a sua liberdade e estética.

**Não vacile, bata um papo com o seu ginecologista!**

Serviço de Atendimento LIBBS  
0800-135044  
<http://www.libbs.com.br>

**LIBBS**

Figura 9 - Anúncio da edição 819 da revista *Capricho*, 26 set. 1999.

Em outubro de 1999, a *Capricho* lançou um teste psicológico:

Você brinca com fogo? Tem menina que gosta de aventura. Tem menina que prefere não se arriscar. E você, como lida com desafios? Descubra se você veio a esta vida mais para lançachamas do que para extintor de incêndio.<sup>46</sup>

As perguntas do teste variavam entre sexualidade, virgindade, desejo sexual, métodos contraceptivos, menstruação, imaginação e pressão para o ato sexual acontecer:

<sup>46</sup> CAPRICHIO. "Você brinca com fogo?" São Paulo, ed. 821, 24 out. 1999, p. 88-89.

Na aula do professor mais durão, surge um assunto polêmico, como o aborto, e sua opinião é totalmente contrária à dele. Mas ele não parece disposto a abrir o debate. O que você faz?<sup>47</sup>

As alternativas eram:

a) Dá uma de joana-sem-braço e lança sua opinião, tentando animar os colegas a entrar na discussão. b) Dá uma de joana-com-braço e fica na sua, pois o que o professor pensa ou deixa de pensar não vai mudar sua opinião (nem sobre o assunto, muito menos sobre ele). c) Interrompe a aula e propõe que a classe opine, já se candidatando a ser a primeira. d) Fica irritada, com coceira na garganta, mas não consegue falar nada. Quando o professor sai, você explode de raiva.<sup>48</sup>

Como os outros testes, cada resposta possuía uma pontuação. A pontuação das alternativas “a” e “c” sugere uma jovem “bombeira”, que “vive perigosamente”. Nesse caso, a revista alertava que as garotas deveriam “medir com cuidado os riscos” para não se arrependem. A pontuação da alternativa “d” sugere uma menina “pirotécnica”, que “gosta de se arriscar, desde que tenha uma saída estratégica”. A pontuação da alternativa “b” sugere uma jovem “incendiária”, que “adora viver perigosamente, não tem medo de transgredir regras que ache injustas e bota a cara pra bater – algumas vezes sai com o rosto inchado, mas faz parte da aposta”<sup>49</sup>.

Esses assuntos se fizeram recorrentes na revista, de modo a evidenciar um conhecimento superficial das jovens sobre assuntos que envolvem a educação sexual, temática que suscitava polêmicas, apesar da referência constante à necessidade de informar e formar os adolescentes em relação a questões da sexualidade, desejos, autoconhecimento, empatia, gênero e identidade. Na maior parte das vezes, esses assuntos não se faziam presentes no currículo escolar da época ou eram abordados de forma tímida e eventual, deveria ser ampliado o leque discursivo sobre esses assuntos.<sup>50</sup>

<sup>47</sup> CAPRICHIO. “Você brinca com fogo?” São Paulo, ed. 821, 24 out. 1999, p. 88.

<sup>48</sup> CAPRICHIO. “Você brinca com fogo?” São Paulo, ed. 821, 24 out. 1999, p. 88-89.

<sup>49</sup> CAPRICHIO. “Você brinca com fogo?” São Paulo, ed. 821, 24 out. 1999, p. 89.

<sup>50</sup> Acerca dos critérios a serem ensinados na escola, é importante dizer que a educação sexual deve ser abordada na escola, como sugestão dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Então, durante a infância, fala-se sobre corpo, diferenças sobre gênero, deixando a prática sexual para ser conversada num momento de maior desenvolvimento cognitivo da pessoa jovem, no sentido de não querer estimular uma sexualidade precoce, ao contrário, para preparar cidadãos para a vivência e não para o

Na edição da *Capricho* de outubro de 1999, a matéria de capa destacava:

Qual a idade certa de transar? Os brasileiros perdem a virgindade mais cedo. Teste se está na hora para você: Uma pesquisa mostra que aumentou o número de meninas e meninos que está perdendo a virgindade antes dos 15 anos. O governo se preocupa e diz que é muito cedo. Ele tem razão?<sup>51</sup>

A matéria citava uma pesquisa do Ministério da Saúde que consultou 3.600 pessoas,

[...] perguntando se você é virgem e quando foi que transou. Essa pesquisa aconteceu em 1998 e revelou que os brasileiros estão transando mais cedo [...]. Os pesquisadores compararam esses dados com as respostas de pessoas que tinham essa idade há quinze anos. Chegou assim a um fato: o número de adolescentes que transava antes dos 15 naquela época era bem menor: 14% das mulheres e 34% dos homens entrevistados.<sup>52</sup>

A matéria ainda trazia a fala do então ministro da Saúde José Serra: “Você vê meninas de 13 anos que engravidaram porque não sabiam que corriam esse risco. Imagine então o risco que elas não correm com a AIDS.”<sup>53</sup> O ministério lançou uma campanha de esclarecimento sobre o assunto em 1999. “Além de prevenção, a campanha vai sugerir que as meninas adiem a hora de começar a transar.”<sup>54</sup>

Destacava-se que, mesmo que os jovens se sentissem preparados para “transar”, não significava que estariam maduros psicologicamente para isso<sup>55</sup>, alertando para a legislação vigente no Brasil.<sup>56</sup>

---

mundo do trabalho. A escola é o lugar da reflexão, e a reflexão sobre sexualidade perpassa por aquela sobre o ato sexual em si, sendo defendida como objeto de emancipação jovem, que visa trazer mais informação para que as ações possam acontecer de forma mais responsável.

<sup>51</sup> CAPRICHOS. “Cedo ou cedo demais?” São Paulo, ed. 820, 10 out. 1999, p. 26.

<sup>52</sup> CAPRICHOS. “Cedo ou cedo demais?” São Paulo, ed. 820, 10 out. 1999, p. 27.

<sup>53</sup> CAPRICHOS. “Cedo ou cedo demais?” São Paulo, ed. 820, 10 out. 1999, p. 27.

<sup>54</sup> CAPRICHOS. “Cedo ou cedo demais?” São Paulo, ed. 820, 10 out. 1999, p. 27.

<sup>55</sup> A questão do adiamento da iniciação sexual em adolescentes é um tema que foi pouco debatido, mas merece atenção. O Decreto-lei 2.848 de 07/12/1940, que ainda está em vigência, permite o consentimento sexual a partir de 14 anos, antes dessa idade, consentir a prática sexual é considerado crime. O sexo, sendo um ato da natureza privada, quando não aprovado pelos pais, pode ser objeto de apreciação pela Justiça sob o argumento de sedução (se direcionado a uma moça virgem) ou corrupção de menores. Porém, todas as acusações podem ser retiradas se a vítima se casar com o acusado, conforme artigo 107, VII, do Código Penal Brasileiro.

<sup>56</sup> CAPRICHOS. “Cedo ou cedo demais?” São Paulo, ed. 820, 10 out. 1999, p. 26-29.

Outra matéria que se destacou nessa edição encontrava-se na seção *Gente*:

Como foi, quando foi? Para falar sobre a primeira vez, repórteres da *Capricho* ouviram catorze personalidades. Aqui, você vai ler a história que marcou cada um e descobrir se eles acham que perderam a virgindade cedo -ou tarde – demais.<sup>57</sup>

A matéria trazia relatos de pessoas famosas, eram elas: Luciano Huck, Thiago Lacerda, Carolina Kasting, Rodrigo Varonese, Daniela Faria, Thierry Figueira, Carolina Dieckmann, Heitor Martinez e Mateus Rocha. Todos declararam que foi na adolescência que se deu sua introdução sexual. Havia concordância acerca da necessidade do uso da camisinha, embora muitos dos entrevistados tenham assumido que não a usaram na primeira relação. A matéria era enfática sobre a necessidade de os pais conversarem com seus filhos sobre sexo, procurando informá-los e evitando que o assunto se tornasse tabu.

Outro ponto colocado era sobre a sexualidade dos jovens antes dos 15 anos, considerada como precipitada<sup>58</sup>, pois era consenso que, para se iniciar sexualmente, era necessário conhecer o próprio corpo, entender os próprios sentimentos e as emoções, para saber lidar melhor com os impactos de uma vida sexual ativa.

A edição de maio de 2000 trouxe um depoimento marcante (ver capítulo 2, item 2.1) em destaque na capa: “Junior (da dupla Sandy e Junior) rompe o silêncio e fala sobre sexo”. Na seção *Gente*, a matéria ganhou o título: “‘Eu já transei’: Junior revela que não é mais virgem e que já ficou com doze garotas. Junior acaba com o mistério sobre sua vida sexual”<sup>59</sup>. O texto contava que o artista não era mais virgem “há algum tempo”, e ele revelou isso dias depois de completar 16 anos.

A matéria também pontuava dados do Ministério da Saúde apontando que no Brasil, em 1984, a taxa de quem perdia a virgindade antes dos 15 anos era de 35% entre os meninos e 14% entre as meninas; já em 1998, a taxa se elevou para 47% entre os meninos e 32% entre as meninas. Dados mundiais, numa pesquisa coletada pela Durex em 14 países (Canadá, República Tcheca, França, Alemanha, Grécia, Itália, México, Polônia, Cingapura, Espanha, Taiwan, Tailândia, Inglaterra e Estados

<sup>57</sup> CAPRICHOS. “Como foi, quando foi?” São Paulo, ed. 820, 10 out. 1999, p. 32.

<sup>58</sup> CAPRICHOS. “Como foi, quando foi?” São Paulo, ed. 820, 10 out. 1999, p. 32-37.

<sup>59</sup> CAPRICHOS. “Eu já transei”. São Paulo, ed. 836, 21 mai. 2000, p. 8.

Unidos), revelavam que os meninos perdiam a virgindade por volta dos 15 anos e as meninas, 16 anos.

Buscava-se tratar o tema da sexualidade com naturalidade, apresentando dados de estudos científicos realizados por instituições renomadas mundialmente. A edição ainda contava com a publicidade do teste de gravidez Unitest.<sup>60</sup>



Figura 10 - Anúncio da edição 836 da revista *Capricho*, 21 mai. 2000.

A *Capricho* de maio de 2001 veiculava uma campanha publicitária da LIBBS inserida no tema:

Deu bobeira? Existem momentos na vida da gente em que surge "um clima" e nos envolvemos bastante numa relação, não é mesmo? Mas e se numa destas situações os seus cálculos estiverem errados, você tiver esquecido de tomar seu anticoncepcional ou a camisinha furar justo na hora "H"? Você estaria desprotegida e correndo o risco de uma gravidez não-planejada. O que fazer numa situação destas? Hoje em dia não é mais necessário você entrar naquela "neura" de estar sujeita a uma gestação na hora errada, pois já está disponível um novo método de Contracepção de Emergência com altos índices de eficácia e baixa incidência de efeitos colaterais. Consulte o seu ginecologista, informe-se mais sobre este novo método e 'curta'

<sup>60</sup> CAPRICHOS. São Paulo, ed. 836, 21 mai. 2000.

de forma mais tranquila aqueles climas que 'pintam' na sua vida.  
LIBBS<sup>61</sup>

**Deu Boeira?**

Existem momentos na vida da gente em que surge "um clima" e nos envolvemos bastante numa relação, não é mesmo?

Mas, e se numa destas situações os seus cálculos estiverem errados, você tiver esquecido de tomar o seu anticoncepcional ou a camisinha furar justo na hora "H"? Você estaria desprotegida e correndo o risco de uma gravidez não-planejada. O que fazer numa situação destas?

Hoje em dia não é mais necessário você entrar naquela "neura" de estar sujeita a uma gestação em hora errada, pois já está disponível um novo método de Contraceção de Emergência, com altos índices de eficácia e baixa incidência de efeitos colaterais.

Consulte o seu ginecologista, informe-se mais sobre este novo método e "curta" de forma mais tranquila aqueles climas que "pintam" na sua vida.

Serviço de Atendimento LIBBS  
0800-135044  
www.libbs.com.br

**LIBBS**

Figura 11 - Anúncio da edição 861 da revista *Capricho*, 6 mai. 2001.

Na segunda quinzena de novembro de 2003, outra matéria chamava atenção, o título era "Vista a Camisa. Felipe Dylan, Bruno Gagliasso, Henry Castelli, Erik Marmo e Cauã Reymond dão o recado: Sexo sem camisinha é sinal de falta de amor - pelo garoto e pela vida"<sup>62</sup>. Os jovens atores contavam que sempre usavam camisinha, reforçavam que ela protege contra a gravidez indesejada e, principalmente, contra a aids. Posicionavam-se dizendo que era obrigação tanto das meninas como dos

<sup>61</sup> CAPRICHOS. São Paulo, ed. 861, 6 mai. 2001.

<sup>62</sup> CAPRICHOS. "Vista a camisa". São Paulo, ed. 928, 30 nov. 2003, p. 58.

meninos carregar preservativos consigo. “Camisinha, tem que usar” era o mote, acompanhando os argumentos:

risco do elevador descer e o porteiro abrir a porta...83%; risco dele esbarrar com o cotovelo no alarme...54%; risco de vocês serem filmados pela câmera de segurança...99%; risco do filme da câmera ir parar na locadora...58%; Vocês já correm risco demais. Usem camisinha. Capricho. Há 10 anos promovendo a campanha: Camisinha, tem que usar.<sup>63</sup>

Na edição de janeiro de 2000, a seção *Sua Vida: Sexo*, com matéria intitulada “Pílula de amanhã”<sup>64</sup>, relatava que, numa tentativa de diminuir a incidência de adolescentes grávidas, na França as enfermeiras das escolas contariam com pílulas do dia seguinte para as adolescentes. Colocava então uma pergunta que demonstrava preocupação: “Será que meninas não vão agora passar a usar menos camisinha e não se prevenir contra gravidez e AIDS?”<sup>65</sup> Cabe ressaltar que a revista, sempre que se referia às pílulas do dia seguinte, destacava se tratar de um método contraceptivo de emergência.

Outras temáticas também se fazem presentes na *Capricho*, como assuntos envolvendo a maternidade, como maternidade precoce (capítulo 2) e maternidade indesejada, incluindo a polêmica questão do aborto (capítulo 3).

---

<sup>63</sup> CAPRICHIO. São Paulo, ed. 928, 30 nov. 2003.

<sup>64</sup> CAPRICHIO. “Pílula de amanhã”. São Paulo, ed. 827, 16 jan. 2000, p. 116.

<sup>65</sup> CAPRICHIO. “Pílula de amanhã”. São Paulo, ed. 827, 16 jan. 2000, p. 116.

## **CAPÍTULO 2 – JUVENTUDE, CORPO FEMININO E MATERNIDADE**

“Eu, você e o mundo viemos do mesmo lugar  
De um ventre, de uma mãe, de uma mulher  
Então pegue o caminho do meio  
Que não te cabe julgar  
O que ela vai deitar no seu seio”

*Em defesa delas – Católicas pelo Direito de Decidir*

Este capítulo centra sua análise na discussão sobre o corpo e sexualidade, a vida e a saúde das mulheres, priorizando os discursos médicos e suas propostas sobre a mulher como agente familiar da higiene, construções históricas sobre a maternidade, a família, casamento, entre outras.

Aborda os desafios e questões suscitadas pela imprensa no período que compreende os anos 1988 a 2010, discutindo as propagandas veiculadas na *Capricho* sobre o corpo e beleza, garotas da *Capricho*, além das representações e polêmicas sobre a sexualidade, introdução sexual e os cuidados na prevenção à gravidez e à aids.

## 2.1 PATRIARCADO, FEMINISMO E GÊNERO

Esta pesquisa está em um campo que pensa o feminismo sob a óptica dos marcadores sociais da diferença, uma forma interseccional de ver o mundo, ou seja, quando pensamos na questão de gênero, aqui colocada, não podemos separar dessa análise pontos de vista que se relacionam às questões de etnia, classe social e geração, para pensarmos os questionamentos sobre “o sexismo, a exploração sexista e a opressão”<sup>66</sup>. Ao dedicar o olhar a essa forma de ver o mundo, dinamizamos as conexões entre o passado e as práticas atuais, isso significa que olhar a questão de gênero dessa forma retira as mulheres de seu status à margem da sociedade, pois entende que as relações são “mutáveis e reconstruíveis”<sup>67</sup> no decorrer do tempo histórico.

As questões de gênero evidenciam uma sociedade predominantemente patriarcal. Patriarcalismo é a ideia de que existe uma superioridade de gênero, e essa superioridade está ligada ao patriarca da família, ao homem. Como afirma hooks, o patriarcado é uma “outra maneira de nomear o sexismo institucionalizado”<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 5ª ed. Tradução Ana Luiza Libâneo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019, p. 10.

<sup>67</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. História das Mulheres e das Relações de Gênero: Campo Historiográfico, Trajetórias e Perspectivas. **Mandrágora**. São Paulo, v. 19, n. 19, 2013, p. 11.

<sup>68</sup> HOOKS, op. cit., p. 10.

O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero[...] como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão. Entra-se, assim, no reino da História. Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política.<sup>69</sup>

Assim sendo, o patriarcado é um sistema de “poder do gênero masculino enquanto categoria social”<sup>70</sup>, de ancestralidade ligada ao pai, que é capaz de manter o controle do gênero feminino. O patriarcado define hierarquizações nas relações sociais, e as mulheres, nessa hierarquia, devem se subordinar ao gênero masculino.

Historicamente, as representações de feminilidade e masculinidade demarcaram para os homens os espaços públicos e para as mulheres o espaço privado. Essa distinção entre público e privado evidencia os espaços ocupados pelos gêneros. A mulher condicionada desde a infância a permanecer no privado, em seu lar, cuidando dos filhos e da casa. O homem numa posição de destaque, aquele que lida com negócios, que é bem-sucedido. Por outro lado, a mulher que fosse considerada “pública” era vista como imoral, a vergonha da família. Seria desejável que a mulher pública desaparecesse, pois a mulher bem-vista era a mulher privada, que tinha certa predisposição para a maternidade, aquela que cuida da casa, que estava sempre arrumada, um objeto bem-humorado, dedicada e atenciosa.

A mulher é uma figura essencial no patriarcado, pois garante sua manutenção como peça essencial para a constituição da família. Homens que não cuidam de seus filhos são coitados, porque certamente não “possuem” esposa. Mulheres que não cuidam de seus filhos são desprezíveis e constantemente julgadas, em concordância com Perrot:

[...] o homem público desempenha um papel importante e reconhecido [...] participa do poder [...]. A mulher publica constitui vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem[...] [aquela] sem individualidade

<sup>69</sup> SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015, p.148.

<sup>70</sup> STRÜCKER, Bianca; MAÇALAI, Gabriel. "Bela, recatada e do lar": Os novos desdobramentos da família patriarcal. **Anais do XIII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e IX Mostra Internacional de Trabalhos Científicos**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2016, p. 3.

própria. [...] [a mulher privada] foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira.<sup>71</sup>

Os estudos feministas propõem uma ruptura epistemológica ao lerem a sociedade e a cultura sob a perspectiva do gênero, pois dessa forma, enxergando a mulher como o centro, podemos evidenciar o papel a que as mulheres estão sujeitas socialmente. O feminismo desconstrói a representação da mulher como objeto, passando a identificá-la e representá-la como protagonista de sua própria história. Os anos 1970 foram marcados pela ruptura do estruturalismo, essa ideia de que existe uma estrutura social dentro da família, na qual a função da mulher seria a de reprodução e preservação do parentesco. A história baseada no corpo e nos papéis desempenhados pelas mulheres na vida privada ainda não é suficiente para contar todas as experiências femininas, a história das mulheres permeia os espaços da cidade, observa-se em questões de trabalho, de política, da guerra e do cotidiano, por isso sua relevância.

As questões do feminismo em diferentes grupos sociais e étnicos, numa sociedade sexista marcada por profundas desigualdades, tornam-se demandas sociais, com diversas pautas importantes em cada contexto, não sendo possível que sejam unificadas em um único discurso. São questões que elevam e ecoam diversas vozes, com potencial de enunciar novos códigos culturais e políticos que disputam as representações dominantes. São os pressupostos, temas e interpretações dos discursos feministas que constituem significados político-comunicativos, organizam estratégias e identidades e, por vezes, enfrentam confrontos com outros campos. Os grupos étnicos e sociais diferentes em que as mulheres estão inseridas possuem demandas diferentes e específicas.<sup>72</sup>

---

<sup>71</sup> PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 7-9.

<sup>72</sup> O Feminismo Radical Liberal Socialista emerge de três preceitos: mulher, experiência e política pessoal. Esses preceitos foram estratégicos para definir a coletividade e seus interesses, justificam essa nova organização política independente, mas são inconsistentes quando usados para definir o que une todas enquanto mulheres... O feminismo socialista parte do referencial teórico marxista para analisar a base material da dominação masculina, que é uma das correntes feministas que procuram superar as limitações dos conceitos fundamentais sem, no entanto, abandoná-los totalmente. Essa corrente feminista deixa claro o quanto as demandas se interligam, numa intersecção entre raça, classe, sexualidade, gênero e geração. BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995, p. 460.

Para melhor se observar a opressão sexista, cabe entender a intersecção entre gênero, etnia, orientação sexual e classe, pensando outras dimensões como parcelas que se somam à de gênero, dando assim margem para as nossas conhecidas formulações em termos de dupla ou tripla opressão (sexismo + racismo + homofobia...).

A aceitação de que existem grupos mais discriminados do que outros na sociedade resultou na incapacidade de oferecer uma formulação que evidenciasse como as mulheres são afetadas pelo sexismo em suas diversas formas (homofobia, machismo, misoginia). Por esse motivo, as pautas se relacionam e acabam se tornando questões políticas, pois dependem de estruturas, camadas e hierarquias de poder.

O homem não detém esse poder, ele não é superior. Não há superioridade, tampouco inferioridade. A relação precisa ser vista como equivalente. bell hooks afirma:

O pessoal é político pois significa a compreensão de que o pessoal pode constituir-se em ponto de partida para a conexão entre politização e transformação da consciência, logo, não se trata de uma simples descrição da experiência de opressão de mulheres por homens, mas do entendimento crítico sobre o terreno de onde essa realidade emerge.<sup>73</sup>

Dessa forma, cabe evidenciar que o feminismo se trata de um movimento político liderado por mulheres que não é contra homens, mas que entende que o sexismo beneficia uns em detrimento de outros, no caso beneficia os homens. O feminismo tem maiores relações com “igualdade de salários para funções iguais e, algumas vezes, mulheres e homens dividindo responsabilidades do trabalho doméstico e de maternagem e paternagem”<sup>74</sup>. A opressão sexista se utiliza de estereótipos socialmente construídos, que reforçam papéis considerados endógenos (a “natureza feminina” e a “natureza masculina”), fazendo com que as diferenças entre mulheres e homens sejam percebidas como determinações biológicas.

---

<sup>73</sup> BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995, p. 462

<sup>74</sup> HOOKS, bell. **O Feminismo é para todo mundo** – políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018, p. 13.

O sexismo define hierarquizações entre os gêneros, sendo visto como privilegiado o gênero masculino. Dessa forma, a hierarquia atribui maior importância simbólica a tudo o que for relativo às atividades de homens e constrói um valor menor a tudo o que for relativo às atividades de mulheres. Assim, “o controle do corpo, da sexualidade e da autonomia [se estabelece pelos] papéis sociais e sexuais em que o [homem] possui mais vantagens e prerrogativas”<sup>75</sup> se comparado à mulher.

É necessário e urgente discutir sobre igualdade e direitos políticos perante a sociedade e o Estado; as mulheres precisam ter assegurada sua cidadania plena, independentemente da esfera, pública ou privada, em que estejam envolvidas.<sup>76</sup> Observando a questão da mulher como protagonista de sua própria história, é nítida a relevância de se contar suas histórias, tirando as mulheres do silêncio a que estavam confinadas ao longo do século XIX e início do século XX no Brasil.

Atentando aos rituais que envolvem o corpo, percebe-se que “a adolescência masculina é considerada uma crise violenta; a [adolescência das meninas] as encaminha ao papel de reprodutoras [...] a primeira menstruação [é percebida como] uma surpresa vivida quase sempre do medo e da vergonha”<sup>77</sup>. O gênero masculino sendo percebido socialmente como o forte, bravo, indomável; o gênero feminino percebido socialmente como fraco, meigo, dócil, relacionado às atividades domésticas e à submissão, como se as mulheres alimentassem uma satisfação ao satisfazer os homens. Esses valores não negam que há distinções entre mulheres e homens, mas evidenciam que essas diferenças permeiam o imaginário social, pois evocam símbolos que normatizam uma oposição binária.

Quanto maior for a possibilidade de enxergar as diferenças entre mulheres e homens, mais crítica será a forma como encararemos as opressões vividas por essas pessoas na sociedade, pois o olhar para essas opressões abraçará as múltiplas formas que compõem a diversidade humana.<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> STRÜCKER, Bianca; MAÇALAI, Gabriel. "Bela, recatada e do lar": Os novos desdobramentos da família patriarcal. **Anais do XIII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e IX Mostra Internacional de Trabalhos Científicos**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2016, p. 3.

<sup>76</sup> MACHADO, L. Z. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 42, jan./jun. 2014, p. 18.

<sup>77</sup> PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Raquel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 16.

<sup>78</sup> PEDRO, Joana Maria. Fronteiras do Gênero: maternidade e subjetividade. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria; IOKOI, Zilda M. G. (Orgs.). **História: Fronteiras**. XX Simpósio Nacional da ANPUH. Vol. II. Florianópolis, FFLCH/USP, jul. 1999, p. 1193.

## 2.2 HISTORICIDADE, MEDICINA E LUGARES SOCIAIS

Ao final da década de 1870, São Paulo passou por um conjunto de transformações advindas da expansão da economia cafeeira, merecendo destaque a construção da ferrovia que ligava Santos e Jundiaí, já que “os trilhos não só transportavam rápida e eficientemente o café, também traziam de várias partes do mundo, particularmente da Europa, toda uma gama de produtos e influências”<sup>79</sup>. A ferrovia representou uma “revolucionária divisão [...] para bondes, veículos de tração animal e pedestres”<sup>80</sup>.

Essas mudanças possibilitaram o crescimento urbano e industrial da cidade, com a “chegada de novos tempos, com os referenciais da modernidade e do progresso [...] foram feitas intervenções que aspiravam acompanhar os padrões europeus”<sup>81</sup> de sociedade, arquitetura, cultura e comportamentos.

[...] a construção de uma avenida, que ia do Largo do Paraíso até o caminho dos Pinheiros e que recebeu o nome de Avenida Paulista, em homenagem aos paulistas [...] o marco inicial do desenvolvimento de uma região da cidade... Enquanto os trabalhadores concentravam-se nas baixadas [da cidade], os paulistanos de classe alta construía suas casas nas colinas do maciço central. O bairro dos Campos Elísios (Champs Elysées) foi iniciado em 1879, inaugurando as imagens dos bairros “aristocráticos”. Higienópolis, que na década de 1890 torna-se a área residencial mais elegante da cidade, passa a competir com a avenida Paulista e, nas primeiras décadas deste século [século XX], com o Jardim América, primeiro bairro planejado especialmente para as classes abastadas.<sup>82</sup>

Observa-se que o crescimento urbano acompanhou, com as devidas proporções, o que aconteceu no mesmo período em outras cidades do Brasil. Em Desterro (antigo nome da cidade de Florianópolis, SC), o crescimento da cidade fez com que a “elite que se firmava, além de delimitar, para si própria, comportamentos e

---

<sup>79</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **A cidade, a noite e o cronista**: São Paulo e Adoniran Barbosa. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 45.

<sup>80</sup> LORES, Raul Juste. A democratização da Paulista. In: Idem. **São Paulo nas alturas**: A revolução modernista da arquitetura e do mercado imobiliário nos anos 1950 e 1960. São Paulo: Três Estrelas, 2017, p. 108.

<sup>81</sup> MATOS, op. cit., p. 47-48.

<sup>82</sup> LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti. O cartão-postal da cidade: A Paulista dos casarões. In: Idem. **Avenida Paulista**: imagens da metrópole. São Paulo: EDUC, 1996, p. 47.

espaços ideais [...] passou a problematizar o grande número de habitantes que formavam os segmentos pobres da população”<sup>83</sup>.

As elites e os populares se configuraram na cidade como “novos sujeitos sociais”, que buscavam “acabar com os velhos hábitos, disciplinando, normatizando, eliminando os indesejáveis da área, saneando e higienizando a cidade e suas práticas”<sup>84</sup>. Afinal, pretendia-se formar uma cidade moderna e civilizada. Nessa busca por novos hábitos:

[...] as mulheres se mexem, viajam. Migram quase tanto quanto os homens, atraídas pelo mercado de trabalho das cidades, onde achavam empregos como empregadas domésticas. Essas cidades, que as chamam sem realmente acolhê-las, empenham-se em canalizar a desordem potencial atribuída à coabitação entre homens e mulheres. Daí uma segregação sexual do espaço público.<sup>85</sup>

Além das evidências historiográficas que demonstravam uma cidade de São Paulo construída sob inspiração de padrões europeus, carrega-se ainda mais uma questão a ser problematizada: a construção de um bairro com o nome Higienópolis. O nome do bairro não foi escolhido à toa, pretendia-se evocar o sentido de limpeza, de higiene. As pessoas que moravam nesse bairro eram as mais endinheiradas, limpas, asseadas. E, como afirma Ferreira, o bairro abrigava:

[...] importantes atividades de lazer das elites nas primeiras décadas do século XX [...] nessas ocasiões as ruas eram convertidas em passarelas, por onde as *madames* e *mademoiselles*, seguidas por senhores e rapazes, tinham a oportunidade de exibir publicamente seus corpos sadios – um valor crucial em um mundo sob a égide doutrinária do higienismo.<sup>86</sup>

---

<sup>83</sup> PEDRO, Joana Maria (Org.). Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. In: SILVA, Cristiani Bereta da. **Um outro olhar sobre o corpo e práticas femininas**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p.111.

<sup>84</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **A cidade, a noite e o cronista**: São Paulo e Adoniran Barbosa. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 49.

<sup>85</sup> PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 37.

<sup>86</sup> FERREIRA, Pedro Beresin Schleder. **A avenida de mil vias**: conflito, contradição e ambivalência na modernização de São Paulo (1890-1920). Dissertação (Mestrado), USP, São Paulo, 2017, p.135.

A questão “doutrinária do higienismo” como “uma das bases da doutrina médica, [que] criou todo um conjunto de prescrições que deveriam orientar e ordenar a vida [...] Costumes e hábitos cotidianos, os prazeres permitidos/proibidos e a sexualidade”<sup>87</sup> deveriam estar alinhados ao que a autora chama de “parâmetro médico-sanitarista”. Portanto, um saber científico, um saber médico, um saber poderoso, “embora os referidos médicos não façam parte do setor público, é possível perceber [...] a circularidade das preocupações das políticas públicas, no interior da sociedade”<sup>88</sup>. Sendo possível capturar a existência de um discurso permeado de ideias sexistas, que vinculavam a mulher à reprodução, por isso ela deveria se dedicar aos filhos e aos demais membros da família.

Os médicos não recomendavam que as mulheres trabalhassem, pois representava “um desperdício físico de energias femininas”<sup>89</sup>, que comprometeria a saúde e as funções maternas, além de ser considerado imoral. O trabalho deveria ser assumido pelo único provedor da família, o homem, mas muitas vezes o trabalho feminino era indispensável à sobrevivência do núcleo familiar. Acreditava-se que as orientações médicas e que os ideais modernos deveriam seguir os padrões europeus do século XIX para que se construísse uma nação civilizada.

Nesse contexto, o processo civilizatório impunha normas de conduta, “ou seja, formas de se vestir, de se comportar e, inclusive, de certa erudição”<sup>90</sup>. Uma nação civilizada seria também uma nação que segue a rigor as indicações médicas, percebendo-se o discurso médico na normatização da cidade e da família. Nota-se que a representação ideal do homem frente ao discurso médico era primordial para que a nação se desenvolvesse, já que era dele “a função de pai-provedor [...] viabilizada pelo trabalho”<sup>91</sup>; e quanto à mulher, ampliava-se sua “responsabilidade

---

<sup>87</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Raquel (Orgs.). O corpo feminino em debate. In: MATOS, Maria Izilda Santos de. **Delineando corpos**: As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). São Paulo: Editora Unesp, 2003, p. 109-110.

<sup>88</sup> PEDRO, Joana Maria; SILVA, Cristiani Bereta. Um outro olhar sobre o corpo e práticas femininas: medicalização do aborto e infanticídio na cidade de Florianópolis. In: PEDRO, Joana Maria. **Práticas proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 115.

<sup>89</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Âncora de Emoções**: corpos, subjetividades e sensibilidades. Bauru-SP: EDUSC, 2005, p.50-51.

<sup>90</sup> MENDES, Alessandro Araújo. A cidade de menores - Getulio Vargas e as representações judiciais sobre os modos de educar a infância. **Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. Universidade Federal da Paraíba, 2012, p. 3414.

<sup>91</sup> MATOS, op. cit., p. 69.

como dona de casa no controle dos mandamentos de higiene, principalmente em relação à infância”<sup>92</sup>.

As mulheres que mantinham seu corpo no abrigo do lar, que exerciam sua sexualidade no interior de casamentos legítimos, eram identificadas como honestas e capazes de fornecer filhos legítimos. As mulheres que não se encaixavam nessa descrição eram noticiadas e faladas pela mídia como desnaturadas, cruéis. Essas mulheres faladas amedrontavam as “mulheres de família distinta”<sup>93</sup>. Esse medo produzido e reproduzido servia para garantir a manutenção dessa sociedade.

A busca por outras histórias possibilitou a ampliação de perspectivas historiográficas que colocaram em xeque as representações de mulheres nos discursos legislativos, eclesiásticos, médicos, policiais e judiciais, esmiuçando novos documentos passados. Ao se questionar a naturalização biológica, essencialização e universalismos presentes na história, as novas investigações do passado contribuíram para evidenciar a pluralidade dos diferentes sujeitos históricos sociais e culturais<sup>94</sup>, validando que os comportamentos, as sensibilidades e os valores construídos podem ser questionados em outras formas de organização e períodos históricos, já que não se trata de uma organização binária, e sim múltipla.

A mulher era vista como o centro da vida privada, o coração do lar, era a responsável pela saúde da família, “a agente familiar da higiene social”<sup>95</sup>, que garantiria que as normas médicas de higiene e hábitos alimentares fossem transmitidas com êxito para o marido e filhos. O conceito “mulher” “traz implícito tanto a dimensão do sexo biológico como [um]a construção social de gênero. Entretanto, essa atualização frequentemente utiliza os mesmos estereótipos criados pela opressão patriarcal – passiva, emocional - como forma de lidar”<sup>96</sup> com a questão de gênero.

---

<sup>92</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Em nome do engrandecimento da nação: representações de gênero no discurso médico - São Paulo 1890-1930. **Diálogos**. Maringá, v. 4, n. 1, p. 77-92, 2017, p.80.

<sup>93</sup> PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p.158-159.

<sup>94</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. História das Mulheres e das Relações de Gênero: Campo Historiográfico, Trajetórias e Perspectivas. **Mandrágora**. São Paulo, v. 19, n. 19, 2013, p.10.

<sup>95</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Âncora de Emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades**. Bauru: Edusc, 2005, p. 47.

<sup>96</sup> COSTA, Ana Kerlly Souza da. Direitos e feminismos: a luta das mulheres contra as formas de opressão. **Anais do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade**. III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. III Luso-Brasileiro Educação em sexualidade, gênero, saúde e sustentabilidade.

Nesse sentido, no século XIX, muitos atores sociais expressavam suas opiniões em formato de textos, geralmente escritos por homens (pareceres jurídicos, sermões de igreja, artigos de jornais e revistas, anúncios e notícias), e falavam sobre como o corpo da mulher deveria ser, ou como achavam que era, justificando sua importância para a reprodução humana, o que garantiria a descendência masculina. Ademais, denunciavam mulheres que não se comportassem conforme as exigências feitas ao seu sexo.<sup>97</sup>

As mulheres eram reduzidas à função reprodutiva, tendo seu prazer julgado, seus direitos reprodutivos negados. Pensando na trajetória de vida das mulheres e focalizando o momento da gravidez, a depender da idade, elas podem ser privadas de experienciar etapas da vida fundamentais para um desenvolvimento saudável, como a infância, a adolescência, a escola, o convívio com amigos etc. Uma mulher que engravida sem querer sofre com o julgamento moral, muitas vezes formado por preconceitos sexistas, entendendo-se essa mulher como promíscua ou mesmo subversiva por ter tido relação sexual, por ter tido prazer durante a relação e não querer esse futuro filho. Esse julgamento, na maioria das vezes, independe da natureza da relação em que a mulher está colocada, independe da sua idade no momento da gravidez, independe das condições de vida dessa mulher e de suas condições materiais de sobrevivência. Em casos de estupro, por exemplo, a mulher é culpabilizada e criminalizada, pois enfrenta questionamentos como “Com que roupa ela estava?”, ou ainda “Por que estava sozinha?”, bem como julgamentos como “Na hora de fazer foi bom, agora não assume”, “Assassina de crianças indefesas”.

As conquistas das mulheres no decorrer da história alimentam o imaginário de uma inversão de papéis de poder pela “mulher emancipada” que luta por igualdade em direitos civis e políticos, acesso às profissões intelectuais e que não se contenta com o confinamento da maternidade.<sup>98</sup> A procriação não pode ser vista como uma obrigação social da mulher, pois é legítimo querer ou não querer um descendente. A escolha de ter ou não ter um descendente não representa um risco de

---

Resistências e Ocupações nos espaços de Educação. Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2018.

<sup>97</sup> HENTZ, Isabel Cristina. **A honra e a vida**: debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890 - 1940). Dissertação (Mestrado), UFSC, Florianópolis, 2013, p. 70 -72.

<sup>98</sup> PERROT, Michelle. Os excluídos da história: Operários, Mulheres e Prisioneiros. In: Idem. **A Mulher, o Poder, a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p.183.

degenerescência da raça e de decadência dos costumes, como afirmam alguns, representa uma escolha da mulher sobre seu próprio corpo, um direito humano. As mulheres são autoras de suas próprias vidas, leem o mundo, constroem conhecimentos, decidem sobre as próprias vidas tanto quanto os homens, sendo necessário assegurar que todas tenham direitos em relação ao próprio corpo.

### 2.3 CORPO FEMININO E MATERNIDADE

*Habitus corporal* designa disposições, ou seja, maneiras de fazer, duradouras e transferíveis, vinculadas a uma determinada classe de condições de existência, que atuam como fundamento para produção e ordenamento de práticas e representações [...] e conformam uma dimensão fundamental de sentido e orientação social, bem como uma manifestação prática de experiência e da expressão do valor da própria posição social.<sup>99</sup>

Ao falar em corpo feminino e maternidade, falamos sobre a vida de mulheres. A vida é objeto de estudo das ciências médicas, a priori, e uma “experiência histórica que se tem com e no corpo”<sup>100</sup>, conforme afirma Matos. A vida implica fases: começa no instante em que nascemos, depois crescemos e, por fim, vem a morte. Quando um óvulo é fecundado por um espermatozoide, esse óvulo se torna um zigoto. Quando o zigoto começa a se dividir, torna-se um embrião. O embrião, com o passar do tempo, se torna um feto. O feto se torna um bebê apenas no momento do nascimento – ou seja, após o parto, quando o feto consegue sobreviver completamente fora do corpo da mulher, denomina-se bebê.

A compreensão do funcionamento dos corpos e da saúde (seus cuidados e cura de doenças) gerava controvérsias, as questões sobre os corpos femininos e a procriação produziam interpretações ainda maiores. A questão da maternidade envolve polêmicas, contudo, um vetor se impõe nos questionamentos da maternidade e do amor materno como elemento constitutivo da natureza feminina, levando a considerar a maternidade como uma construção histórica, social e cultural de longa duração.

---

<sup>99</sup> GOMEZ, Zandra Pedraza. Corpo, pessoa e ordem social. **Projeto História**. São Paulo, n. 25, 2002, p.87.

<sup>100</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Corpos e Emoções**: História, Gênero e Sensibilidades. São Paulo: e-Manuscrito, 2018, p. 17 e 18.

Esse processo histórico complexo e pleno de poderes envolve várias ações e instituições como igreja, família, Estado (legislação) e a medicina, os padrões de maternidade foram exemplarmente reforçados e representados nas artes, na literatura (romance, conto, poesia, teatro), na pintura, escultura, na música, reproduzidos pelas mídias (escritas, rádio, na dramaturgia televisiva e no cinema). Num moto contínuo se constituiu uma trama de discursos e ações de instituições legislativas, eclesiásticas, médicas, policiais e judiciais para construir os padrões ideais de gênero, do feminino e da maternidade.<sup>101</sup>

Assim, a maternidade, que era vista como uma garantia de aumento populacional, na década de 1960 foi sendo percebida como uma ameaça de superpovoamento de pessoas pobres. Como afirma Pedro, as mulheres “[...] tiveram suas vidas procriativas acompanhadas com preocupação pelos que anunciavam a ‘bomba demográfica’”<sup>102</sup>, referindo-se à imprensa. Para as classes burguesas, a maternidade era estimulada e atuava

[...] como um elemento organizador das sociedades, de forma a possibilitar, através da crença no amor materno inato, o estabelecimento de regras de comportamento, que interessavam aos Estados, concernentes às mulheres mães.<sup>103</sup>

Contudo, a maternidade não se trata de um destino obrigatório para as mulheres, e os elementos de controle do corpo e da reprodução feminina, como a pílula anticoncepcional, foram responsáveis pela configuração de diversas representações sobre a mulher. Numa crescente “pressão ideológica [...] as mulheres se sentiram obrigadas a serem mães sem desejá-lo realmente. Assim, viveram sua maternidade sob o signo da culpa e da frustração [...] com estabelecimento do mito do instinto do amor materno”<sup>104</sup>, condicionando ações e representações do feminino ideal e dos lugares sociais das mulheres:

<sup>101</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Corpos e Emoções: História, Gênero e Sensibilidades**. São Paulo: e-Manuscrito, 2018, p. 35.

<sup>102</sup> PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, M. I.; SOIHET, R. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 172- 173.

<sup>103</sup><sup>103</sup> RESENDE, Deborah Kopke. Maternidade: uma construção história e social. **Pretextos** - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 2, n. 4, p. 175-191, 5 jun. 2017, p. 184.

<sup>104</sup> A questão do instinto pode ser analisada como uma palavra que foi significada e ressignificada pela sociedade ao longo do tempo e se constituiu como uma verdade, o instinto materno existe, mas pode ser questionado. O texto de Deborah Kopke Resende publicado na revista *Pretextos* da Graduação em

[...] ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados.<sup>105</sup>

Ao se questionar a naturalização biológica, essencialização e universalismos, novas perspectivas contribuíram “para tornar os sujeitos históricos mais plurais, destacando as diferenças e reconhecendo-as como históricas, sociais e culturais”<sup>106</sup>, validando que os comportamentos, as sensibilidades e os valores construídos podem ser questionados em outras formas de organização cultural e períodos históricos.

O processo de expansão urbana em São Paulo, em parte, coincidiu com a emergência do regime republicano, cujo programa, dada a influência da doutrina positivista, concentrou suas atenções no binômio família-cidade, base da proposta de estruturação do Estado. A “nova família” era vista como o sustentáculo de um projeto normatizador, sendo estimulada a desenvolver práticas sociais que se adaptassem à modernidade e à dita “civilização”.<sup>107</sup>

Desde a passagem do século XIX para o XX, a medicina foi sendo percebida como “um saber teórico e prático”<sup>108</sup>, que observava o corpo feminino priorizando as questões da reprodução e maternidade, e nesse sentido foi institucionalizada a clínica ginecológica e outros saberes sobre o corpo das mulheres.

Os discursos e práticas médicas sobre as mulheres foram objeto de várias pesquisas. Os médicos, ao definir estatuto biológico dos sexos, priorizaram as aptidões da mulher na família e maternidade, questionando o trabalho feminino fora do lar e

---

Psicologia da PUC-MG faz esse recorte, revisando a literatura sobre a construção histórica e social do Mito do Amor Materno, revelando que as concepções que envolvem a maternidade são produções socio-histórico-culturais propagadas desde o fim do século XVIII, como uma criação fruto de diversos interesses sociais, culturais e econômicos de cada época. RESENDE, Deborah Kopke. Maternidade: uma construção história e social. **Pretextos** - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 2, n. 4, p. 175 - 191, 5 jun. 2017, p. 180.

<sup>105</sup> SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015, p.57.

<sup>106</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. História das Mulheres e das Relações de Gênero: Campo Historiográfico, Trajetórias e Perspectivas. **Mandrágora**. São Paulo, v. 19, n. 19, 2013, p.10.

<sup>107</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Âncora de Emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades**. Bauru: EDUSC, 2005.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 45.

valorizando-a no privado<sup>109</sup>. Dessa forma, construíram o modelo da mãe-esposa, frágil, sensível, dependente e assexuada, em confronto com o da mulher degenerada, pública, sexuada, identificada com a prostituta. Essas referências vêm sendo exploradas pelos historiadores da prostituição<sup>110</sup>, da maternidade e puericultura<sup>111</sup>, da contracepção<sup>112</sup>, da amamentação e do parto.<sup>113</sup> As preocupações dos médicos em relação às mulheres produziram a medicalização do corpo feminino<sup>114</sup>, levando à formação de uma especialidade – a ginecologia –, cujo processo de constituição vem sendo observado e analisado.<sup>115</sup>

O corpo deve ser cuidado, as enfermidades devem ser evitadas. Os corpos femininos eram vistos e cuidados pelos médicos de forma distinta em relação aos homens. As mulheres estavam sujeitas a tratamentos punitivos, como “cauterizações [...] injeções, sanguessugas e ferros quentes”<sup>116</sup> quando certos sintomas surgiam, comumente ligados ao útero. Dessa forma, como afirma Pedro, “o corpo feminino e a capacidade procriativa que ele representa mantêm grande importância; o útero das mulheres tornou-se, entretanto, um órgão passível de controle e de descarte”<sup>117</sup>.

<sup>109</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>110</sup> RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite - prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>111</sup> COLUCCI, Sandra Regina. **Mães, médicos e charlatães: configurações culturais e múltiplas representações dos discursos médicos-sanitaristas (São Paulo/1920-1930)**. Dissertação (Mestrado em História), PUC/SP, São Paulo, 2001. SILVA, Tânia Soares. **“Da Panacéia para Hygêa”**: Representações, diagnósticos e ações sobre a infância, mulheres e famílias pobres no discurso médico-higienista (São Paulo, 1920-1930). São Paulo: e-Manuscrito, 2017. LUZ, Madel T. **O lar e a maternidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

<sup>112</sup> PEDRO, Joana M. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas e abortivas e no infanticídio - séc. XX. In: Idem. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2003.

<sup>113</sup> MOTT, Maria Lucia. Bibliografia comentada sobre a assistência ao parto no Brasil. **Estudos Feministas**. Florianópolis, CCE- UFSC, v. 10, n. 2, 2002.

<sup>114</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de; SOHET, Raquel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2003.

<sup>115</sup> ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. MARQUES, Marília Bernardes. **Discursos médicos sobre seres frágeis**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. MARTINS, Ana Paula Vosne. **A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia do século XX**. Tese (Doutorado), Unicamp, Campinas, 2000. VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. LUZ, Adriana de Carvalho. **Mulheres e doutores**. Discurso sobre o corpo feminino. Salvador, 1890-1930. Dissertação (Mestrado em História), UFBA, Salvador, 1996.

<sup>116</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos. As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890 – 1930). In: MATOS, SOHET, op. cit., p. 116.

<sup>117</sup> PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, SOHET, op. cit., p. 174.

Da mesma forma, o higienismo, tendo por base a “doutrina médica, [que] criou todo um conjunto de prescrições que deveriam orientar e ordenar a vida [...] Costumes e hábitos cotidianos, os prazeres permitidos/proibidos e a sexualidade”<sup>118</sup>, foi alinhado aos “parâmetros médico-sanitaristas”, implicando um saber científico concentrado nos preceitos médicos. Assim, “embora os referidos médicos não façam parte do setor público, é possível perceber [...] a circularidade das preocupações das políticas públicas, no interior da sociedade”<sup>119</sup>, um discurso que definiu funções e hierarquizou os gêneros, demarcando o que era permitido ou proibido e vinculando a mulher à reprodução, por isso ela deveria se dedicar ao lar, cuidando dos filhos e do marido, mantendo a higiene e a saúde da família.

Como já exposto (ver item 2.1), outras funções femininas não eram recomendadas, as mulheres não deviam trabalhar, pois o trabalho comprometeria sua energia, sua saúde e suas funções maternais<sup>120</sup>.

Cabia à mulher a responsabilidade pela saúde e bem-estar dos membros da família e, portanto, ampliava-se a sua responsabilidade como dona de casa, no controle dos mandamentos de higiene, principalmente em relação aos cuidados com as crianças. As preocupações médicas para com a infância estavam inseridas num projeto político de construção de uma nação saudável e próspera em que a criança, pensada como o futuro cidadão, deveria ser cuidada para se tornar forte, sadia e adquirir bons hábitos. Assim, a criança era pensada como um elemento de construção da ordem e do progresso nacional.

A educação feminina tornou-se um ponto central para a medicina, pois através dela pretendia-se o aperfeiçoamento físico e moral das mães das futuras gerações.<sup>121</sup> Ao identificar a criança como elemento-chave para a construção de uma sociedade centrada na família, os médicos atribuíam às mães a responsabilidade pela

---

<sup>118</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos. As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890 – 1930). In: MATOS, M. I.; SOIHET, R. (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 109-110.

<sup>119</sup> PEDRO, Joana Maria; SILVA, Cristiani Bereta. Um outro olhar sobre o corpo e práticas femininas: medicalização do aborto e infanticídio na cidade de Florianópolis. In: PEDRO, Joana Maria. **Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p.115.

<sup>120</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Âncora de Emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades**. Bauru: EDUSC, 2005, p.50-51.

<sup>121</sup> Considerava-se que a mãe devia vigiar a educação moral e a boa conduta das filhas, em particular sobre a sexualidade. Também devia dar às filhas uma educação preparando-as para a missão de futuras mães e esposas. CASTILHO, Brandão. **Breves considerações sobre a Educação Sexual**. Tese (Doutorado em Medicina), Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1910.

mortalidade infantil e divulgavam novos preceitos de higiene, cuidados e dietética.<sup>122</sup>

O discurso médico-sanitarista expandiu sua órbita de ações, normatizando a cidade, a família, a casa e a sexualidade, constituindo espaços e representações ideais de feminilidade e de masculinidade. Se a mulher deveria ser a “rainha do lar”, seu poder era ampliado em suas “responsabilidade[s] como dona de casa no controle dos mandamentos de higiene, principalmente em relação à infância”<sup>123</sup>.

Se antes a maternidade se tratava de “uma experiência exclusivamente feminina e transmitida entre mulheres”<sup>124</sup>, um conhecimento que era passado por “uma rede de amigas [em que se faziam] trocas de confidências, [e] as mulheres narravam suas práticas”<sup>125</sup>, tornou-se um discurso controlado pelo saber médico que resultou no “fortalecimento [do] ideal do amor materno [...] [por produzir] pautas prescritas para a maternidade que contribuem com a produção de uma consciência auto-observadora e culpada na mulher que é mãe”<sup>126</sup>.

Após a instauração da República, em 1889, o Código Penal foi aprovado em 1890, e nele o aborto passou a ser diferenciado do infanticídio – este relacionado à morte da criança durante o parto ou logo após o nascimento. Provocar aborto foi então considerado um crime contra a segurança da pessoa e a vida. A legislação não especificava a mãe como o sujeito do crime de aborto ou do infanticídio; criminosa seria a pessoa que matasse o recém-nascido ou provocasse o aborto.

Já o Código Penal de 1940, que ainda está em vigor, define o infanticídio como crime executado exclusivamente pela mãe que mata o próprio filho durante ou logo após o parto, devendo tal mulher ser julgada como uma assassina, mesmo havendo alegação de que temesse a desonra. Pelo mesmo Código Penal, o aborto é previsto como possibilidade sem constituir um crime no caso de não haver meios de salvar a

---

<sup>122</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Âncora de Emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades**. Bauru: EDUSC, 2005.

<sup>123</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Em nome do engrandecimento da nação: representações de gênero no discurso médico - São Paulo 1890-1930. **Diálogos**. Maringá, v. 4, n. 1, p. 77-92 2017, p. 80.

<sup>124</sup> MATOS, op. cit., 2005, p.50

<sup>125</sup> PEDRO, Joana M.; OLIVEIRA, Núcia A. S.; LACERDA, Maria C.; COSTA, Aniele F. Mulheres, memórias e experiências... usos e disputas sobre o controle e autonomia do corpo feminino. In: PEDRO, Joana Maria (Org.). **Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p.156.

<sup>126</sup> REZENDE, Deborah Kopke. Maternidade: uma construção história e social. **Pretextos** - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 2, n. 4, p. 175-191, 5 jun. 2017, p. 180-181.

vida da gestante ou em caso de gravidez como resultado de estupro, sendo o aborto realizado então com o consentimento da mulher.<sup>127</sup>

As lutas e resistências femininas se expressaram através de movimentos. A dita primeira onda do movimento feminista (final do século XIX e início do XX) tinha como reivindicações os direitos ao voto (sufragistas), à educação e ao trabalho, não se podendo ocultar a luta de anarquistas e operárias pelos seus direitos trabalhistas. Já uma dita segunda onda do movimento feminista (anos de 1960 e 1970) baseava-se nos questionamentos ao sexismo, denunciava a opressão social/familiar/masculina, suas formas de controle e opressão ao corpo e à sexualidade, reivindicava direito à igualdade e a importância do trabalho. Organizando formas de protesto e passeatas, conseguiam visibilidade midiática e circulavam em diferentes partes do globo.

A plataforma da liberdade sexual também foi levantada por movimentos de contracultura (hippie, entre outros) e estava vinculada à expansão de novas possibilidades de contracepção, uma nova tecnologia sobre o corpo feminino.

Desde os anos de 1910 que circulavam os preceitos ditos de "maternidade consciente" entendidos como a possibilidade de escolha do momento propício para a maternidade, permitindo o planejamento familiar. Sua difusão vinculava-se à utilização de métodos contraceptivos, entre os quais eram referendados o coito interrompido, as duchas de água e vinagre, as esponjas umedecidas com desinfetantes e colocadas no fundo da vagina, as camisinhas de tripa e de borracha e tabelas de controle.

Mas muitas vezes esses métodos eram falhos, pois, "além de aumentarem os 'impulsos lascivos' e os 'excessos sexuais', tais métodos poderiam provocar lesões ginecológicas, transtornos mentais, perda de memória, enfermidades do coração e a própria esterilidade". Esses discursos estavam ligados a núcleos minoritários de pessoas vinculadas ao movimento de eugenismo social e, de forma mais generalizada, ao meio anarquista.<sup>128</sup>

Com a descoberta feita nos anos 1960 nos Estados Unidos, os processos de industrialização, difusão e comercialização da pílula anticoncepcional possibilitaram uma maior incorporação da mulher no mercado de trabalho, embora fosse então malvista ainda

---

<sup>127</sup> HENTZ, Isabel Cristina. **A honra e a vida:** debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890 - 1940). Dissertação (Mestrado), UFSC, Florianópolis, 2013, p.173-183.

<sup>128</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Âncora de Emoções:** corpos, subjetividades e sensibilidades. Bauru: Edusc, 2005, p.52-53.

pela igreja e pelos médicos, permitindo a ampliação da presença feminina em diferentes espaços laborais, alterando também a configuração de família e expandindo as questões populacionais e o neomalthusianismo. O controle da natalidade (processos de castração química, clínicas abortivas e métodos contraceptivos) também serviu como estratégia política de controle da fome e da

pobreza.<sup>129</sup> Cresceram as preocupações com a sexualidade e as discussões sobre temas relacionados, como a iniciação sexual das jovens, prevenção da gravidez não desejada, direito à contracepção, escolha do momento propício para a maternidade, planejamento familiar, sexualidade precoce e a liberação sexual, legislação e debates legais.

Na São Paulo das décadas de 1930, 1940 e 1950 percebe-se o crescimento da população, bem como a intensificação do processo de metropolização com o Plano Avenidas de intervenção urbana, que remodelou o sistema viário, mas passou ao largo de questões sociais, estabelecendo novas periferias com precariedades em termos de moradia, iluminação, água, esgoto, asfalto, entre outras. Nos anos 1950, a cidade passou por uma aceleração da industrialização, com capital estrangeiro, acarretando a modernização da produção, que possibilitou a ampliação de certos bens de consumo, em particular os automóveis. Assim, a sociedade se tornava mais veloz, também mais conectada pelo rádio, mais visual com um número crescente de cinemas, teatros e televisões em casa, crescia também a sociedade de consumo.<sup>130</sup>

De forma geral, os discursos médicos desqualificavam as mulheres que não desejavam a maternidade, vistas socialmente como egoístas que repugnavam crianças.<sup>131</sup> Supunha-se que seriam mulheres destinadas à solidão pelo resto da vida, mulheres que nunca conheceriam o verdadeiro amor materno. Essas questões envolviam outras discussões, como sobre contracepção, assunto em pauta desde os inícios do século XX, mas que em meados dos anos 1960 se ampliou com as novas possibilidades de métodos contraceptivos adotados por mulheres solteiras e casadas que já tinham filhos e queriam evitar mais nascimentos.<sup>132</sup>

---

<sup>129</sup> PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 170.

<sup>130</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **A cidade, a noite e o cronista**: São Paulo e Adoniran Barbosa. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p.61.

<sup>131</sup> PEDRO, Joana Maria; OLIVEIRA, Núcia Alexandra Silva de; LACERDA, Maria Conceição de; COSTA, Aniele Frutuoso da. Mulheres, memórias e experiências... usos e disputas sobre o controle e autonomia do corpo feminino. In: PEDRO, Joana Maria (Org.). **Práticas proibidas**: Práticas costumeiras de Aborto e Infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 157.

<sup>132</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Âncora de Emoções**: corpos, subjetividades e sensibilidades. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005, p. 56.

Cabe discutir não só as questões reprodutivas, como os conhecimentos fisiológicos e a anatomia sexual e reprodutiva, sendo necessária uma educação baseada em novas questões, como a puberdade, a menstruação, métodos contraceptivos, gravidez, parto, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), igualdade de gênero, amor, orientação sexual e identidade de gênero. Mesmo em casos de gravidez planejada e desejada, faz-se necessário difundir informações sobre os desafios por que as mulheres passam em relação às mudanças do próprio corpo e hormonais, alteração do sono, retenção de líquido, enjoo, hormônios. Uma gravidez, quando indesejada, além de todos os desafios inerentes à maternidade, ainda seria marcada por problemas de ordem emocional, social e política, sem contar a possibilidade de problemas de saúde relacionados à realização de um aborto malfeito, podendo até impossibilitar uma futura gravidez planejada ou ainda levar a mulher à morte.<sup>133</sup>

#### 2.4 SEXUALIDADE JOVEM: CUIDADOS E PREVENÇÕES

O tema aborto é discutido entre a juventude de diversas formas, seja nas telenovelas, em livros, músicas ou na mídia. Tomada como porta-voz eleita para o entendimento dos cuidados e prevenções acerca da sexualidade jovem, em junho de 1996 a revista *Capricho* publicou uma campanha de tema frequente, com atores e atrizes defendendo o sexo com preservativo. Essa questão esteve presente em diversas edições, vinculada mais especificamente à campanha contra o HIV, embora fossem pinceladas questões de educação sexual, gravidez indesejada e sexualidade precoce.

---

<sup>133</sup> A regulação do Estado sobre o corpo das pessoas faz com que uma mulher chegue a considerar a ideia de colocar sua própria vida em risco pelo desespero de não poder passar pela experiência da maternidade. Em risco porque, não sendo uma prática regulada, o aborto acontece de forma clandestina, em espaços muitas vezes precários, com condições de higiene inadequadas, com instrumentos não apropriados e realizado por pessoas sem qualificação para fazê-lo. O Estado, nesse sentido, deveria se ater à função de garantir o acesso à informação, garantir uma educação de qualidade, o direito à contracepção e ao planejamento familiar, ao invés de criminalizar uma mulher que recorre a esse procedimento. Cabe ponderar que a opção por dar prosseguimento a uma gravidez indesejável deveria ser uma decisão feminina. Esse sério e importante processo precisaria ser garantido no Sistema Único de Saúde para que todas as mulheres se sintam amparadas e tenham como conseguir informação e atendimento de qualidade.



Figura 12 - Campanha  
“Camisinha tem que usar” da  
revista *Capricho* (jun. 1996).

Figura 13 - Campanha  
“Camisinha tem que usar” da  
revista *Capricho* (jun. 1996).



Duas publicidades na edição de janeiro de 1999 chamaram atenção. Uma exibia o slogan “Camisinha e Nitrogen. Você não pode deixar de usar!” e uma foto com quatro pessoas brancas, sendo três meninas – uma com cabelo preto, uma com cabelo vermelho e uma loira – e um menino.<sup>134</sup> A outra mostrava um teste de gravidez:



Figura 14 - Propaganda de teste de gravidez na revista *Capricho* (jan.1999).

Campanhas publicitárias desse estilo, mesmo que ainda atentassem para a divulgação de um produto, eram exemplos do tipo de publicidade e dos anunciantes que a revista atraía, sobressaindo-se campanhas ligadas a assuntos evocados pela revista *Capricho*, como o sexo seguro e a gravidez precoce.

Na segunda quinzena de agosto de 1999, o periódico orientava, durante uma matéria, que o melhor para a segurança seria usar

[...] dupla proteção: pílula anticoncepcional e a indispensável camisinha. Juntas elas protegem contra a gravidez, a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, com chances mínimas de falhas. Mas quem usar só a camisinha passa a contar também com a contracepção de emergência – mas só de vez em quando.<sup>135</sup>

<sup>134</sup> CAPRICHOS. São Paulo, ed. 802, 31 jan. 1999, p. 114-115.

<sup>135</sup> CAPRICHOS. “A pílula dos dias seguintes”. São Paulo, ed. 817, 29 ago. 1999, p. 94-95.

Publicou ainda uma nota sobre o Dia Mundial de Luta contra a aids (1º de setembro), em que afirmava

Infelizmente, a AIDS continua contaminando muitos meninos e meninas. E o único jeito de isso acabar, você sabe, é usar camisinha. Por isso... a gente decidiu republicar, no pé de algumas páginas, momentos da campanha “camisinha, tem que usar”. [Foto de Rodrigo Santoro] “Camisinha tem que usar - 10% dos meninos dizem que nunca usam camisinha” Fonte: Pesquisa da MTV/DataFolha, 1999.<sup>136</sup>

A ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder (2003 a 2011) ocorreu num contexto de redemocratização e de compromisso com mudanças sociais. Lula governou possibilitando avanços sociais nos setores da cultura e no acesso à educação, em especial às universidades, através do sistema de cotas, do FIES e do PROUNI.

Nesse contexto, na segunda quinzena de novembro de 2003, na seção Vida Real, *Capricho* publicou o seguinte texto:

Tem que usar sempre. Nossa campanha: “Camisinha, tem que usar” faz 10 anos. Há 10 anos a Capricho lançou o lema: camisinha, tem que usar. E vai continuar a repetir: tem que usar sempre, tem que usar sempre, tem que usar sempre.<sup>137</sup>

Em outubro de 1999, a *Capricho* trazia na capa a manchete “Qual a idade certa de transar?”, com a chamada: “Os brasileiros perdem a virgindade mais cedo. Teste se está na hora para você”. Na matéria, destacava: “Uma pesquisa mostra que aumentou o número de meninas e meninos que está perdendo a virgindade antes dos 15 anos. O governo se preocupa e diz que é muito cedo. Ele tem razão?”<sup>138</sup>

---

<sup>136</sup> CAPRICO. “Diário”. São Paulo, ed. 824, 5 dez. 1999, p. 6.

<sup>137</sup> CAPRICO. “Tem que usar sempre”. São Paulo, ed. 928, 30 nov. 2003, p. 102-103.

<sup>138</sup> CAPRICO. “Cedo ou cedo demais?” São Paulo, ed. 820, 10 out. 1999, p. 26.



Figura 15 - Capa da edição 820 da revista *Capricho*, 10 out. 1999.

A matéria falava de uma pesquisa feita pelo Ministério da Saúde que consultou 3.600 pessoas em suas casas:

[...] perguntando se você é virgem e quando foi que transou. Essa pesquisa aconteceu em 1998 e revelou que "os brasileiros estão transando mais cedo [...]". Os pesquisadores compararam esses dados com as respostas de pessoas que tinham essa idade há quinze anos. Chegou assim a um fato: o número de adolescentes que transava antes dos 15 naquela época era bem menor: 14% das mulheres e 34% dos homens entrevistados.<sup>139</sup>

<sup>139</sup> CAPRICHÓ. "Cedo ou cedo demais?" São Paulo, ed. 820, 10 out. 1999, p. 27.



Figura 16 - Matéria da edição 820 da revista *Capricho*, 10 out. 1999.

A matéria ainda destacava a fala do então Ministro da Saúde, José Serra: “Você vê meninas de 13 anos que engravidaram porque não sabiam que corriam esse risco. Imagine então o risco que elas não correm com a Aids.”<sup>140</sup> O Ministério lançou uma campanha de esclarecimento sobre o assunto em 1999. “Além de prevenção, a campanha vai sugerir que as meninas adiem a hora de começar a transar.”<sup>141</sup> A matéria dizia que, mesmo que meninas e meninos se sentissem preparados para

<sup>140</sup> CAPRICHIO. “Cedo ou cedo demais?” São Paulo, ed. 820, 10 out. 1999, p. 27.

<sup>141</sup> CAPRICHIO. “Cedo ou cedo demais?” São Paulo, ed. 820, 10 out. 1999, p. 27.

transar, não significaria que estariam prontos psicologicamente para isso<sup>142</sup>, alertando que antes dos 14 anos se constitui crime fazer sexo no Brasil.<sup>143</sup>

Outra matéria que chama a atenção nessa edição está na seção Gente:

Como foi, quando foi? Para falar sobre a primeira vez, repórteres da *Capricho* ouviram catorze personalidades. Aqui, você vai ler a história que marcou cada um e descobrir se eles acham que perderam a virgindade cedo – ou tarde – demais.<sup>144</sup>

A matéria trazia relatos de pessoas famosas, eram elas: Luciano Huck, Thiago Lacerda, Carolina Kasting, Rodrigo Veronese, Daniela Faria, Thierry Figueira, Carolina Dieckmann, Heitor Martinez e Matheus Rocha, que tiveram sua introdução sexual na adolescência. Havia consenso a respeito da necessidade do uso da camisinha, embora muitos dos entrevistados tenham assumido que não usaram na primeira relação. A matéria era enfática sobre a necessidade de os pais conversarem com seus filhos sobre sexo, para que o assunto não se tornasse um tabu na família.

Outro ponto colocado na matéria era sobre a sexualidade dos jovens antes dos 15 anos, considerada como precipitada.<sup>145</sup> Todos concordaram que, para se iniciar a atividade sexual, era necessário primeiro conhecer o próprio corpo, entender os próprios sentimentos e emoções, para saber lidar melhor com os impactos de uma vida sexual ativa na vida.

Na capa da edição da revista *Capricho* lançada em maio de 2000, ganhava destaque o título: “Junior rompe o silêncio e fala sobre sexo”. A matéria está na seção Gente, e recebe novo título: “‘Eu já transei’: Junior revela que não é mais virgem e que já ficou com doze garotas. Junior [da dupla Sandy e Junior] acaba com o mistério sobre sua vida sexual”<sup>146</sup>.

---

<sup>142</sup> A questão do adiamento da iniciação sexual em adolescentes é um tema que foi pouco debatido, mas merece atenção. O Decreto-lei 2.848 de 07/12/1940, que ainda está em vigência, permite o consentimento sexual a partir de 14 anos, antes dessa idade, consentir a prática sexual é considerado crime. O sexo, sendo um ato da natureza privada, quando não aprovado pelos pais, pode ser objeto de apreciação pela Justiça sob o argumento de sedução (se direcionado a uma moça virgem) ou corrupção de menores. Porém, todas as acusações podem ser retiradas se a vítima se casar com o acusado, conforme artigo 107, VII, do Código Penal Brasileiro.

<sup>143</sup> CAPRICHÓ. “Cedo ou cedo demais?” São Paulo, ed. 820, 10 out. 1999, p. 26-29.

<sup>144</sup> CAPRICHÓ. “Como foi, quando foi?” São Paulo, ed. 820, 10 out. 1999, p. 32.

<sup>145</sup> CAPRICHÓ. “Como foi, quando foi?” São Paulo, ed. 820, 10 out. 1999, p. 32-37.

<sup>146</sup> CAPRICHÓ. “Eu já transei”. São Paulo, ed. 836, 21 mai. 2000, p. 8.

gente

# “Eu já transei”

## Junior acaba com o mistério sobre sua vida

### Virgindade

“Não sou virgem faz algum tempo, mas não vou sair contando por aí com quem foi, como foi, porque não gostaria que fizessem isso comigo.” A revelação foi feita poucos dias depois da festa que Junior organizou num trem de verdade, em Campinas (SP), para comemorar seus 16 anos no final do mês passado. Junior disse também que usa camisinha sempre.

Isso tudo na frente da mãe dele, Noely, sem o menor constrangimento, mas também sem aquele tom de quem gosta de contar vantagem em cima de suas conquistas. Não é cena de bom moço, não. Junior é fiel até quando fica, segundo nos revelou Sandy. Além da fidelidade, outra marca de Junior é ser discreto e saber guardar segredo.

### Idade do sexo

Junior deixou de ser virgem antes dos 16. No Brasil, é cada vez maior o número de meninos que transam pela primeira vez antes dos 15.

**Brasil**  
Primeira vez antes dos 15

Ano	meninos	meninas
1984	35%	14%
1998	47%	32%

Fonte: Adesivos da Saude

**No mundo**  
Com que idade rola a primeira vez

meninos	meninas
15 anos	16 anos

Fonte: Pesquisa realizada pela Diaria em 18 países: Canadá, República Tcheca, França, Alemanha, Grécia, Itália, México, Polónia, Coreia do Sul, Espanha, Taiwan, Tailândia, Inglaterra e Estados Unidos

### Namoros e rolos

Na lista das meninas com quem Junior ficou ou teve rolos, há doze nomes. Nem todas querem ter sua identidade revelada. Atualmente, Junior diz que está sozinho. Mas nos bastidores do programa *Sandy e Junior* dizem que o clima entre ele e **Marie Catherine, a Clara** do seriado, supera a boa amizade. “Nada a ver”, diz ela. “Somos confidentes, ele me conta de quem está a fim e eu também conto tudo a ele.” Junior se limita a rir dos comentários. “A gente troca videogames e receitas de miojo”, diz Marie. Noeli foi ao show que Sandy e Junior fizeram no dia 1º de maio em Jaguariúna (SP). Ficou na platéia vip. No ano passado, quem estava na primeira fila do show deles no Olympia, em São Paulo, era **Bruna Thedy, a Ritinha** do programa. Os dois admitiram mais tarde que haviam ficado. Junior diz que, antes de Bruna, teve um caso com uma figurante do seriado, mas não revela o nome.



**Primeiro amor**

Antes de todas, Junior teve uma primeira namorada, Débora, brasileira que está nos Estados Unidos desde bebê e hoje vive no Texas. Eles conheceram-se em Nashville, numa visita da família Xororó à “capital” do estilo country americano. Foi um namoro de infância. Durou dos 8 aos 13 anos dele. Os dois se viam nas férias, quando ela vinha ao Brasil ou ele ia para lá. Ainda da fase mais inocente, Junior traz lembranças de **Tais** e Isabel, bailarinas que dividiram o palco com ele e Sandy. Tais e Junior tinham 13 quando ficaram juntos. Hoje ela tem 16 e eles são amigos.



**Futuro romântico**

Junior diz que é romântico e vai adorar estar apaixonado. Ele admite que tem certo medo quando uma menina se aproxima. “Fico em dúvida se o interesse é por mim ou pelo artista.” Mas jura que não vai se prender. “Se ela provar que gosta de mim, vou me entregar para valer.” As pretendentes, avisa: não suportará que elas censurem suas manias, como dormir de meias, ou que tenham ciúme da carreira, dos amigos e da família. “Não gosto de gente metida. Tem de ser humilde, ter bom humor, ser sincera e fiel.”

Ele diz que está numa fase feliz, na vida e na carreira. Um dos motivos é o sucesso de *Aprender a Amar*, em que fez a primeira voz. O disco *As Quatro Estações* já vendeu quase 2 milhões de cópias.

Crédito: Pedigoneiro | Fotos: Alexandre Marchetti

Site oficial: [www.sandyejunior.com.br](http://www.sandyejunior.com.br)

CAPRICHÔ • 21 de maio de 2000

Figura 17 - Matéria “Eu já transei” da edição 836 da revista *Capricho*, 21 mai. 2000.

A matéria contava que Junior não era mais virgem “há algum tempo”, e ele revelou isso dias depois de completar 16 anos. O que chamou atenção foram os dados do Ministério da Saúde, constando que no Brasil, em 1984, a taxa de quem perdia a virgindade antes dos 15 anos era de 35% entre os meninos e 14% entre as meninas. Em 1998, a taxa de quem perdeu a virgindade antes dos 15 anos foi de 47% entre meninos e 32% entre meninas. Os dados mundiais, numa pesquisa realizada pela Durex em 14 países (Canadá, República Tcheca, França, Alemanha, Grécia, Itália, México, Polônia, Cingapura, Espanha, Taiwan, Tailândia, Inglaterra e Estados Unidos), revelavam que a idade com que os meninos perdiam a virgindade era de 15 anos e as meninas, 16 anos.

Essa matéria se inter cruzava com o depoimento já citado sobre o início precoce da sexualidade em adolescentes. Tratava o tema da sexualidade com naturalidade, apresentando dados de estudos científicos feitos sobre o assunto por instituições renomadas mundialmente. A edição ainda contava com a propaganda do teste de gravidez Unitest<sup>147</sup>.

Em maio de 2001, uma campanha publicitária circulou na revista em convergência com o discurso veiculado pela *Capricho*:

Deu bobeira? Existem momentos na vida da gente em que surge "um clima" e nos envolvemos bastante numa relação, não é mesmo? Mas e se numa destas situações os seus cálculos estiverem errados, você tiver esquecido de tomar seu anticoncepcional ou a camisinha furar justo na hora "H"? Você estaria desprotegida e correndo o risco de uma gravidez não-planejada. O que fazer numa situação destas? Hoje em dia não é mais necessário você entrar naquela "neura" de estar sujeita a uma gestação na hora errada, pois já está disponível um novo método de Contracepção de Emergência com altos índices de eficácia e baixa incidência de efeitos colaterais. Consulte o seu ginecologista, informe-se mais sobre este novo método e “curta” de forma mais tranquila aqueles climas que “pintam” na sua vida. LIBBS<sup>148</sup>

---

<sup>147</sup> CAPRICO. São Paulo, ed. 836, 21 mai. 2000.

<sup>148</sup> CAPRICO. São Paulo, ed. 861, 6 mai. 2001.

PUBLICIDADE

## Deu Boeira?

Existem momentos na vida da gente em que surge "um clima" e nos envolvemos bastante numa relação, não é mesmo?

Mas, e se numa destas situações os seus cálculos estiverem errados, você tiver esquecido de tomar o seu anticoncepcional ou a camisinha furar justo na hora "H"?

Você estaria desprotegida e correndo o risco de uma gravidez não-planejada. O que fazer numa situação destas?

Hoje em dia não é mais necessário você entrar naquela "neura" de estar sujeita a uma gestação em hora errada, pois já está disponível um novo método de Contraceção de Emergência, com altos índices de eficácia e baixa incidência de efeitos colaterais.

Consulte o seu ginecologista, informe-se mais sobre este novo método e "curta" de forma mais tranqüila aqueles climas que "pintam" na sua vida.

 Serviço de Atendimento LIBBS  
0800-135044  
www.libbs.com.br

LIBBS



Figura 18 - Propaganda de novo método contraceptivo na edição 861 da revista *Capricho*, 6 mai. 2001.

Na segunda quinzena de novembro de 2003, outra matéria da *Capricho* chamava atenção, o título era "Vista a Camisa", seguido da descrição: "Felipe Dylan, Bruno Gagliasso, Henry Castelli, Erik Marmo e Cauã Reymond dão o recado: sexo sem camisinha é sinal de falta de amor – pelo garoto e pela vida"<sup>149</sup>. Curioso uma revista feminina citar que esquecer a camisinha, um item usado nos meninos, poderia ser considerado falta de amor-próprio, levando em conta que não estaria preservando a própria saúde, a própria vida e a juventude, já que a menina que se torna mãe não experiencia momentos que jovens que não engravidam vivenciam.

<sup>149</sup> CAPRICHÓ. "Vista a camisa". São Paulo, ed. 928, 30 nov. 2003, p. 58.



Figura 19 - Matéria "Vista a camisa" na edição 928 da revista *Capricho*, 30 nov. 2003.

Os atores contavam que sempre usavam camisinha, reforçavam que ela protege contra a gravidez indesejada e a aids, principalmente. Posicionavam-se dizendo que era obrigação tanto das meninas como dos meninos sempre carregar preservativos consigo.

A mesma edição apresentava propaganda citando a campanha da revista “Camisinha tem que usar”:

risco do elevador descer e o porteiro abrir a porta...83%;  
 risco dele esbarrar com o cotovelo no alarme...54%;  
 risco de vocês serem filmados pela câmera de segurança...99%;  
 risco do filme da câmera ir parar na locadora...58%. Vocês já correm risco demais. Usem camisinha. Capricho. Há 10 anos promovendo a campanha: Camisinha, tem que usar.<sup>150</sup>



Figura 20 - Anúncio da campanha “Camisinha tem que usar”  
 na edição 928 da revista *Capricho*, 30 nov. 2003.

<sup>150</sup> CAPRICHIO. São Paulo, ed. 928, 30 nov. 2003.

A abordagem da revista permite interpretar que a culpabilização pela gravidez indesejada recai muito mais sobre a menina, que sofre todas as consequências de uma gravidez, diferentemente do menino. Meninas grávidas e meninas mães são vistas de forma diferente de meninos que engravidaram meninas e se tornaram pais, mesmo que precocemente.

A decisão do que fazer caso aconteça uma gravidez precisa ser pensada e refletida pelos únicos responsáveis pela situação, apenas. A mulher não engravida sozinha, portanto existe um homem e uma mulher para que haja essa possibilidade. Ninguém, nenhum outro ser social tem o direito de interferir numa decisão que só cabe à mulher. O Estado se utiliza de um argumento religioso para justificar a não legalização do aborto, interferindo na forma como a pessoa pode pensar sua vida futuramente, as vivências e as responsabilidades que acontecerão em consequência de uma nova pessoa que nascerá.

### **CAPÍTULO 3 – ABORTO EM TENSÃO: POLEMIZAR E INFORMAR JOVENS**

“Você veio de uma mulher  
E é em defesa delas que eu canto  
De livrar suas filhas do pranto  
Entre morte e vida, sangra a ferida  
Não defenda a vida abstrata  
O teu voto condena e mata  
Canto pela Teresa, Joana e tantas Marias”  
*Em defesa delas – Católicas pelo Direito de Decidir*

Tendo como vetor a pesquisa desenvolvida na revista *Capricho* e a discussão com bibliografia sobre o tema, este capítulo focalizará as questões que envolvem maternidade e aborto, ressaltando a importância de se ampliar o diálogo entre os adolescentes, a família e as redes de apoio.

### 3.1 ABORTO: HISTÓRIAS, POLÊMICAS E REPRESSÃO

O aborto é dito como uma “prática costumeira”<sup>151</sup> e conhecida por diferentes povos desde a Antiguidade. No Brasil, o primeiro registro referente à prática é a carta do padre José de Anchieta em 1560, em que reprovava práticas culturais de eliminação da gravidez indesejada entre os nativos. A cultura ocidental cristã, com a concepção de papéis de gênero, instituiu a punibilidade do aborto, responsabilizando e criminalizando as mulheres. O uso de chás e extratos vegetais e outras ações tomadas para “fazer vir as regras” foram então percebidos como ameaças às aspirações de progresso e modernidade da sociedade.<sup>152</sup>

Os Códigos Penais e legislações em vigor desde o período da colonização – “Ordenações Manuelinas, Ordenações Filipinas<sup>153</sup> até o advento do Código Penal de 1830, primeiro e único do Império; os Códigos Penais de 1890; e por fim, e ainda em vigor, o Código Penal de 1940”<sup>154</sup> – criminalizam o aborto. O Código Criminal do Império do Brasil de 1830 criminaliza as práticas de aborto e infanticídio, denominando esses diferentes atos como sendo crimes de infanticídio. Com a instauração da República, no Código Penal dos Estados Unidos do Brasil (1890) o aborto e o infanticídio foram diferenciados, e permitia a tutela e coibição dessas práticas por

---

<sup>151</sup> PEDRO, Joana Maria. **Práticas proibidas:** práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 42.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 111-112.

<sup>153</sup> As Ordenações Manoelinas e Filipinas foram compilações de leis que nortearam ações jurídicas durante o período colonial, respectivamente no reinado de D. Manuel e D. Felipe I. “As Ordenações Filipinas resultaram da reforma feita por Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal), ao código Manuelino, durante o período da União Ibérica. Continuou vigorando em Portugal ao final da União Ibérica, por confirmação de D. João IV.” BRASIL. Câmara dos Deputados. Biblioteca. Legislação portuguesa e primeiros textos legais referentes ao Brasil. Disponível em: <<https://www2camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/biblioteca/exposicoes-vituais/exposicoes-virtuais-permanentes/legislacao-portuguesa-e-textos-legais-referentes-ao-brasil>>. Acesso em: 27/03/2022.

<sup>154</sup> MENDES, Alessandro Araújo. A cidade de menores - Getúlio Vargas e as representações judiciais sobre os modos de educar a infância. **Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2012, p. 3.412.

parte do Estado<sup>155</sup>. Esse Código definia como crime provocar o aborto e matar o recém-nascido nos primeiros sete dias de seu nascimento, não sendo observado o contexto dessas práticas, as condições de vida, as pressões sociais ou fatores de saúde da mulher grávida. Estava vinculado a um imaginário que valorizava a mulher associada à figura de mãe, assim, a mulher que abortava era considerada criminosa.

Após intensas discussões em relação ao Código de 1890, foi aprovado um novo Código Penal (1940), ainda hoje em vigor (2022). Ao falar da mãe, evidencia o amor materno como potente contra qualquer ato de maus-tratos em relação a essa vida. Os juristas afirmavam que, se uma mulher viesse a matar o filho após algum convívio ou interação, deveria ser julgada como assassina, mesmo que houvesse alegação de que se temesse a desonra, mesmo que estivesse sofrendo momentos de emoção puerperal<sup>156</sup> - ou seja, ainda que, nos primeiros meses de vida do filho, essa mulher estivesse passando por um processo de loucura momentânea, a loucura puerperal. Nesse caso, a mulher seria julgada como homicida nos casos de infanticídio.<sup>157</sup>

As definições legais do que seria um recém-nascido foram importantes para se distinguir crimes infanticidas e homicidas. O recém-nascido passou a ser o indivíduo vivo que tenha qualquer parte do seu corpo fora do ventre da mãe; antes disso, nomeia-se como feto.<sup>158</sup> Portanto, o infanticídio seria uma modalidade de homicídio, e não um crime à parte, por ser cometido contra uma pessoa indefesa e inocente, devendo ser passível de punição<sup>159</sup>.

O tema do aborto não se fazia presente nos debates jurídicos da época em relação ao direito do feto, essa questão já apareceu em 1913, quando se assumiu que o feto seria, mesmo que não fosse um ser humano pleno, uma “esperança de homem”, por isso devia ter direitos jurídicos, e qualquer atentado contra sua vida deveria ser considerado crime e penalizado. A questão da personalidade jurídica do feto dialoga com o tema da constituição da personalidade jurídica humana no Código Civil

---

<sup>155</sup> HENTZ, Isabel Cristina. **A Honra e a Vida**: debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2013, p. 63-78.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 173-175.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>158</sup> Ibidem, p. 145.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 146.

brasileiro (1916), que afirmava que os direitos civis eram dados ao homem desde o momento do seu nascimento.<sup>160</sup>

O bebê legítimo nunca seria recusado pelo pai, porque a legitimidade se daria assim que o casamento dos pais acontecesse, durante a gestação ou após o nascimento. No entanto, filhos frutos de relações oriundas do adultério não podiam ser reconhecidos, a eles não valia o direito de herança<sup>161</sup>.

Nos casos envolvendo abortos legais e necessários, buscava-se identificar qual o papel atribuído aos médicos, embora essa concepção não fosse explicitada em formato de lei. Essa necessidade de habilitação dos serviços prestados excluía “parteiras, curandeiros e práticas populares de cura”<sup>162</sup>, criminalizando-se essas práticas, nos artigos 156, 157 e 158 do Código Penal de 1890, quando falam da criminalidade de práticas de curandeirismo, magia e medicina sem habilitação<sup>163</sup>.

Os temas aborto legal e necessário e o papel dos médicos voltaram a ser discutidos em 1936, durante a Primeira Conferência Brasileira de Criminologia, que aconteceu na sede do Instituto da Ordem dos Advogados. Essa conferência teve como objetivo debater o “projeto de Código de Sá Pereira, revisto por Evaristo de Moraes e Bulhões Pedreira”, que propunha alterações na redação do texto.<sup>164</sup> O documento produzido, que tinha a pretensão de ser científico, ou seja, um documento que não levaria em consideração aspectos morais como o paradigma de honra, foi aprovado à Câmara, mas não saiu do Senado. O governo do Estado Novo (1937-1945) considerou esse documento como insuficiente, porque dava ao médico a palavra final sobre um aborto necessário, mesmo que a mulher estivesse impossibilitada de consentir. O médico tinha a palavra final até mesmo em relação ao consentimento do marido e da família sobre o julgamento do aborto necessário, mas um único médico não poderia decidir sozinho, precisaria de uma junta médica para

---

<sup>160</sup> HENTZ, Isabel Cristina. **A Honra e a Vida**: debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2013, p. 168.

<sup>161</sup> As questões em torno da herança foram debatidas desde o Período Colonial, os interesses individuais e familiares se sobrepunham na definição da herança, sendo assim, não ter herdeiros significava o fim de uma linha sucessória, o que se tornava uma forte preocupação familiar. Poderia significar o fim do nome de uma família, como se a família não deixasse legados para a sociedade, “a instituição familiar lançou mão de práticas consuetudinárias a sua perpetuação e estabilidade”. Ibidem, p. 160.

<sup>162</sup> Ibidem, p. 193.

<sup>163</sup> Ibidem, p. 194.

<sup>164</sup> Ibidem, p. 195.

deliberar nesses casos.<sup>165</sup> Esse documento construído na conferência foi substituído, e pouco tempo depois o projeto de Alcântara Machado seria aprovado. O documento é chamado de Código Penal de 1940.<sup>166</sup>

O atual Código Penal (aprovado e vigente desde 1940) prevê o aborto como possibilidade sem constituir um crime nos casos de não haver meios de salvar a vida da gestante ou em casos de gravidez como resultado de estupro, devendo ser realizado com o consentimento da mulher.<sup>167</sup> O aborto em caso de estupro é tema discutido desde 1915, no contexto da Primeira Guerra Mundial, em que mulheres francesas e belgas sofreram violências pelos soldados alemães. Essa polêmica chegou ao Brasil e muitos médicos se posicionavam em relação a esse debate, alguns defendiam que, por se tratar de uma gravidez sem consentimento, a honra da mulher não devia ser manchada, já outros defendiam que o instinto materno falaria mais alto e que o ódio pelo estuprador seria superado por conta desse instinto. Outros ainda argumentavam que o desejo pelo aborto não partia da mulher, mas do companheiro enciumado, o que não justificaria “um ato hediondo” em relação a um feto. O paradigma da preservação da honra deixou de ser previsto em Código Penal (1940), sendo substituído pelo paradigma de vida, e o aborto passou a ser legal em casos de estupro.<sup>168</sup>

Atualmente, o Código Penal brasileiro criminaliza o aborto, violando a autonomia das mulheres sobre seu corpo e seus direitos fundamentais. A defesa do aborto tornou-se bandeira de luta dos movimentos feministas, que apregoam que o Estado deve garantir o acesso à informação, à contracepção e ao planejamento familiar, bem como que essa decisão deve ser das mulheres perante as consequências de uma gravidez indesejada em sua vida.

As discussões jurídicas em torno do aborto se baseiam em dois paradigmas: **o de honra e o da vida.**

O **paradigma de honra** é um tema que o próprio Código Penal de 1830 já contemplava; as discussões de juristas apontavam para a questão da honra a todo momento. Embora a honra feminina estivesse associada à sua reputação e

---

<sup>165</sup> HENTZ, Isabel Cristina. **A Honra e a Vida**: debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2013, p. 199.

<sup>166</sup> Ibidem, p. 195.

<sup>167</sup> Ibidem, p. 204.

<sup>168</sup> Ibidem, p. 120.

honestidade, à da sua família e à dos homens vinculados a essas mulheres, envolvia ainda questões de herança e transmissão de patrimônio.<sup>169</sup>

Na passagem do século XIX para o XX, “os papéis sociais destinados à mulher [se restringiam aos de] mãe dedicada, esposa fiel e mulher recatada, fazendo parte do controle social e sexual das mulheres e contribuindo para a dinâmica das relações de gênero, em geral, favoráveis às mulheres”<sup>170</sup>. Assim sendo, a honra era um paradigma enraizado historicamente e defendido nas sociedades patriarcais, mantendo-se presente na contemporaneidade.

A legítima defesa da honra só poderia ser levantada por mulheres que tivessem uma honra a defender: “virgens, inocentes, ludibriadas por algum homem aproveitador que, apaixonadas, sacrificam seu bem mais precioso, sua honra, ao receberem uma promessa de casamento, ou as viúvas”<sup>171</sup>. As prostitutas, devido às suas atividades, eram vistas como sem honra nem dignidade. Elas detinham conhecimentos sobre práticas contraceptivas, métodos abortivos e, no extremo, praticavam o infanticídio. Assim sendo, quando uma prostituta abortava, considerava-se que estava cometendo infanticídio.<sup>172</sup> Dessa forma, para alegar defesa de honra em caso de aborto e infanticídio, a mulher não poderia ser prostituta e deveria apresentar as provas requisitadas para legitimar a honra própria e a de sua família.

A honra estava associada à virgindade e a integridade do hímen, bem como a conduta moral e sexual das pessoas, mas principalmente a mulher. Essa conduta moral também poderia afetar a honra dos homens que estavam envolta dessa mulher (pais, irmãos, maridos e filhos), afetando a honra da família como um todo.<sup>173</sup>

As discussões que ocorriam na Câmara entre 1890 e 1940 permitem observar toda a complexidade do paradigma de honra, já que tal noção é múltipla e envolve visões que passam por grupo social, família, religião, entre outras. Dessa forma, essas questões possibilitavam investigar a vida e a índole da mulher e da sua família,

---

<sup>169</sup> HENTZ, Isabel Cristina. **A Honra e a Vida**: debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2013, p. 137.

<sup>170</sup> Ibidem, p. 137.

<sup>171</sup> Ibidem, p. 128.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 125.

<sup>173</sup> Ibidem, p. 100.

verificando-se qualquer resquício de honra que ainda pudesse sobreviver diante de certas situações.<sup>174</sup>

Honra neste sentido é o valor que uma pessoa tem aos seus olhos e aos olhos da sociedade, por meio da conformação a determinadas formas de conduta. É uma reclamação pessoal de orgulho e também a aceitação do direito ao orgulho. Sentimentos, condutas, reputação e concessão de honra estariam implicados.<sup>175</sup>

O paradigma de honra, suscitado na legislação no Código Penal de 1890, foi largamente debatido por juristas. A honra feminina é uma questão ligada à moral e diretamente vinculada ao comportamento das mulheres, incluindo também as roupas que vestiam e os lugares que frequentavam. Essa honra poderia influenciar os julgamentos sobre os crimes de aborto e infanticídio.

Era a honra que definia o que era uma mulher decente, digna de ser respeitada. A honra ajudava a definir os papéis sociais destinados a mulheres, de mãe dedicada, esposa fiel e mulher recatada, fazendo parte do controle social e sexual das mulheres e contribuindo para a dinâmica das relações de gênero, em geral, desfavorável às mulheres.<sup>176</sup>

Esse modelo hegemônico de padrão de honra feminina era diferenciado socialmente, sendo dirigido para as mulheres da elite; para outros setores sociais, a honra não era o único fator que levava a mulher a cometer um aborto ou infanticídio, já que a discussão sobre amor, virgindade, casamento e sexo não era homogênea na sociedade.

As críticas a padrões tradicionais e as mudanças de perspectiva foram se expandindo frente às resistências femininas e lutas feministas, que defendiam o “direito ao voto, igualdade política, direitos sociais como educação e trabalho remunerado e por direitos civis, como o de administrar propriedade e receber

---

<sup>174</sup> HENTZ, Isabel Cristina. **A Honra e a Vida**: debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2013, p. 136.

<sup>175</sup> ROHDEN, Fabíola. Para que serve o conceito de honra, ainda hoje? **Campos**. Revista de Antropologia Social. Curitiba, v. 7, n. 2, 2006, p. 105.

<sup>176</sup> Ibidem, p. 137.

herança”<sup>177</sup>, e também defendiam a liberação do corpo feminino, uma sexualidade mais livre e a maternidade como opção.

O complexo **paradigma de vida** apresenta a criança como o centro da preocupação, sendo identificada como o adulto do futuro. Nesse sentido, a mãe é vista como “aquela que cuida, através de seu suposto amor incondicional, dos seus filhos, os filhos da nação”<sup>178</sup>. Em relação ao aborto e ao infanticídio, observa-se uma disputa entre os discursos de juristas, médicos e religiosos<sup>179</sup>, assim como existe um debate de definições biológicas e jurídicas da vida humana.<sup>180</sup>

Na visão jurídica, o feto abortado já possui expectativas em relação ao seu vir a ser.<sup>181</sup> Assim sendo, pondera-se que o feto possui direitos que deveriam ser protegidos desde sua concepção, um sujeito que possui direitos mesmo que não seja capaz de sobreviver de forma independente da mãe e deve estar sob a proteção do Estado.<sup>182</sup>

A definição do *status* do feto passou a ser discutida ainda quanto à sua viabilidade ou inviabilidade no caso de crimes de aborto e infanticídio. A gravidade de um crime como o infanticídio num feto inviável é menor do que em relação a um feto viável (que pode vir a se tornar uma criança). Esse argumento de que ninguém tem o direito de abreviar uma vida, mesmo que essa vida possa não sobreviver, é utilizado ainda hoje nos casos de aborto por anencefalia.

As representações do feminino e do masculino no Código Penal influenciam a diferenciação de penas para mulher e homem. A questão do instinto materno também entrava como causa para diferenciar legalmente as mulheres. O debate científico das décadas de 1930 e 1940 evocava a existência de uma diferenciação entre ser mulher e ser homem, colocando a constituição do sistema nervoso, endócrino e do “caráter feminino” como argumentos para afirmar a delicadeza da mulher e, portanto, uma suposta menor capacidade de agir racionalmente e controlar

---

<sup>177</sup> ROHDEN, Fabíola. Para que serve o conceito de honra, ainda hoje? **Campos**. Revista de Antropologia Social. Curitiba, v. 7, n. 2, 2006, p. 134.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 139.

<sup>179</sup> As ideias cristãs influenciaram no sentido de se permitir práticas consideradas cruéis contra a vida.

<sup>180</sup> ROHDEN, op. cit., p. 168.

<sup>181</sup> HENTZ, Isabel Cristina. **A Honra e a Vida**: debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2013, p. 141.

<sup>182</sup> Ibidem, p. 170.

seus impulsos emocionais.<sup>183</sup> Ademais, denunciava mulheres que não se comportassem conforme as exigências feitas, também não avançava a discussão do pressuposto de que toda mulher desejava a maternidade.

As questões em torno da maternidade se transformaram com a difusão de métodos contraceptivos, sendo a maternidade observada não como um destino obrigatório para as mulheres, mas como uma possibilidade de escolha.<sup>184</sup> Dessa forma, “desde a pílula e o aborto, a criança passou a ser desejada, deixou de ser uma consequência de um ato sexual, mas uma vontade controlada pela ciência”<sup>185</sup>.

### 3.2 ABORTO NA REVISTA

Entre 1964 e 1985, as tensões políticas e sociais e as carências econômicas gestadas pelos governos militares provocaram lutas políticas com diferentes bandeiras. Os movimentos populares reconquistaram a democracia, com emergência de um maior protagonismo feminino.

Mesmo sob o contexto desfavorável do autoritarismo dos governos militares (1964-84), as mulheres “entraram em cena” se tornaram visíveis ocupando espaços sociais e políticos, com destaque para a sua presença nos movimentos sociais, na luta contra a carestia e pela anistia política.<sup>186</sup>

---

<sup>183</sup> A endocrinologia, área médica, mantinha relação com a criminologia, estabelecendo condutas que definiam os considerados desvios sexuais e de personalidade, criminalizando a homossexualidade. Da mesma forma, a chamada loucura puerperal era causada pelo desequilíbrio hormonal, que explicava os comportamentos anormais e criminosos da época. MADLENER, Francis; DINIS, Nilson Fernandes. A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana. **Revista do Departamento de Psicologia**. Niterói, UFF, v. 19, n. 1, 2007, p. 49-60.

<sup>184</sup> A perspectiva e categoria gênero questiona a determinação biológica do sexo, observando o conjunto de representações construídas social, histórica e culturalmente acerca das formas de ser homem ou ser mulher. A perspectiva e a categoria gênero não devem ser meramente concebidas como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado pelo âmbito jurídico, mas designar o aparato de produção dos sexos estabelecidos, afirmando que não há uma dualidade do sexo “num domínio pré-discursivo”, pois, se houver, será uma das maneiras “pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binário do sexo são eficazmente asseguradas”. GOETTENS, Daiane. **Toda mulher quer ter filhos?** Reflexões acerca da não maternidade! Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem), Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2018, p. 7.

<sup>185</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>186</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**. São Paulo, v. 19, n. 19, 2013.

Desse modo, o “feminismo, assim como outros movimentos sociais, surge e se fortalece, no período autoritário, trazendo novas demandas sociais [...] que, até então, estavam ofuscadas e englobadas na questão das classes sociais”<sup>187</sup>. Entre várias bandeiras que passaram a ser levantadas, as questões que envolviam o corpo feminino e a maternidade voltaram à pauta e temas como o aborto tornaram-se recorrentes nas lutas femininas e feministas. Nesse sentido, a revista *Capricho* também tratou da questão, priorizando seu público, as jovens.

Em sua edição de janeiro de 1988, a *Capricho* publicou uma matéria de capa intitulada “Aborto, a dura realidade do dia seguinte”<sup>188</sup>. Situada na seção Comportamento, contemplava falas de adolescentes que engravidaram, passaram pela experiência do aborto e se arrependeram. O subtítulo da matéria:

Mesmo que ele seja visto como a única saída e que por isso traga, de início, uma sensação de alívio, quem já passou por um aborto sabe que ele provoca sentimentos difíceis de cicatrizar: tristeza, raiva, culpa.<sup>189</sup>

A matéria recuperava casos de quatro meninas que passaram pela experiência do aborto: Roberta (17 anos), Anita (17), Maria Laura (17) e sua irmã, que não tem o primeiro nome divulgado, mas morreu aos 16 anos “por complicações surgidas após um aborto feito por uma ‘curiosa’”<sup>190</sup>. Roberta e Anita, conforme a narrativa da matéria, conseguiram o dinheiro para custear a clínica de aborto clandestina. Roberta declarava que se sentiu aliviada, mas não arrependida:

Sabia que não poderia ter aquele filho. Seus pais jamais aceitariam essa “vergonha”, e casar então, nem sonhar: o próprio namorado a acusara de “ter feito isso de propósito”, para “segurá-lo”. Só o que queria, na época, era “livrar-se do problema” o mais rápido possível.<sup>191</sup>

---

<sup>187</sup> BARSTED, Leila Linhares. Legalização e descriminalização do aborto: 10 anos de luta feminista. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, n. 0, 1992, p. 104.

<sup>188</sup> CAPRICO. “Aborto, a dura realidade do dia seguinte”. São Paulo, ed. 629, 11 jan. 1988, p. 98.

<sup>189</sup> CAPRICO. “Aborto, a dura realidade do dia seguinte”. São Paulo, ed. 629, 11 jan. 1988, p. 98.

<sup>190</sup> CAPRICO. “Aborto, a dura realidade do dia seguinte”. São Paulo, ed. 629, 11 jan. 1988, p. 99.

<sup>191</sup> CAPRICO. “Aborto, a dura realidade do dia seguinte”. São Paulo, ed. 629, 11 jan. 1988, p. 98.

As palavras entre aspas, respectivamente “vergonha”, “ter feito isso de propósito”, “segurá-lo”, “livrar-se do problema” deixavam claro o posicionamento da revista sobre o assunto. *Capricho* se mostrava contra a legalização do aborto, e as aspas induzem a leitora a julgar como negativo esse ato, deixando implícita a discussão sobre a honra.

Pode-se perceber novamente o paradigma de honra na mesma edição da revista, na seção *Você e o Mundo*, em “Homens e Mulheres: onde a igualdade?”<sup>192</sup>. O texto menciona a Constituição de 1934, que “assegura direitos iguais para homens e mulheres”<sup>193</sup>, aponta as conquistas feministas nesses anos e coloca que o aborto é um tema “que envolve princípios morais e religiosos muito fortes”<sup>194</sup>. Princípios morais e religiosos não deviam entrar numa discussão jurídica, por se tratar de atributo individual, ainda se percebem marcas desse paradigma até 1940 no Código Penal. O momento histórico em que a matéria foi produzida remete a essa honra mais individual.<sup>195</sup>

Essa reportagem foi assinada por “Tereza Rangel”, nome esse que não aparece no expediente da revista, mas ao final da reportagem há uma nota: “Consultoria: Fioriza Verucci: advogada e organizadora da Comissão da Mulher do Instituto Latino-Americano”<sup>196</sup>. Observa-se um discurso contra-hegemônico, principalmente ao destacar que “A vida desmente o que a lei obrigada. As mulheres têm de brigar muito para conquistar espaços dominados só por homens”<sup>197</sup>.

Na publicação em questão, “Aborto, a dura realidade do dia seguinte”<sup>198</sup>, constata-se elementos convergentes nas experiências de Roberta e Anita, que realizaram aborto e se arrependeram. No terceiro caso relatado, como a irmã de Maria

---

<sup>192</sup> CAPRICHIO. “Homens e Mulheres: onde a igualdade?” São Paulo, ed. 629, 11 jan. 1988, p. 20.

<sup>193</sup> CAPRICHIO. “Homens e mulheres: onde a igualdade?” São Paulo, ed. 629, 11 jan. 1988, p. 20.

<sup>194</sup> CAPRICHIO. “Homens e mulheres: onde a igualdade?” São Paulo, ed. 629, 11 jan. 1988, p. 20.

<sup>195</sup> Cabe lembrar que, na década de 1930, o Código Penal se pautava pelo paradigma de honra, que foi perdendo força jurídica a partir de 1940, com a aprovação do Código Penal, não sendo mais considerado como atenuante um crime motivado pela “legítima defesa da honra”, mas se mantém no imaginário social como um ponto a ser discutido.

<sup>196</sup> CAPRICHIO. “Homens e mulheres: onde a igualdade?” São Paulo, ed. 629, 11 jan. 1988, p. 20.

<sup>197</sup> CAPRICHIO. “Homens e mulheres: onde a igualdade?” São Paulo, ed. 629, 11 jan. 1988, p. 20.

<sup>198</sup> CAPRICHIO. “Aborto, a dura realidade do dia seguinte”. São Paulo, ed. 629, 11 jan. 1988, p. 98.

Laura faleceu, ela “resolveu ter o filho que não pretendia gerar”<sup>199</sup>. Essa reportagem destacava arrependimentos, mas também a importância de aprender a conviver com uma decisão tão difícil que muda completamente a vida da jovem, em relação a dar prosseguimento à gravidez ou não.

A revista convidou uma professora de orientação sexual, uma psicóloga e uma enfermeira para falar sobre o assunto. Na fala da psicóloga, apresentou uma padronização dos sentimentos das meninas, embora o momento da gravidez envolva muitos sentimentos, sendo complexo padronizá-los, pois cada pessoa é diferente:

Segundo Vivian [Behar, psicóloga], a gravidez provoca várias emoções: satisfação em relação à fertilidade (a menina sente um certo prazer, mas esta fase passa tão depressa que muitas vezes ela nem percebe); orgulho de já ser adulta (o mesmo sentimento de satisfação que ocorre com a primeira menstruação); pânico (o que fazer com esse problema?) e finalmente o medo (emoção que junta energia para a ação, do mesmo tipo da que faz animais se retraírem para atacar; movida pelo medo, a garota é forçada a se decidir entre o aborto e o filho). A opção pelo aborto ocorre nessa última fase.<sup>200</sup>

O depoimento de Maria Laura evidenciava uma gestação levada a cabo pelo medo de morrer, como ocorreu com a sua irmã, gerando questionamentos: será que ela realmente estava pronta para ter um filho? Será que ela queria ser mãe naquele momento? Quais foram os impactos dessa gravidez para Maria Laura? Quais planos de sua vida tiveram de ser repensados?

Durante a década de 1990, momento de turbulência econômica e política do governo Fernando Collor, culminando na sua renúncia, observam-se “mudanças dos métodos abortivos por mulheres: clínicas privadas, leigas, injeções e instrumentos perfurantes são substituídos [...] [por um medicamento que trata] úlcera gástrica [e foi permitido em farmácias] até 1991”<sup>201</sup>, o Misoprostol. Nesse mesmo ano, o PL 20/1991 dos parlamentares Eduardo Jorge (PT/SP) e Sandra Starling (PT/MG) “[...] tratava da

---

<sup>199</sup> CAPRICHIO. “Aborto, a dura realidade do dia seguinte”. São Paulo, ed. 629, 11 jan. 1988, p. 99.

<sup>200</sup> CAPRICHIO. “Aborto, a dura realidade do dia seguinte”. São Paulo, ed. 629, 11 jan. 1988, p. 98.

<sup>201</sup> Esse dado é de um relatório produzido em 2009 pelo Ministério da Saúde com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, o Departamento de Ciência e Tecnologia, coordenado por Debora Diniz e Marilena Corrêa, publicado em Brasília/DF. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **20 anos de pesquisas sobre aborto no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

obrigatoriedade de atendimento pelo SUS nos casos de aborto previstos no Código Penal”<sup>202</sup>, ampliando o direito ao aborto.

Na primeira quinzena de agosto de 1993, o tema aborto voltou a ser discutido na revista *Capricho*, em uma matéria destacada na capa e publicada na seção Comportamento, “Fuja da lei da gravidez: um papo sério sobre aborto: Sim, não, sim. Dúvida”. Iniciava dizendo que o

[...] assunto é tão desagradável, que nem dá vontade de pensar nele. Mas, infelizmente, se você engravidar talvez passe pelo dilema: “abortar ou não abortar, eis a questão”. Credo! Faça figa, bata na madeira e chame o anjo da guarda. Agora preste atenção.<sup>203</sup>

Baseando-se numa definição de dicionário, a matéria ressaltava o aborto como “sinônimo de insucesso, malogro, anormalidade, destruição”<sup>204</sup>, também falou sobre o aborto espontâneo “entre as garotas que engravidam muito cedo, a chance de ocorrer um aborto natural é maior, já que o organismo ainda não está preparado para a gestação”<sup>205</sup>. Discorreu sobre o artigo 128 do Código Penal vigente à época, segundo o qual o aborto seria “permitido em caso de estupro ou quando a gravidez oferece risco a vida da mulher. Em qualquer outro caso, o aborto é considerado crime punível com prisão”<sup>206</sup>.

A *Capricho* polemizava mais uma vez a questão, utilizando-se do artifício de referência a crenças: “Credo! Faça figa, bata na madeira e chame o anjo da guarda. Agora preste atenção”.

---

<sup>202</sup> MARIANO, Rayani; BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 50, e175013, 2017, p. 7.

<sup>203</sup> CAPRICHOS. “Fuja da Lei da gravidez: um papo sério sobre aborto”. São Paulo, ed. 696, 1º ago. 1993, p. 102.

<sup>204</sup> CAPRICHOS. “Fuja da Lei da gravidez: um papo sério sobre aborto”. São Paulo, ed. 696, 1º ago. 1993, p. 102.

<sup>205</sup> CAPRICHOS. “Fuja da Lei da gravidez: um papo sério sobre aborto”. São Paulo, ed. 696, 1º ago. 1993, p. 102.

<sup>206</sup> CAPRICHOS. “Fuja da Lei da gravidez: um papo sério sobre aborto”. São Paulo, ed. 696, 1º ago. 1993, p. 102.

Em suas matérias, a *Capricho* usava uma linguagem de aconselhamento e amparo, buscando aplacar angústias, resolver dúvidas, deixar sugestões, além de imagens atraentes e conteúdos diversificados que ofereciam momentos de lazer e entretenimento,

[...] como um importante elo no processo de transmissão de informação, mas também de convencimento e mesmo imposição, apoiados em enunciados prescritivos e normativos, que ordenam o que fazer e como fazer.<sup>207</sup>

Em agosto de 1993, a *Capricho* assumiu ser contra o aborto, porém, a favor de sua legalização em algumas situações: em casos de estupro, em situações em que a gravidez coloque em risco a vida da mulher ou se o anticoncepcional, mesmo usado de forma correta, falhar, “o aborto pode ser uma saída”<sup>208</sup>. Buscava a adesão à luta por leis que garantissem que os abortos acontecessem com segurança. A matéria mencionou um levantamento feito pela Organização Mundial da Saúde de 1990:

[...] no Brasil, o número de abortos provocados é maior que o de nascimentos (cerca de 3 milhões por ano). Além disso, nosso país é responsável por 10% dos abortos do mundo e, em 10% dos casos, as mulheres morrem ou ficam com alguma sequela grave. Horripilante, não é? Mas agora acabou. Pode virar a página e trazer de volta o bom humor. Mas não se esqueça, não se esqueça, não se esqueça...<sup>209</sup>

Em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, foi adotada a Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, chamada de “Convenção de Belém do Pará”.<sup>210</sup>

---

<sup>207</sup> LUCA, Tania Regina de. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p.448.

<sup>208</sup> CAPRICHOS. “Fuja da Lei da gravidez: um papo sério sobre aborto”. São Paulo, ed. 696, 1º ago. 1993, p. 103.

<sup>209</sup> CAPRICHOS. “Fuja da Lei da gravidez: um papo sério sobre aborto”. São Paulo, ed. 696, 1º ago. 1993, p. 103.

<sup>210</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>>.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso (depois de ganhar prestígio frente ao sucesso do Plano Real), assumiu a presidência numa conjuntura neoliberal.<sup>211</sup> A Comissão Interamericana de Direitos humanos, sediada em Washington/DC, fez então a primeira visita de observação *in loco* ao Brasil. Ao todo, a Comissão efetuou 95 visitas aos países, a visita de número 64 aconteceu entre os dias 4 e 8 de dezembro de 1995<sup>212</sup>. A Comissão definiu

[...] os direitos humanos que os Estados ratificantes [Argentina, Barbados, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.] se comprometem internacionalmente a respeitar e a dar garantias para que sejam respeitados. Ela cria, também, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, e define atribuições e procedimentos tanto da Corte como da CIDH. A CIDH mantém, além disso, atribuições adicionais e anteriores à Convenção e que não derivam diretamente dela, sendo estes, entre outros, de processar petições individuais relativas a Estados que ainda não são parte da Convenção.<sup>213</sup>

Em junho de 1996, a revista *Capricho* novamente colocou o assunto aborto em sua capa, e o tema era tratado como uma “decisão difícil”, uma questão que envolve a sensibilidade, evidenciando como um aborto na adolescência pode significar solidão, alívio, tristeza, mas também raiva, culpa, um trauma.

---

<sup>211</sup> O contexto político mundial estava passando por mudanças, ao mesmo tempo que a globalização estava acontecendo, fazendo com que os EUA ganhassem destaque no cenário econômico; o socialismo tinha acabado de cair no Leste europeu por conta da crise econômica, isso fortaleceu o desenvolvimento do sistema capitalista e a influência dos EUA no mercado econômico.

<sup>212</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Visitas *in loco* realizadas pela CIDH. Disponível em: <[https://www.oas.org/pt/cidh/actividades/visitas\\_inloco.asp](https://www.oas.org/pt/cidh/actividades/visitas_inloco.asp)>.

<sup>213</sup> *Ibidem*.



Figura 21 - Capa da edição 734 da revista *Capricho*, 23 jun. 1996.

Destaca-se como subtítulo da matéria:

Resolver não ter um bebê é uma decisão doída, polêmica e clandestina... Sabendo que todas as meninas estão sujeitas a passar por isso, Mariana, 20 anos, nos enviou esse desabafo.<sup>214</sup>

A jovem Mariana iniciou seu relato contando que sempre usou camisinha, até ela e o namorado fazerem o teste de HIV. Quando os dois receberam o resultado negativo, passaram a utilizar a tabelinha como método contraceptivo, deixando de usar a camisinha, e ela engravidou. O namorado não queria se casar, e a jovem relatou o quão difícil foi essa decisão, já que sua avó, sendo católica, “tentou fazer

<sup>214</sup> CAPRICHÔ. “Eu fiz um aborto”. São Paulo, ed. 734, 23 jun. 1996, p. 102.

minha cabeça, com roupinhas, sonhando com a bisneta. Só nunca me perguntou como ficaria minha vida”<sup>215</sup>.

No depoimento Mariana relatava como se sentia, quais privações passaria em sua vida, pois, como ela mesma relata,

Pai de fim de semana qualquer um pode ser! Por isso, não tem jeito, a responsabilidade de evitar filhos é mais da menina. Não é machismo meu: fisicamente a menina que engravida, com ela a cobrança é maior e ser mãe é para toda vida [...] Pensava em como todo mundo iria ficar metendo o bedelho na educação do meu filho, em como ficaria frustrada em adiar meus planos. Eu queria (e quero) ir pra Europa, morar sozinha, entende? Perderia uma liberdade que nem sequer havia conquistado. Foram três semanas pensando e várias noites sem dormir, até que decidi interromper a gravidez.<sup>216</sup>

Primeiramente, cabe destacar a crença de que mãe é para toda a vida, gerando questionamento: o pai não é? Por que o abandono do pai é mais aceito socialmente do que um procedimento de aborto? Outro ponto a ressaltar nesse relato é o que a própria revista destaca: “Deus, se for como meu pai (e deve ser), vai entender que fiz o que achei melhor.”<sup>217</sup>

Esse depoimento traz reflexões importantes, principalmente no que concerne à quebra do paradigma de honra, que já não aparece mais na revista, dando lugar à valorização da vida do feto, que depende integralmente da mulher para sobreviver. Já que o feto suscita expectativas sociais, direitos e valores em relação ao ser que ainda não é, mas pode vir a ser.<sup>218</sup> Assim, nota-se que essa matéria dialoga com “a aprovação do PL 20/1991 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, após ter sido aprovada, em 1995, na Comissão de Seguridade Social e Família”<sup>219</sup>.

<sup>215</sup> CAPRICO. “Eu fiz um aborto”. São Paulo, ed. 734, 23 jun. 1996, p. 102.

<sup>216</sup> CAPRICO. “Eu fiz um aborto”. São Paulo, ed. 734, 23 jun. 1996, p. 102.

<sup>217</sup> CAPRICO. “Eu fiz um aborto”. São Paulo, ed. 734, 23 jun. 1996, p. 103.

<sup>218</sup> HENTZ, Isabel Cristina. **A Honra e a Vida**: debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2013, p. 141.

<sup>219</sup> MARIANO, Rayani; BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 50, e175013, 2017, p. 8.

### 3.3 PERMANÊNCIAS DO DISCURSO

Em fevereiro de 1997, a revista *Capricho* voltou a falar sobre o aborto. O tema dessa publicação dialoga com o Segundo Encontro Mundial do Papa João Paulo II com as Famílias, que aconteceu nos dias 4 e 5 de outubro de 1997, no Rio de Janeiro. A cidade se preparou para essa visita, reformando Igrejas, como a da Candelária, colocando a Polícia Militar para ocupar o morro do Turano, no bairro da Tijuca, Zona Norte, “a fim de garantir a segurança do papa João Paulo II, que estará no Rio em outubro. O Turano é vizinho à casa do cardeal d. Eugênio Sales, onde o papa se hospedará”<sup>220</sup>. Nessa visita o Papa declarou:

Este esforço leva em si uma mensagem e um convite que dirijo ao mundo, através de vós famílias de todo o mundo: acolhei vossos filhos com um amor responsável; defendei-os como um dom de Deus, desde o momento em que são concebidos, em que a vida humana surge no ventre das mães; que o crime abominável do aborto, vergonha para a humanidade, não condene os concebidos à mais injusta das execuções: a dos seres humanos mais inocentes! Esta proclamação sobre o inestimável valor da vida desde o ventre materno e contra qualquer manobra de supressão da vida, quantas vezes a ouvimos dos lábios da Madre Teresa de Calcutá!? Ouvimo-la todos durante o Ato Testemunhal do Primeiro Encontro, em Roma. Aqueles lábios estão agora mudos pela morte. Mas a mensagem de Madre Teresa em favor da vida continua vibrante e convincente como nunca.<sup>221</sup>

Em 1997, a polêmica estava colocada, na Câmara dos Deputados ocorreram 119 falas sobre aborto.<sup>222</sup> Voltando para a revista *Capricho* de fevereiro de 1997, a matéria fala essencialmente sobre sexualidade precoce, em um formato para produzir polêmica. Colocando-se em suas matérias como uma “revista amiga”, a *Capricho* assumia um linguajar informal, como se fosse uma conversa, e se propunha aberta a críticas e sugestões, respondendo questões enviadas, muitas vezes, anonimamente.

<sup>220</sup> FOLHA DE S. PAULO. “Visita do papa faz PM ocupar morro no Rio”. Caderno Cotidiano. São Paulo, 7 jun. 1997.

<sup>221</sup> Cf.: PUC-RIO. Discursos do Papa. Brasil - Rio De Janeiro - 04/10/1997. Estádio do Maracanã. Festa-Testemunho das Famílias com o Papa. Disponível em: <<http://www.puc-rio.br/geral/papa-joao/hpport/discur.htm>>.

<sup>222</sup> MARIANO, Rayani; BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 50, e175013, 2017, p. 8.

Cabe ressaltar que o discurso por trás dessa matéria foi enfatizado com a seguinte afirmação:

O perigo é que muitas meninas colocam seus conhecimentos “meio” na prática. Usam camisinha de vez em quando, ou esquecem de tomar a pílula as vezes. Se você é desse tipo, então preste bem atenção: talvez bem lá no fundo você queira testar se pode engravidar.<sup>223</sup>

Deixava uma sensação de que a mulher, no caso, a “menina”, era a única responsável por uma gravidez, apesar do fato de serem necessários um óvulo e um espermatozoide. Por que somente a menina ativa sexualmente estaria querendo “testar se pode engravidar”?

O assunto foi retomado em 1999, quando, em sete números, foram discutidos assuntos que orbitam entre gravidez indesejada na adolescência e aborto. A revista *Capricho* era publicada quinzenalmente, em agosto de 1999, lançou o tema nas duas revistas. Na primeira quinzena do mês de agosto, uma matéria de capa intitulada “Aborto: até o final do ano, uma em cada 31 meninas vai passar por isso”. Essa matéria não recebeu destaque no índice e se localizava na seção Sua Vida.

O subtítulo da matéria apresentava uma estimativa sobre o número de abortos realizados por jovens brasileiras com idade entre 15 e 19 anos, contando com dados da pesquisa realizada pelo Instituto Alan Guttmacher<sup>224</sup> de Nova Iorque e financiada pela Fundação William e Flora Hewlett, em 1998. Esse Instituto realizava um trabalho de impacto ao estudar políticas sobre aborto nos Estados Unidos e no mundo. O website do Instituto conta que o objetivo é examinar a incidência do aborto, o acesso aos cuidados e as barreiras à obtenção de serviços, os fatores subjacentes às decisões das mulheres de interromper a gravidez, as características das mulheres que

---

<sup>223</sup> CAPRICHOS. “Aborto. Evite isso”. São Paulo, ed. 750, 2 fev. 1997, p. 90.

<sup>224</sup> O Instituto Alan Guttmacher realiza um trabalho de impacto ao estudar políticas sobre aborto nos Estados Unidos e no mundo. O website do Instituto conta que o objetivo é examinar a incidência do aborto, o acesso aos cuidados e as barreiras à obtenção de serviços, os fatores subjacentes às decisões das mulheres de interromper a gravidez, as características das mulheres que fazem abortos, além de tocar nas condições em que as mulheres obtêm as informações que orbitam sobre o tema. O Instituto Guttmacher também rastreia a legislação e as políticas relacionadas ao aborto em nível federal e estadual nos EUA e no mundo, promovendo o acesso aos serviços de aborto e apresentando casos baseados em evidências contra as restrições que limitam o acesso ao aborto seguro. Estudos como esse em países que legalizaram, inteiramente ou parcialmente, o aborto foram importantes para se ter a dimensão internacional da questão. O site do Instituto Alan Guttmacher, em inglês, está disponível para consultas em: <<https://www.guttmacher.org/>>.

fazem abortos, além de tocar nas condições em que as mulheres obtêm informações sobre o tema.

A matéria em questão (*Capricho*, 01/08/1999, edição 815), que recebeu como ilustração a foto de jovens brancas com as mãos nos rostos, contou a história de Fernanda, 14 anos: após um “bom amasso... uma gravidez [foi] provocada pelo sêmen expelido perto da vagina.”<sup>225</sup> A menina relata: “Pensei em me jogar embaixo de um carro.”<sup>226</sup> Ela tomou um chá abortivo, receita que encontrou num livro que misturava várias ervas.

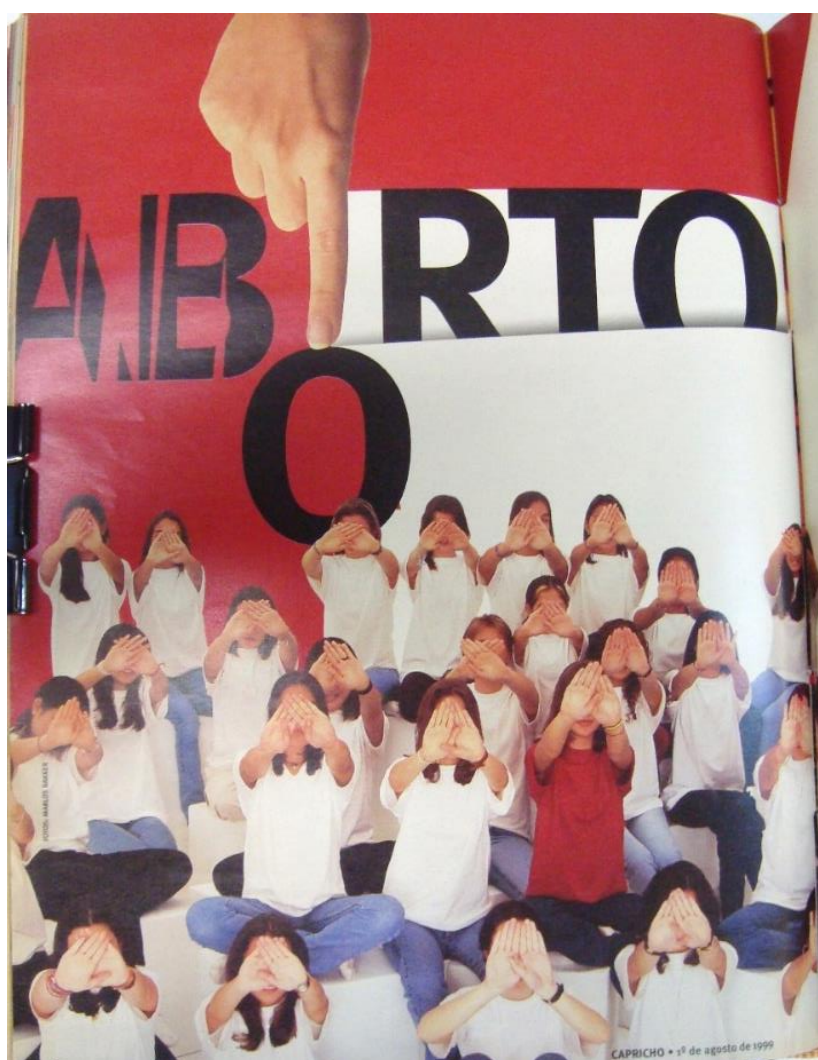


Figura 22 - Matéria “Aborto”, na edição 815 da revista *Capricho*, 1º ago. 1999.

<sup>225</sup> CAPRICHO. “Aborto”. São Paulo, ed. 815, 1º ago. 1999, p. 61.

<sup>226</sup> CAPRICHO. “Aborto”. São Paulo, ed. 815, 1º ago. 1999, p. 61.

Quando acordou, estava mole. Era o aborto. Sua mãe a encontrou cedo, com a cama toda molhada de sangue e sem forças nem para levantar. Socorrida rapidamente por um médico da família, foi levada a uma clínica. Passado o susto, ficou o trauma “Toda vez que via uma criança, chorava”, lembra.<sup>227</sup>

A *Capricho* buscava informar as jovens sobre o assunto, apresentando estimativas nacionais e internacionais com dados sobre o aborto, bem como retratar o tema com sensibilidade, ao privilegiar experiências, que podiam ser reais ou ficcionais, evidenciando a necessidade de se falar sobre o aborto como um tema de Saúde Pública e a vida das mulheres grávidas. A matéria continuava comentando sobre um remédio de úlcera gástrica que provoca contrações uterinas e hemorragia, que culmina na expulsão do embrião, o Misoprostol.

Tomado sem acompanhamento médico, pode causar esterilidade e até matar, já que existe o risco de a menina perder sangue demais ou vir a ter infecção, provocada por vestígios da placenta que permanecem no corpo.<sup>228</sup>

Ainda falava sobre clínicas clandestinas, em que o preço do atendimento “varia, como variam o atendimento, a higiene, a qualificação dos profissionais, os cuidados médicos”<sup>229</sup>. Ainda esclarecia que a situação se devia ao fato de que no Brasil o aborto era, e ainda é, proibido por lei, à exceção da gravidez fruto de estupro ou que oferece risco de vida à mãe; atualmente o aborto é permitido também em casos de microcefalia. O ginecologista Jorge Andalaft Neto, presidente da Comissão da Interrupção Legal da Gestação da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, afirmou na revista: “Mas a menina não deve ter medo de ir ao hospital. Nenhum médico vai denunciá-la. Ele tem a obrigação de cuidar da saúde da garota, não importa o que tenha acontecido.”<sup>230</sup>

Os dados informados pela revista *Capricho* observavam a condição de meninas que tinham acesso a uma estrutura de serviços de saúde que as trataria com dignidade, mas é sabido que nem todas possuem as mesmas oportunidades. *Capricho* carregava um discurso para a jovem da classe média, por esse motivo,

<sup>227</sup> CAPRICHOS. “Aborto”. São Paulo, ed. 815, 1º ago. 1999, p. 61.

<sup>228</sup> CAPRICHOS. “Aborto”. São Paulo, edição 815, 1º ago. 1999, p. 62.

<sup>229</sup> CAPRICHOS. “Aborto”. São Paulo, edição 815, 1º ago. 1999, p. 62.

<sup>230</sup> CAPRICHOS. “Aborto”. São Paulo, edição 815, 1º ago. 1999, p. 62.

pressupôs que todas as meninas que fossem em busca de tratamento receberiam atenção adequada durante os atendimentos médicos. Já outras jovens de distintas condições socioeconômicas, de diferentes etnias (negras), em situação de vulnerabilidade social, enfrentariam julgamentos e maus-tratos ao serem atendidas pelo Sistema Único de Saúde.

A matéria ainda relatava a enquete realizada pela *Capricho* no seu site:

[...] 74% das meninas optariam por ter o bebê se ficassem grávidas. 47% das meninas conhecem alguém que já fez um aborto. 40% das meninas são a favor da liberação do aborto. 44% são contra e 16% não têm opinião formada [...] Decisão coletiva - a maioria das meninas não resolve sozinha que vai abortar. Muitas vezes a sugestão parte de outra pessoa: 29% amigos; 26% o namorado; 25% mãe.<sup>231</sup>

As jovens que passaram por abortos eram de diversas localidades do Brasil: uma menina de 17 anos de São Luís, MA; duas de São Paulo, uma de 18 anos e outra de 16; uma menina de 17 anos de Salvador, BA; outra de 16 anos de Curitiba, PR. A matéria é assinada por Ciça Lessa (editora especial cujo nome aparece no expediente), com a colaboração de Cynthia Calderon (nome que não apareceu no expediente da revista), Michaela von Smaedel (repórter – texto que aparece no expediente), Daniela Birman e Maristela Sampaio<sup>232</sup> (esses nomes não aparecem no expediente da revista).

Ainda na mesma edição, encontra-se outra matéria sobre o assunto:

Eu fiz: A atriz e cantora paulista Talma de Freitas tinha 21 anos quando engravidou ao transar com um amigo. Sem condições de criar um filho, ela decidiu abortar. Hoje, aos 25 anos, Talma, a Zezé de *Andando nas Nuvens*<sup>233</sup>, lembra do momento em que teve que tomar uma das decisões mais difíceis da sua vida.<sup>234</sup>

---

<sup>231</sup> CAPRICHÓ. “Aborto”. São Paulo, edição 815, 1º ago. 1999, p. 63.

<sup>232</sup> CAPRICHÓ. “Aborto”. São Paulo, edição 815, 1º ago. 1999, p. 60-64.

<sup>233</sup> Telenovela produzida e exibida pela Rede Globo e transmitida entre 22 de março a 5 de novembro de 1999.

<sup>234</sup> CAPRICHÓ. “Eu fiz”. São Paulo, ed. 815, 1º ago. 1999, p. 66.



Figura 23 - Matéria “Eu fiz”, na edição 815 da revista *Capricho*, 1º ago. 1998.

A atriz relatou que, quando se percebeu grávida, foi ao médico, que lhe receitou um remédio abortivo que não fez efeito. Ela teve ajuda de sua família, ao pagar uma clínica clandestina para realizar o procedimento de aborto.

O aborto é muito agressivo. Restou apenas um pesar muito grande. Por um lado, foi um alívio ter meu futuro de volta. Ter feito o aborto naquele momento foi como ter sobrevivido a uma guerra: você passa a ficar mais cuidadosa com a vida depois de uma situação de extremo perigo.<sup>235</sup>

Quando a atriz afirma que “foi um alívio” ter seu próprio “futuro de volta”, destaca o que uma gravidez indesejada poderia provocar na vida de quem não a

<sup>235</sup> CAPRICHÔ. “Eu fiz”. São Paulo, ed. 815, 1º ago. 1998, p. 66-67.

planejasse: a “perda do futuro”. Mulheres com planos para o futuro que não incluíam a maternidade, ao se verem grávidas, eram obrigadas a adiar seus objetivos e sonhos. Isso porque o período envolve muitas modificações emocionais, e uma criança demanda atenção, cuidado e recursos financeiros. Esses cuidados, atenções e recursos financeiros são, ainda hoje, de maior responsabilidade das mulheres.

Na segunda quinzena de agosto, ainda de 1999, *Capricho* trazia três matérias, duas delas com destaque na capa e no índice “O que acontece num hospital que atende meninas com problemas sexuais”<sup>236</sup>, e “Polêmica - Como age a pílula que se toma depois da transa”<sup>237</sup>.



Figura 24 - Capa da edição 816 da revista *Capricho*, 29 ago. 1998.

<sup>236</sup> CAPRICHÔ. “O que acontece num hospital que atende meninas com problemas sexuais”. São Paulo, ed. 816, 29 ago. 1998, p. 30-33.

<sup>237</sup> CAPRICHÔ. “Polêmica: Como age a pílula que se toma depois da transa”. São Paulo, ed. 816, 29 ago. 1998, p. 94.

**índice**  
29 de agosto de 1999

**CAPRICHÔ**  
Um amigo, está que ser flia?

Esta CAPRICHÔ é da:

**CAPA**  
Foto: Marlos Bakker  
Cabelo e maquiagem:  
André Sartori (Angel Agent)  
Roupa: Triton  
Fotos: Marlos Bakker; John Kelly; Retna

**Sua vida**

**8 A festa do ano**  
O que rola na Festa do Peão de Boiadeiro, em Barretos

**30 Plantão médico**  
Histórias de atendimento a meninas com traumas e problemas sexuais

**36 Paz e amor**  
O que você precisa saber sobre a Era de Aquário, a era do novo milênio

**74 A caminho da nova era**  
Carina, 18 anos, conta como passou o "Fim do Mundo"

**76 Te pego lá fora**  
Meninas que resolvem seus problemas no braço

**Beleza e saúde**

**90 Eu que faço**  
Os truques de beleza caseiros de Tiazinha e outras meninas lindas e famosas

**94 A pílula dos dias seguintes**  
O polêmico remédio contra a gravidez que deve ser tomado depois da transa

**96 Erros na dieta**  
Médicos dão a dica para fazer um regime funcionar

**Gente**

**24 "Já levei muito fora!"**  
As revelações do violinista Lucas, da Família Lima, que namora a Sandy

**29 Uma doçura**  
O vocalista do Sugar Ray diz que era chato, mas mudou

**42 "Maurício virou um filho"**  
Angélica abre o coração e fala do fim da relação com Maurício Mattar

**67 Tá namorando!**  
Mariana Ximenes assume namoro com André Barros

**68 "Eu era um perfeito otário"**  
Entrevista exclusiva com James Van Der Beek, do seriado *Dawson's Creek*

**71 Briguinha de casal**  
Daniella Sarahyba e Márcio Garcia espantam os azarões e voltam às boas no namoro

**Moda**

**46 Moda travessa**  
Os Travessos acompanham uma reportagem sobre roupas curtas e sensuais

**54 Moda divertida**  
O certo e errado da calça pescador, uma aposta para o verão

**56 Mãos à obra**  
Quatro estudantes de moda mostram como montar uma produção com R\$ 50

**Sempre aqui**

11 Por aí  
14 De olho  
21 Album de família  
60 Certo e errado  
80 Teste  
84 Eles por eles  
89 Colírio  
100 Fique bem  
102 Antes e depois  
104 Achados  
106 Signos  
108 Sem dúvida  
113 Endereços  
114 Por dentro

CAPRICHÔ • 29 de agosto de 1999

Figura 25 - Índice da edição 816 da revista *Capricho*, 29 ago. 1998.

Essa edição conta com a matéria "Eu, ele e meu bebê"<sup>238</sup>, que não recebe destaque no índice. Narra a história de Lana, Rodrigo e o bebê Vitor. A reportagem conta como os jovens engravidaram: "Mesmo dormindo no mesmo quarto, Lana e Rodrigo só começaram a transar depois de 6 meses. 'O Rodrigo usava camisinha ou gozava fora. E eu tomava banho logo em seguida'." *Capricho* ressaltava que, desses três métodos, apenas a camisinha seria uma forma segura de se fazer sexo, por isso "deu no que eles não esperavam: gravidez"<sup>239</sup>.

<sup>238</sup> CAPRICHÔ. "Eu, ele e meu bebê". São Paulo, ed. 816, 29 ago. 1998, p. 64-66.

<sup>239</sup> CAPRICHÔ. "Eu, ele e meu bebê". São Paulo, ed. 816, 29 ago. 1998, p. 65.



Figura 26 - Matéria “Eu, ele e meu bebê”, na edição 816 da revista *Capricho*, 29 ago. 1998.

A matéria localizada na seção Beleza e Saúde, intitulada “A pílula dos dias seguintes”, acompanhava uma chamada:

Foi lançada, no Brasil, uma pílula para quem acha que pode ter ficado grávida nas últimas 72 horas. O método, chamado de contracepção de emergência, também tem seus riscos.<sup>240</sup>

<sup>240</sup> CAPRICHO. “A pílula dos dias seguintes”. São Paulo, ed. 816, 29 ago. 1998, p. 94.

A matéria trazia explicação sobre a pílula do dia seguinte, esclarecendo sua atuação no corpo da mulher e apontando recomendações e informações.

“Se for tomado até 24 horas depois da relação sexual, é supereficiente: há 95% de chance de que a menina não fique grávida”, explica o ginecologista Juan Díaz, chileno que mora no Brasil e que participou da avaliação internacional do medicamento conduzida pela Organização Mundial de Saúde.<sup>241</sup>

Também esclarecia que não se trata de um método abortivo:

[...] pela definição da OMS, a gravidez só começa depois que o óvulo se fixa no útero. Se isso não ocorreu ainda, não há gravidez, portanto, não há aborto. Mas para outros médicos, como o ginecologista Marcelo Zugaib, chefe do Departamento de Ginecologia e Obstetria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo a história é outra. “Na minha opinião, a gravidez começa com a fecundação”, afirma. “Para quem é contra o aborto, a contracepção de emergência é um atentado à vida”.<sup>242</sup>

O discurso “técnico” do médico definia fecundação como o momento em que há relação sexual, enquanto a própria Organização Mundial da Saúde a entende como o instante em que “o óvulo se fixa no útero”, logo, se o espermatozoide ainda não chegou ao óvulo, a medicação age no sentido de evitar que o espermatozoide encontre o óvulo. Além disso, reforçava a prática sexual como procriativa, apenas, ao passo que estudos científicos apontavam que nem toda mulher que praticava sexo queria ter um filho.

Esse discurso convergia com a fala do Papa João Paulo II, anteriormente registrada, na qual a maternidade deveria ser um destino obrigatório para as mulheres. As tentativas de controle do corpo e da reprodução das mulheres foram responsáveis pela configuração das mais diversas representações do corpo feminino:

Nos dias atuais, o corpo feminino e a capacidade procriativa que ele representa mantêm grande importância; o útero das

---

<sup>241</sup> CAPRICHIO. “A pílula dos dias seguintes”. São Paulo, ed. 816, 29 ago. 1998, p. 94.

<sup>242</sup> CAPRICHIO. “A pílula dos dias seguintes”. São Paulo, ed. 816, 29 ago. 1998, p. 94.

mulheres tornou-se, entretanto, um órgão passível de controle e de descarte.<sup>243</sup>

Focalizando a legislação, em específico o Código Penal de 1980 e os comentários dos juristas, verifica-se que o discurso médico pouco aparece, embora a figura médica seja considerada uma influência social e política, ao se tratar sobre aborto e infanticídio, nas tentativas do Estado de exterminar essas práticas.<sup>244</sup>

A revista apresentava seu posicionamento:

Se for assim, o país está diante de uma situação esquisita e incoerente, já que o aborto é ilegal no Brasil e o medicamento foi aprovado e sua venda autorizada pelo próprio Ministério da Saúde.<sup>245</sup>

Pode-se constatar a posição de confronto entre o Ministério da Saúde e o ginecologista Marcelo Zugaib, consultado pela revista:

Norma Técnica do Ministério da Saúde “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes de Violência Sexual Contra as Mulheres e Adolescentes” [...] publicada em 1998 [...] [que] estabelece que mulheres que foram vítimas de violência sexual e queiram realizar um aborto sejam atendidas pelo SUS, com a apresentação de um Boletim de Ocorrência (BO) [...] no entanto, muitos dos discursos analisados na pesquisa opunham-se ao PL 20/1991 e à norma técnica de 1998, justificando-se com o argumento de que “apenas o BO” não provaria que as mulheres haviam sido vítimas de estupro.<sup>246</sup>

Para deslegitimar um documento oficial, como um Boletim de Ocorrência, são levantados argumentos que se fundamentam mais em convicções de cunho religioso do que em fatos. Por que se legitima mais a fala de um homem do que a fala de uma

---

<sup>243</sup> PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 174.

<sup>244</sup> HENTZ, Isabel Cristina. **A Honra e a Vida**: debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2013, p. 192.

<sup>245</sup> CAPRICHIO. “A pílula dos dias seguintes”. São Paulo, ed. 816, 29 ago. 1998, p. 94.

<sup>246</sup> MARIANO, Rayani; BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 50, e175013, 2017, p. 9.

mulher? Sabendo que os registros de Boletim de Ocorrência só podem acontecer após exame de corpo de delito por parte do Instituto Médico Legal, por que ainda sim um Boletim de Ocorrência feito por uma mulher é questionado?

Na segunda quinzena de novembro de 2003, *Capricho* lançou a pergunta: “Pílula do dia seguinte: é aborto?”<sup>247</sup> Essa publicação dialoga com a matéria de agosto de 1999, quando a OMS dizia que pílula do dia seguinte não é aborto, e um ginecologista dizia que é. A revista esclarecia que a maioria dos médicos apontava que tomar a pílula do dia seguinte não configurava um aborto. Reforçava que se trata de um método contraceptivo de emergência e que não deve ser tomado com muita frequência. A matéria contava com passo a passo ilustrado de como colocar as camisinhas feminina e masculina.

Depois [de 1999], o número de pronunciamentos sobre aborto cairia drasticamente na Câmara dos Deputados. Apenas em 2005 o debate se acirraria novamente, atingindo 85 pronunciamentos. O principal motivo foi a publicação da Norma Técnica de “Atenção Humanizada ao Abortamento”. Nela, fica revogada a necessidade de apresentação de BO pelas mulheres que sofreram violência sexual para atendimento no SUS.<sup>248</sup>

Em março de 2005, a revista *Capricho* lançava na seção Papo-cueca a matéria “E se... fossem os homens que engravidassem?”<sup>249</sup>. A matéria contava com a imagem de um homem grávido e a fala privilegiada para iniciar a coluna era da feminista Florence Kannedy: “O aborto seria um sacramento”<sup>250</sup>. A palavra “sacramento” tem origem no cristianismo, e nesse caso foi utilizada para reforçar que, se fossem os homens que engravidassem, o aborto seria não só legal juridicamente, mas respaldado de forma religiosa.

Diversas instituições religiosas, entre outras, pressupõem que homens tenham autonomia sobre o próprio corpo. Homens decidem o momento certo para iniciar sua vida sexual, sem que digam que exploraram precocemente sua

<sup>247</sup> CAPRICHOS. “Tem que usar sempre”. São Paulo, ed. 928, 30 nov. 2003, p. 108.

<sup>248</sup> MARIANO, Rayani; BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 50, e175013, 2017, p. 9.

<sup>249</sup> CAPRICHOS. “E se... Fosse os homens que engravidassem?” São Paulo, ed. 961, 6 mar. 2005, p. 80.

<sup>250</sup> CAPRICHOS. “E se... Fosse os homens que engravidassem?” São Paulo, ed. 961, 6 mar. 2005, p. 80.

sexualidade. A construção da masculinidade, desde a infância, estimula que os meninos sejam conquistadores, galanteadores, na juventude a iniciação a vida sexual é prova de virilidade, situação opostamente diferente de quando pensamos nas mulheres.<sup>251</sup>

Já as mulheres, historicamente, tinham seus corpos sob controle, precisando de autorização do pai e/ou do marido para exercer seus desejos. Um corpo masculino “grávido”, ou a opção pelo aborto nos homens, era uma imagem para se pensar em como aconteciam as coerções ao corpo feminino, às situações da gravidez e ao aborto. A matéria propõe que, se essas situações fossem enfrentadas pelos homens, o aborto seria legalizado, já que ao homem foi dado o direito social de decidir e planejar sua própria vida.

A revista refletia que, caso houvesse a possibilidade de os homens engravidarem, as mulheres “dominariam o mundo desde sempre e os caras estariam hoje com suas ONGs lutando por direitos iguais”<sup>252</sup>. A narrativa usava de uma estratégia discursiva de inversão, buscando impactar e gerar uma reflexão sobre um cenário em que os homens pudessem gerar uma vida no próprio ventre, visto como uma virtude, uma função social. E, ao assegurar que esse indivíduo poderia então decidir sobre o planejamento da própria família, evidencia a importância desse debate.

Um homem grávido era uma posição, uma hipótese, que, apesar de abstrata, destacava a importância de os jovens do sexo masculino pensarem na questão de se colocarem na posição das mulheres.

---

<sup>251</sup> Patriarcalismo, como afirma Strücker e Maçalai, é um sistema de “poder do gênero masculino enquanto categoria social”, de ancestralidade ligada ao pai, que é capaz de manter um controle do gênero feminino. O patriarcalismo define hierarquizações nas relações sociais, e as mulheres, nessa hierarquia, devem se subordinar ao gênero masculino. Dessa forma, a hierarquia atribui maior importância simbólica a tudo o que for relativo às atividades masculinas e constrói um valor menor a tudo o que for relativo às atividades femininas. Assim, “o controle do corpo, da sexualidade e da autonomia feminina” se estabelece pelos “papéis sociais e sexuais em que o gênero masculino possui mais vantagens e prerrogativas”, se comparado ao gênero feminino. Cf.: MATOS, Maria Izilda Santos de. Discutindo masculinidade e subjetividade nos embalos do samba-canção. **Gênero**. Niterói, v. 2, n. 1, 2001.

<sup>252</sup> CAPRICHIO. “E se... Fosse os homens que engravidassem?” São Paulo, ed. 961, 6 mar. 2005, p. 80.

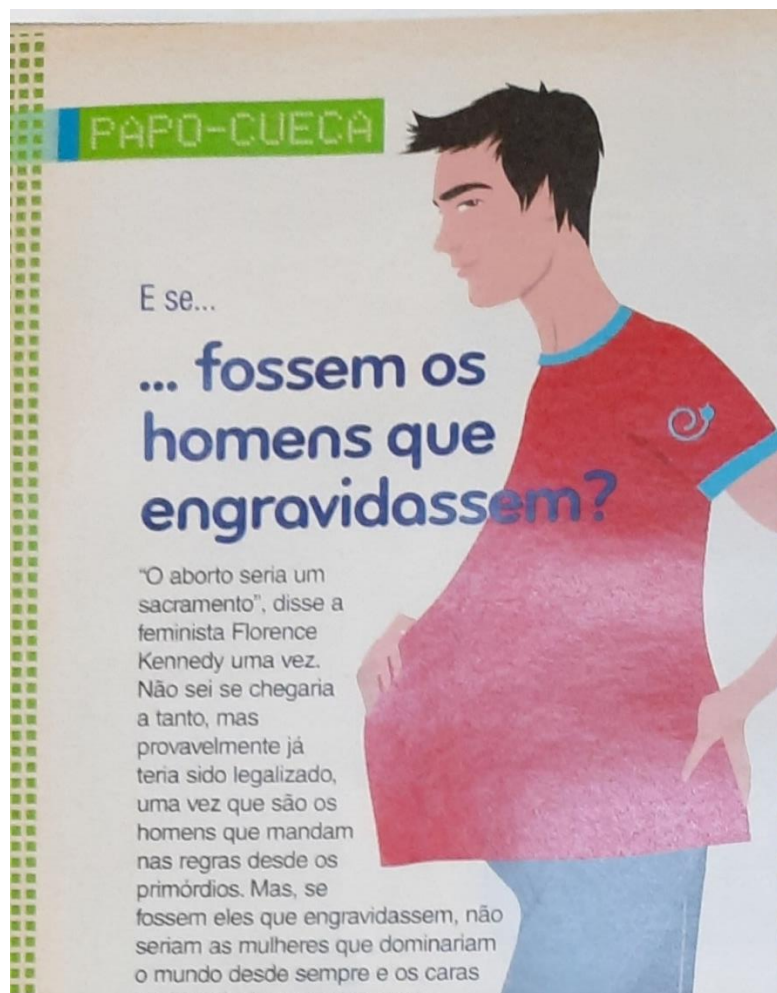


Figura 27 - Matéria “E se... fossem os homens que engravidassem?”, na edição 961 da revista *Capricho*, 6 mar. 2005.

Em novembro de 2010<sup>253</sup> a *Capricho* comentava o tema aborto na nota da editora Tatiana Schibuola, publicada na seção “Oi da Editora”, sob o título “A polêmica do aborto - Eu preciso falar sobre esse assunto com você”<sup>254</sup>. A nota contava que, na comunidade da revista *Capricho* na rede social Orkut, duas discussões haviam sido levantadas: sobre as eleições e sobre aborto. Sobre este, Tatiana contava que o tópico foi dividido entre aqueles com visão pró-vida, “que acreditam que ela [a vida da possível criança] começa na hora em que o esperma se junta ao óvulo para formar o feto e são contra o aborto”<sup>255</sup>, e aqueles com visão pró-escolha, “que defendem que uma mulher deve ter o total controle sobre a gravidez e que devem ter acesso a um

<sup>253</sup> Durante a campanha à presidência da república na disputa entre Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), ambos os candidatos haviam se posicionado contra a legalização. Dilma Rousseff havia acabado de ser eleita e assumiria no ano seguinte, 2011.

<sup>254</sup> CAPRICHÔ. “A polêmica do aborto”. São Paulo, ed. 1109, 7 nov. 2010, p. 6.

<sup>255</sup> CAPRICHÔ. “A polêmica do aborto”. São Paulo, ed. 1109, 7 nov. 2010, p. 6.

aborto legal”<sup>256</sup>. A editora Abril não se posicionava, mas reforçava a necessidade de se evitar uma gravidez na adolescência

[...] estar pronta pra transar inclui também ter maturidade e coragem de pedir ao garoto que não dispense o preservativo. Agora é torcer pra que o tema continue sendo debatido de um jeito sério e legal agora que o novo presidente foi eleito.<sup>257</sup>

Ainda em novembro de 2010, na segunda quinzena, na seção Alguém Me Explica, foi publicada a matéria “Qual a polêmica em torno do aborto?”<sup>258</sup>, que tratava da legalização do aborto, assunto que voltou a chamar atenção do país depois que virou tema de discussão entre os presidenciáveis no segundo turno das eleições. A revista se propôs a olhar sob duas perspectivas a questão: o lado de quem é a favor e o lado de quem é contra a legalização do aborto.

Do lado de quem defende a legalização do aborto, a revista colocava que, mesmo sendo um crime, os abortos ocorrem, portanto, essa discussão deveria acontecer sem o envolvimento da Igreja. “Afim, nosso governo é laico, ou seja, independentemente de qualquer ordem religiosa.”<sup>259</sup> Dizia ainda que a lei não era reconhecida pelo povo, já que muitas pessoas conheciam alguém que já havia feito aborto, e afirmava:

[...] dificilmente alguém acha que essa mulher deva ser presa por isso, como manda a lei. Então os especialistas perguntam: que lei é essa que se quer manter, mas que não se quer cumprir?<sup>260</sup>

Do lado de quem é contra a legalização do aborto, afirmava a revista que a vida deveria ser preservada sempre: “[...] há muitas mulheres que fazem o aborto porque são pressionadas – às vezes, pelo próprio pai da criança. A legalização só daria mais chances de isso acontecer.”<sup>261</sup>

<sup>256</sup> CAPRICO. “A polêmica do aborto”. São Paulo, ed. 1109, 7 nov. 2010, p. 6.

<sup>257</sup> CAPRICO. “A polêmica do aborto”. São Paulo, ed. 1109, 7 nov. 2010, p. 6.

<sup>258</sup> CAPRICO. “Qual a polêmica em torno do aborto”. São Paulo, ed. 1110, 21 nov. 2010, p. 102.

<sup>259</sup> CAPRICO. “Qual a polêmica em torno do aborto”. São Paulo, ed. 1110, 21 nov. 2010, p. 102.

<sup>260</sup> CAPRICO. “Qual a polêmica em torno do aborto”. São Paulo, ed. 1110, 21 nov. 2010, edição 1110, p. 102.

<sup>261</sup> CAPRICO. “Qual a polêmica em torno do aborto”. São Paulo, ed. 1110, 21 nov. 2010, edição 1110, p. 102.

A revista se posiciona contra a legalização do aborto, afirmando que,

[...] em vez de legalizar o aborto, deveria haver políticas públicas de conscientização da sociedade sobre a prevenção da gravidez. Homens e mulheres precisam saber que tem, juntos, a mesma responsabilidade de evitar uma gravidez indesejada. E, se isso acontecer, a mulher deve receber apoio para ter uma gestação saudável.<sup>262</sup>

Esse posicionamento se diferenciava do explicitado em 1993, quando a revista *Capricho* declarou que era contra o aborto, mas a favor de sua legalização.<sup>263</sup>

A presidenta brasileira desse período foi Dilma Vana Rousseff (que assumiu em 2011), uma mulher na presidência pressupõe uma visão de maior empatia, visto que é uma situação enfrentada pelas mulheres, porém, por mais que a visão de Dilma fosse favorável à descriminalização do aborto, ela declarava que não faria um procedimento como esse. Mas a opinião privada de uma pessoa pública pouco conta na hora de exercer o maior cargo político do país, porque essa questão vai além da primeira mulher eleita no Brasil. Uma mulher eleita com muito apoio político, em um cenário em que, para se ter governabilidade, é necessário fazer concessões. Acordos esses que precisavam de certo apoio para existir, o que muitos especialistas chamam de “governabilidade”. Embora ela já tivesse se declarado contra o aborto, argumentando que é uma violência ao corpo da mulher, como Presidenta declarava que

[...] não fechará os olhos para as milhares e milhões de mulheres, adolescentes, mulheres fortes que, em momentos de desespero, sem proteção, por que não sabem se podem criar seu filho ou não, cometem atos extremos e alguns deles que colocam a vida delas em risco... é uma questão de saúde pública.<sup>264</sup>

---

<sup>262</sup> CAPRICHOS. “Qual a polêmica em torno do aborto”. São Paulo, ed. 1110, 21 nov. 2010, p. 102.

<sup>263</sup> CAPRICHOS. “Fuja da lei da gravidez”. São Paulo, ed. 696, 1º ago. 1993, p. 103.

<sup>264</sup> Cf.: ARMAZÉM MEMÓRIA. Dilma e o Aborto. Discurso feito por Dilma Rousseff em 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qFNz4F8YKs8>>. Acesso em: 11 mai. 2022.

### 3.4 REDES DE APOIO

Na edição de janeiro de 1999, a capa da revista *Capricho* trazia a chamada para a matéria “Exclusivo – Mãe aos 15 anos! Toda a história da Emanuella, filha do Raí”<sup>265</sup>, que estava em destaque no índice da edição. Na página que abria a matéria, uma foto da Emanuella grávida, com um vestido azul, sorrindo enquanto olha a barriga.



Figura 28 - Matéria “Mãe aos 15 anos”, na edição 802 da revista *Capricho*, 31 jan. 1999.

Há nove meses a gente acompanha a gravidez da Emanuella, filha do Raí. No começo, ela não queria falar com nenhum jornalista. Mas, depois, ela topou nos receber em casa.

<sup>265</sup> CAPRICHO. “Mãe aos 15 anos”. São Paulo, ed. 802, 31 jan. 1999, p. 26.

Emanuella é leitora de Capricho e sabe que você é a pessoa certa para entender o que ela está passando.<sup>266</sup>

A matéria era sobre a experiência de Emanuella, que optou por levar adiante uma gravidez não planejada, deixando explícito que sua família tinha condições financeiras para mantê-la com o namorado e a criança. Emanuella contou que teve a opção de ir à França, país em que o aborto é legalizado, para realizar o procedimento, mas optou por dar sequência à gravidez. O namorado dela passou a morar junto com Emmanuella e os pais. Ainda contou que sua mãe também engravidou cedo, aos 17 anos, e levou adiante a gravidez já que as condições econômicas do casal melhoraram.

O depoimento do jogador Raí sintetiza os argumentos:

Quando soube da gravidez, tomei um susto, fiquei preocupado por ela ser tão nova. Mas nós temos meios financeiros e emocionais que nos ajudam a aceitar o destino e saber lidar com ele.<sup>267</sup>

Destino? Raí explicita um discurso ligado às crenças religiosas. Sua filha engravidou e deu prosseguimento a uma gravidez não planejada porque contava com o apoio financeiro e emocional da família. Emmanuella declarou à reportagem:

“Meus pais sempre me contaram dos problemas que tiveram. Diziam que não queriam que acontecesse isso comigo, mas aconteceu...”, disse Emmanuella [...] [Emmanuella contou que falou com a diretora da escola, que] “orientou que eu contasse para toda a minha classe assim que estivesse preparada”. Demorou um mês para ela tomar coragem e, acompanhada da diretora, ir lá na frente da sala contar tudo. “Falei, e todo mundo começou a se lembrar de casos parecidos, da amiga da amiga. Foram bem compreensivos”. Como o bebê nasceu agora, em plenas férias, Emmanuella já combinou que vai voltar à escola em março, só um pouco depois do início normal das aulas da sua turma, e fazer normalmente o 2º ano do colegial. A gravidez foi tranquila, mas Emmanuella estranhou as mudanças no corpo. Ela, que tem 1,75 m, engordou 20 quilos. “Tenho medo de não voltar a ser magra”, diz.<sup>268</sup>

---

<sup>266</sup> CAPRICHO. Índice. São Paulo, ed. 802, 31 jan. 1999, p. 4.

<sup>267</sup> CAPRICHO. “Mãe aos 15 anos”. São Paulo, ed. 802, 31 jan. 1999, p. 26-27.

<sup>268</sup> CAPRICHO. “Mãe aos 15 anos”. São Paulo, ed. 802, 31 jan. 1999, p. 27.

Observava ainda os desafios, as mudanças e a responsabilidade da maternidade:

Ter um bebê aos 15 anos é um reboiço na vida de qualquer menina. Ela precisa abrir mão de muita coisa boa e assumir um monte de responsabilidades. Emmanuella é uma exceção. Teve sorte porque vai poder criar sua filha com ajuda emocional e financeira dos pais Raí e Cristina. Mesmo assim a vida dela mudou para sempre. E Emanuella conta como vem lidando com isso.<sup>269</sup>

A reportagem finalizou com uma colocação marcada por um discurso pedagógico. Alertava sobre o “destino” dessas jovens mães, fazendo referência à Emmanuella e à sua mãe Cristina:

“O milagre do nascimento faz a gente esquecer qualquer lógica: a idade da mãe, do avô...” Mas a idade pesa, sim. A vida de Emmanuella vai mudar com a Naira [nome da bebê nascida]. Ela quer continuar a estudar para fazer faculdade de Psicologia, mas com certeza vai precisar dividir seu tempo entre escola e sua filha. Além disso na idade em que ela poderia levar a vida com mais tranquilidade, estará tomando decisões importantes em relação à criação da Naira. “A Emanuella está assim calma por que ela não sabe o que está por vir. Um filho muda muito a vida da gente, você perde o prazer de ser irresponsável”, diz a mãe (e a agora avó), Cristina, mulher de Raí. Ela sabe do que está falando. Ao ter Emmanuella, com 17 anos, Cristina precisou abandonar a escola. Não tinha com quem deixar a filha.

Resta a pergunta: o que será que aconteceu com Emmanuella após a matéria? O que será que aconteceu com o Luciano, pai da Naira, que morava em Ribeirão Preto e passou a morar na bicama do quarto de Emmanuella?

Compreender os impactos que a gravidez indesejada poderia ter na vida das jovens leva a pensar na vida e na saúde. O discurso por vezes menciona entre tais impactos a inversão de prioridades da vida presente e a transformação em outra pessoa, ressaltando como uma gravidez interfere na experiência de vida, nas emoções e nos sentimentos.

---

<sup>269</sup> CAPRICHÔ. “Mãe aos 15 anos”. São Paulo, ed. 802, 31 jan. 1999, p. 27.

Em 2009, foi publicado um documento produzido pela Universidade de Brasília e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro intitulado “20 anos de pesquisas sobre aborto no Brasil”. Essa publicação é um compilado de 2.109 fontes de informação sobre aborto produzidas desde 1989, sendo financiada pelo Ministério da Saúde:

Entre as fontes de informação e referências bibliográficas, foram localizados os seguintes tipos de documento: livros e capítulos de livros; periódicos e artigos de periódicos; resumos e trabalhos apresentados em eventos científicos; teses, dissertações e monografias de especializações produzidas nas instituições de ensino superior em todo o país; e notas técnicas de órgãos públicos.<sup>270</sup>

Os resultados apontam os obstáculos nas pesquisas sobre aborto pela “carência de uma base de dados ou de um sistema de informações especializados nos diversos campos e áreas do conhecimento”<sup>271</sup> .

No ano seguinte, 2010, foi publicada a primeira Pesquisa Nacional de Aborto feita no Brasil, realizada pela Universidade de Brasília em parceria com a organização Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero e com o Ibope Inteligência, que ajudaram no levantamento de dados de referência para a Organização Mundial de Saúde. Essa foi uma pesquisa diferenciada em relação aos dados anteriormente levantados, combinando a técnica de urna e questionários. Esse estudo foi inovador por levantar, por amostragem aleatória, dados de mulheres entre 18 e 39 anos em todo o país.

Os resultados da Pesquisa Nacional de Aborto 2010 foram comparados, em 2016, por uma nova Pesquisa Nacional de Aborto. A PNA de 2016 foi produzida pelo Anis - Instituto de Bioética e contou com o apoio do IBOPE Inteligência no levantamento de dados. Foi financiada pelo Fundo Nacional de Saúde/MS e Fundo Elas em âmbito nacional e se baseou em um levantamento domiciliar que combina técnica de urna<sup>272</sup> e entrevistas face a face com mulheres de 18 a 39 anos, com

---

<sup>270</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **20 anos de pesquisas sobre aborto no Brasil**. Brasília, 2009, p. 7.

<sup>271</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>272</sup> Técnica de entrevistas em formato questionário com respostas fechadas e preenchidas pela entrevistada.

amostras representativas das cidades brasileiras. A pesquisa apontou que uma em cada cinco mulheres aos 40 anos teria abortado pelo menos uma vez na vida. As mulheres, ao se verem grávidas sem um devido planejamento, enfrentavam incertezas e sofrimentos. Sentimentos que, somados, levam mulheres a enfrentarem situações que colocam em risco sua própria vida, já que, ao se verem grávidas, elas recorrem cada vez mais à clandestinidade.

A relevância desse estudo é apontar que a criminalização do aborto não impediu que cerca de 1 milhão de abortos induzidos ocorressem todos os anos no Brasil. A sua criminalização leva, em média, 250 mil mulheres brasileiras à hospitalização por ano, cerca de 15 mil a complicações e 5 mil a internações de gravidade. Os dados de 2016 ainda demonstram que uma mulher morre a cada dois dias por conta de algum procedimento de aborto inseguro, independentemente de sua classe social. O que depende da classe social é a gravidade e a morte. “Quem mais morre por aborto no Brasil são mulheres negras, jovens, solteiras e com até o Ensino Fundamental”, afirma Maria de Fátima Marinho de Souza, diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde.

Em janeiro de 1999, uma coluna sob o título “A história se repete?<sup>273</sup>” da revista *Capricho* mencionou um dado do V Congresso Latino-americano de Ginecologia e Obstetrícia:

Você sabia que filhas de mães adolescentes, como a Emanuella, têm vinte vezes mais chances de ter filhos cedo também? [...] é provável que a história da mãe se repita com a filha porque não costuma existir, na família, muita conversa sobre o assunto.<sup>274</sup>

Esse destaque da revista acompanha a foto de Soninha Francine, uma famosa apresentadora de televisão no canal MTV, abraçada com sua filha. Soninha Francine, que em 2004 se elegeu vereadora em São Paulo<sup>275</sup>, assumiu publicamente ser contra a prática, mas a favor da descriminalização do aborto. Ela foi mãe aos 16 anos e contou que já realizou um aborto. Essa coluna destacou a importância da

---

<sup>273</sup> CAPRICHOS. “A história se repete?” São Paulo, ed. 802, 31 jan. 1999, p. 29.

<sup>274</sup> CAPRICHOS. “A história se repete?” São Paulo, ed. 802, 31 jan. 1999, p. 29.

<sup>275</sup> SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal. Soninha Francine – Biografia. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/soninha/>>.

presença, do diálogo e do apoio da família para que essas situações não aconteçam, como forma de prevenção da gravidez indesejada.

Cabe observar que, se a sexualidade fosse tratada menos como um tabu e mais como um assunto relevante para a vida que se relaciona à saúde e às mulheres, muitas mortes apontadas nas pesquisas de mortalidade materna poderiam ser evitadas.

Em virtude do exposto, é possível afirmar que o aborto é uma prática entre as mulheres. Ele acontece inevitavelmente, mas significa uma sentença de morte apenas para as mulheres que estão em posições sociais não tão privilegiadas. Uma mulher branca de classe média não enfrenta as mesmas condições de um procedimento realizado em uma mulher negra de classe baixa. São essas mulheres negras, pobres e periféricas que sofrem com procedimentos realizados em ambientes inapropriados e complicações de diversas naturezas. Experiências que podem ser traumáticas, que podem levar à morte.

O aborto, como se pode observar, é um tema recorrente na sociedade. Por mais que não estejamos atentos a esse tema, ele sempre aparece em forma de violência. Não poder decidir pelos rumos que queremos para nossa própria vida é não poder decidir pelo que queremos construir no futuro. Esse “não direito de decidir” é angustiante e devastador, visto que aos homens esse direito sempre foi assegurado. É necessário que a luta por equidade de direitos seja travada e levada a cabo. Não podemos mais admitir esse desrespeito, essa ferida aberta, larga, que jorra sangue, de nos negarem o direito a ter uma vida planejada e plena.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

E porque você é uma menina com uma flor, eu lhe predigo muitos anos de felicidade, pelo menos até eu ficar velho: mas só quando eu der aquela paradinha marota para olhar para trás, aí você pode se mandar, eu compreendo.

*Para uma menina com uma flor* – Vinícius de Moraes, 1966, p. 93

Levando-se em consideração as análises aqui expostas, a presente pesquisa contribui para ampliar a discussão acerca do ser jovem, da juventude e da importância de se ter um olhar para as questões dos jovens, que experienciam a vida de uma forma intensa. A juventude é a passagem da infância para a fase adulta, momento de mudanças em que emerge a sexualidade, cresce o interesse dos meninos pelas meninas e das meninas pelos meninos. Momento em que falar sobre o tema da sexualidade se torna urgente e necessário, desafio enfrentado pela *Capricho*, seja através das matérias ou da publicidade, como no caso da campanha publicitária da LIBBS. A empresa farmacêutica divulgava a “pílula do dia seguinte” como um método de contracepção de emergência, mas ainda um produto que deveria ser consumido, como se fosse uma medicação franca, algo para se usar corriqueiramente.

Para problematizar a juventude, a dissertação também focalizou o lugar social das mulheres, a questão do movimento higienista, as temáticas do corpo feminino e da maternidade, contrapôs o crescimento do feminismo, da liberação sexual e do uso dos métodos anticoncepcionais, também polemizados na revista *Capricho*. Para finalizar, a análise recaiu sobre as questões acerca do aborto e como a revista *Capricho* buscou informar as jovens, tratando a temática em todas as suas contradições, além do destaque à importância de se contar com uma rede de apoio familiar quando situações como uma gravidez indesejável acontecem.

Restaram muitas questões a serem abordadas, sendo necessário que a temática da cultura jovem seja mais estudada academicamente, juntamente com a história da mulher, da família, da criança, as discussões sobre a sexualidade dos jovens. A cultura jovem carece de novos estudos que incorporem diferentes veículos de expressão, como internet, blogs e redes de jovens, entre outros.

As questões aqui propostas não se esgotam, mas sinalizam outras possibilidades, deixando um convite para discussões sobre sexualidade, aborto, educação sexual e juventude. Aprofundar os estudos sobre esses assuntos é relevante, frente às permanências das questões na nossa contemporaneidade, como demonstra o caso chocante que veio a público na segunda quinzena do mês de junho de 2022. Uma criança, juntamente com sua mãe, deu entrada em um hospital no município de Santa Catarina. A criança foi estuprada e, ao se ver grávida, tomou a decisão, junto de sua mãe, de realizar um aborto legal, sabendo que em casos de estupro o aborto é permitido. Porém, a equipe médica do hospital se negou a realizar

o procedimento, alegando que a gestação estava avançada demais para um aborto seguro. O caso foi a juízo, a vítima teve de ouvir perguntas absurdas da magistrada, que ainda manteve a menina “recolhida” para que não tentasse um procedimento clandestino.

Nesse episódio, foram feitas colocações como “Você suportaria ficar mais um pouquinho [grávida]?”, além de “A gente mantinha mais uma ou duas semanas apenas a tua barriga, porque, para ele ter a chance de sobreviver mais, ele precisa tomar os medicamentos para o pulmão se formar completamente”. A magistrada continua: “Em vez de deixar ele morrer – porque já é um bebê, já é uma criança –, em vez de a gente tirar da tua barriga e ver ele morrendo e agonizando, é isso que acontece, porque o Brasil não concorda com a eutanásia, o Brasil não tem, não vai dar medicamento para ele... Ele vai nascer chorando, não [inaudível] medicamento para ele morrer.”<sup>276</sup> A juíza, usando de uma estratégia de persuasão, insinuou que a menina de 11 anos seria cruel ao permitir que o feto morresse. Quem pensa na criança grávida? Essa criança grávida não é um ser inocente de 11 anos? Existem ainda argumentos que sustentam que estupradas que sentiram prazer são culpadas pelo estupro.

Situações como essa tornam evidente a necessidade de se falar com os jovens e para os jovens sobre educação sexual, contracepção e aborto, sendo as temáticas polemizadas na academia, nas escolas, nas comunidades, informando, dando acesso a métodos e a políticas de saúde pública.

---

<sup>276</sup> GUIMARÃES, Paula; LARA, Bruna de; DIAS, Tatiana. “Suportaria ficar mais um pouquinho?” **The Intercept Brasil**. 20 jun. 2022. Disponível em: <<https://theintercept.com/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/>>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

II ENCONTRO Mundial do Papa com as Famílias. Festa-Testemunho das Famílias com o Papa. Rio de Janeiro, 4 out. 1997. Disponível em: <<http://www.puc-rio.br/geral/papa-joao/hpport/discur.htm>>.

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

AGUIAR, Janaína Marques de. **Violência institucional em maternidades públicas: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero**. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://apublica.org/wpcontent/uploads/2013/03/JanainaMAguiar.pdf>>. Acesso em: 1º mai. 2020.

AREND, Silvia Maria Fávero. De exposto a menor abandonado: uma trajetória jurídico-social. In: VENANCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil - séculos XVIII a XX**. São Paulo: Alameda; Editora PUC Minas, 2010.

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458, jan. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

BARSTED, Leila Linhares. Legalização e descriminalização do aborto: 10 anos de luta feminista. **Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 0, 1992.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias. In: Idem. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. A Força da representação. In: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Vol. XXX. Rio de Janeiro, 1958.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **20 anos de pesquisas sobre aborto no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTILHO, Brandão. **Breves considerações sobre a educação sexual**. Tese (Doutorado em Medicina), Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1910.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. In: Idem. **Fazer: usos e práticas**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem. **Uma mulher morre a cada 2 dias por aborto inseguro, diz Ministério da Saúde**. 03 ago. 2018. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-causa-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude\\_64714.html](http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-causa-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_64714.html)>.

COLUCCI, Sandra Regina. **Mães, médicos e charlatães: configurações culturais e múltiplas representações dos discursos médico-sanitaristas (São Paulo/1920-1930)**. Dissertação (Mestrado em História), PUC/SP, São Paulo, 2001.

COSTA, Ana Kerlly Souza da. Direitos e feminismos: a luta das mulheres contra as formas de opressão. **VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade**. III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. III Luso-Brasileiro Educação em sexualidade, gênero, saúde e sustentabilidade. Resistências e Ocupações nos espaços de Educação. Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2018.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CRUZ, Heloisa, F. C. (Org.). **São Paulo em revista: Catálogo de Publicações da Imprensa Cultural e de Variedades Paulistana -1870/1930**. 1ª ed. São Paulo: Arquivo do Estado/CEDIC/PUC/Imprensa Oficial, 1997.

\_\_\_\_\_; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, dez. 2007.

\_\_\_\_\_. **São Paulo em Papel e Tinta: periodismos e vida urbana – 1890/1915**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 959-966, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232010000700002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232010000700002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 abr. 2019.

\_\_\_\_\_; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 653-660, fev. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232017000200653&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000200653&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 abr. 2019.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ENGELS, Frederick. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Zahar, 1984.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERREIRA, Pedro Beresin Schleder. **A avenida de mil vias: conflito, contradição e ambivalência na modernização de São Paulo (1890-1920)**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. Coleção Questões de nossa época, Vol. 23, 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 59.

GOETTENS, Daiane. **Toda mulher quer ter filhos?** Reflexões acerca da não maternidade! Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem), Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2018.

GOMEZ, Zandra Pedraza. Corpo, pessoa e ordem social. **Projeto História**. São Paulo, n. 25, 2002, p. 87.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia. O projeto gráfico de revistas: uma análise dos dez anos da revista Capricho. **Conexão** - Comunicação e Cultura. Caxias do Sul, v. 5, n. 10, jul./dez. 2006.

GUIMARÃES, Paula; LARA, Bruna de; DIAS, Tatiana. “Suportaria ficar mais um pouquinho?” **The Intercept Brasil**. 20 jun. 2022. Disponível em: <<https://theintercept.com/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/>>.

HENTZ, Isabel Cristina. **A Honra e a Vida:** debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2013.

HOOKS, bell. **O Feminismo é para todo mundo** – políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, Revista Feminina. A imprensa feminina no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, dez. 2007.

LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti. O cartão-postal da cidade: a Paulista dos casarões. In: Idem. **Avenida Paulista:** imagens da metrópole. São Paulo: EDUC, 1996.

LORES, Raul Juste. A democratização da Paulista. In: Idem. **São Paulo nas alturas:** a revolução modernista da arquitetura e do mercado imobiliário nos anos 1950 e 1960. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

LUZ, Adriana de Carvalho. **Mulheres e doutores**. Discurso sobre o corpo feminino. Salvador, 1890-1930. Dissertação (Mestrado em História), UFBA, Salvador, 1996.

LUZ, Madel T. **O lar e a maternidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

MACHADO, L. Z. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 42, jan./jun. 2014.

MADLENER, Francis; DINIS, Nilson Fernandes. A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**. Niterói, v. 19, n. 1, p. 49-60, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-80232007000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 5 abr. 2020.

MARANHÃO, Carlos. **Roberto Civita: o dono da banca – a vida e as ideias do editor da Veja e da Abril**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARIANO, Rayani; BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 50, e175013, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332017000200505&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200505&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 abr. 2019.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia do século XX**. Tese (Doutorado em História), Unicamp, Campinas, 2000.

MATOS, Maria Izilda S. Discutindo masculinidade e subjetividade nos embalos do samba-canção. **Gênero**. Niterói, v. 2, n. 1, 2001.

\_\_\_\_\_; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda S.; SOIHET, Raquel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

\_\_\_\_\_. **Âncora de Emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades.** Bauru - SP: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. **A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniran Barbosa.** Bauru, SP: EDUSC, 2007.

\_\_\_\_\_. História das Mulheres e das Relações de Gênero: Campo Historiográfico, Trajetórias e Perspectivas. **Mandrágora.** São Paulo, v. 19, n. 19, 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/MA/article/view/4503/3796>>. Acesso em: 15 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Em nome do engrandecimento da nação: representações de gênero no discurso médico - São Paulo 1890-1930. **Diálogos.** Brasília, v. 4, n. 1, p. 77-92, 2017.

\_\_\_\_\_. **Corpos e Emoções: História, Gênero e Sensibilidades.** São Paulo: e-Manuscrito, 2018.

MENDES, Alessandro Araújo. A cidade de menores - Getúlio Vargas e as representações judiciais sobre os modos de educar a infância. **Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”.** João Pessoa, 2012. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.28.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.28.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MOTT, Maria Lucia. Bibliografia comentada sobre a assistência ao parto no Brasil. **Estudos Feministas.** Florianópolis, CCE- UFSC, v. 10, n. 2, 2002.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”.** Belém do Pará, 9 jun. 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>>.

PEDERIVA, Ana Barbara Aparecida. **Anos dourados ou rebeldes: juventude, territórios, movimentos e canções nos anos 60.** São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

PEDRO, Joana Maria. Fronteiras do Gênero: maternidade e subjetividade. **Anais do XX Simpósio Nacional de História - História: Fronteiras.** Florianópolis, ANPUH, FFLCH/USP, jul. 1999.

\_\_\_\_\_. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Práticas proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Núcia A. S.; LACERDA, Maria C.; COSTA, Aniele F. Mulheres, memórias e experiências... Usos e disputas sobre o controle e autonomia do corpo feminino. In: PEDRO, Joana Maria (Org.). **Práticas proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

\_\_\_\_\_; SILVA, Cristiani Bereta. Um outro olhar sobre o corpo e práticas femininas: medicalização do aborto e infanticídio na cidade de Florianópolis. In: PEDRO, Joana Maria (Org.). **Práticas proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

\_\_\_\_\_. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. A Mulher, o Poder, a História. In: Idem. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Raquel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. Escrever a história das mulheres. In: Idem. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Os prazeres da noite** - prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RESENDE, Deborah K. Maternidade: uma construção histórica e social. **Pretextos** – Dossiê - Contribuições da Psicologia para os serviços de saúde. Belo Horizonte, v. 2, n. 4, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15251>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

ROHDEN, Fabiola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

\_\_\_\_\_. Para que serve o conceito de honra, ainda hoje? **Campos**. Revista de Antropologia Social. Curitiba, v. 7, n. 2, 2006.

SAFFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SENADO NOTÍCIAS. **Projeto caracteriza aborto como crime em qualquer fase da gravidez**. 20 dez. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/20/projeto-caracteriza-aborto-como-crime-em-qualquer-fase-da-gravidez>>.

\_\_\_\_\_. **Projeto criminaliza aborto nos casos de malformação do feto**. 30 abr. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/30/projeto-criminaliza-aborto-nos-casos-de-malformacao-do-feto>>.

SILVA, Tânia Soares. “Da Panacéa para Hygéa”: Representações, diagnósticos e ações sobre a infância, mulheres e famílias pobres no discurso médico-higienista (São Paulo, 1920-1930). São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

STRÜCKER, Bianca; MAÇALAI, Gabriel. "Bela, recatada e do lar": Os novos desdobramentos da família patriarcal. **Anais do XIII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e IX Mostra Internacional de Trabalhos Científicos**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2016, p. 1 - 15. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15880>>. Acesso em: 1º mai. 2020.

TORRES, Sergio. Visita do papa faz PM ocupar morro no Rio. **Folha de S. Paulo**. Caderno Cotidiano. São Paulo, 7 jun. 1997.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias**. Mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Ed. Fundação Cultural - Farol do Saber, 1996.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.